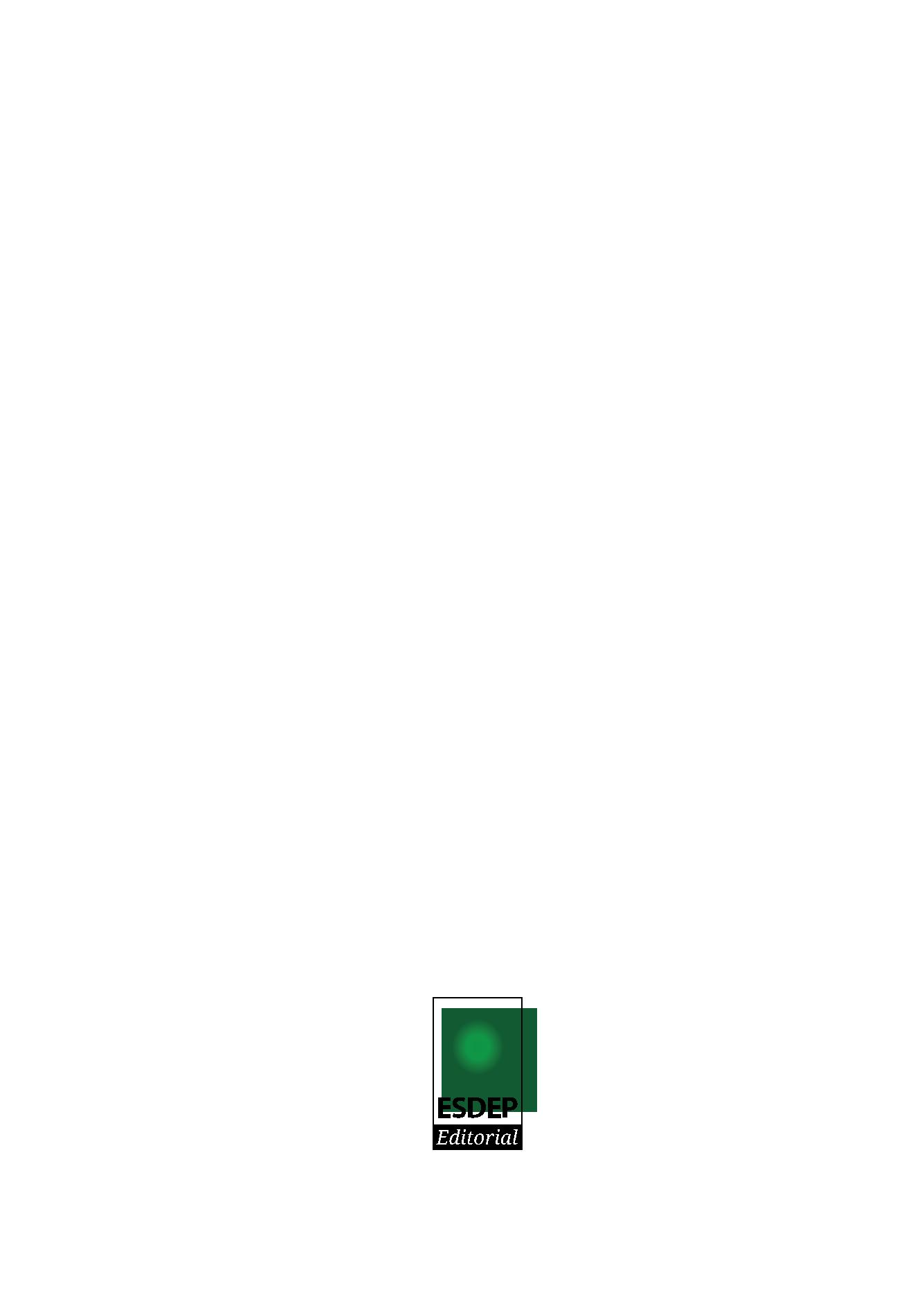
Atualizada até a Lei 46/2018



LEI COMPLEMENTAR Nº 26

DE 28 DE JUNHO DE 2006

ATUALIZADA ATÉ A LEI 46/2018



Lei Complementar nº 26 de 28 de junho de 2006- Atualizada até a Lei 46/2018

Copyright © 2019 Defensoria Pública do Estado da Bahia.

Projeto Gráﬁco: Clarissa Vaz Oliveira Barbosa - Designer ASCOM - DPE/BA.

Coordenação Editorial e de Produção: Assessoria de Comunicação

Social DPE/BA

Tiragem: 1ª Edição – 1.000 exemplares (jan/2019)

D313e

BAHIA. Defensoria Pública do Estado

Lei Orgânica e o Estatuto da Defensoria Pública da Bahia: Lei

Complementar nº 26 de 28 de junho de 2006/ Defensoria Pública do

Estado da Bahia. - 1ª. ed. - Salvador: ESDEP, 2019.

2

12 p. : il..

Atualizada até a Lei Complementar 46 de 29 de outubro de 2018

. Defensoria Pública -. 2. Lei Orgânica. 3. Estatuto da Defensoria

1

Pública da Bahia. 4. Direito. I. Título.

CDD 341.39

Defensoria Pública do Estado da Bahia

Avenida Ulisses Guimarães, nº 3.386, Edf. MultiCab Empresarial

CEP 41745-007, Sussuarana, Salvador - Bahia



LEI COMPLEMENTAR Nº 26

DE 28 DE JUNHO DE 2006

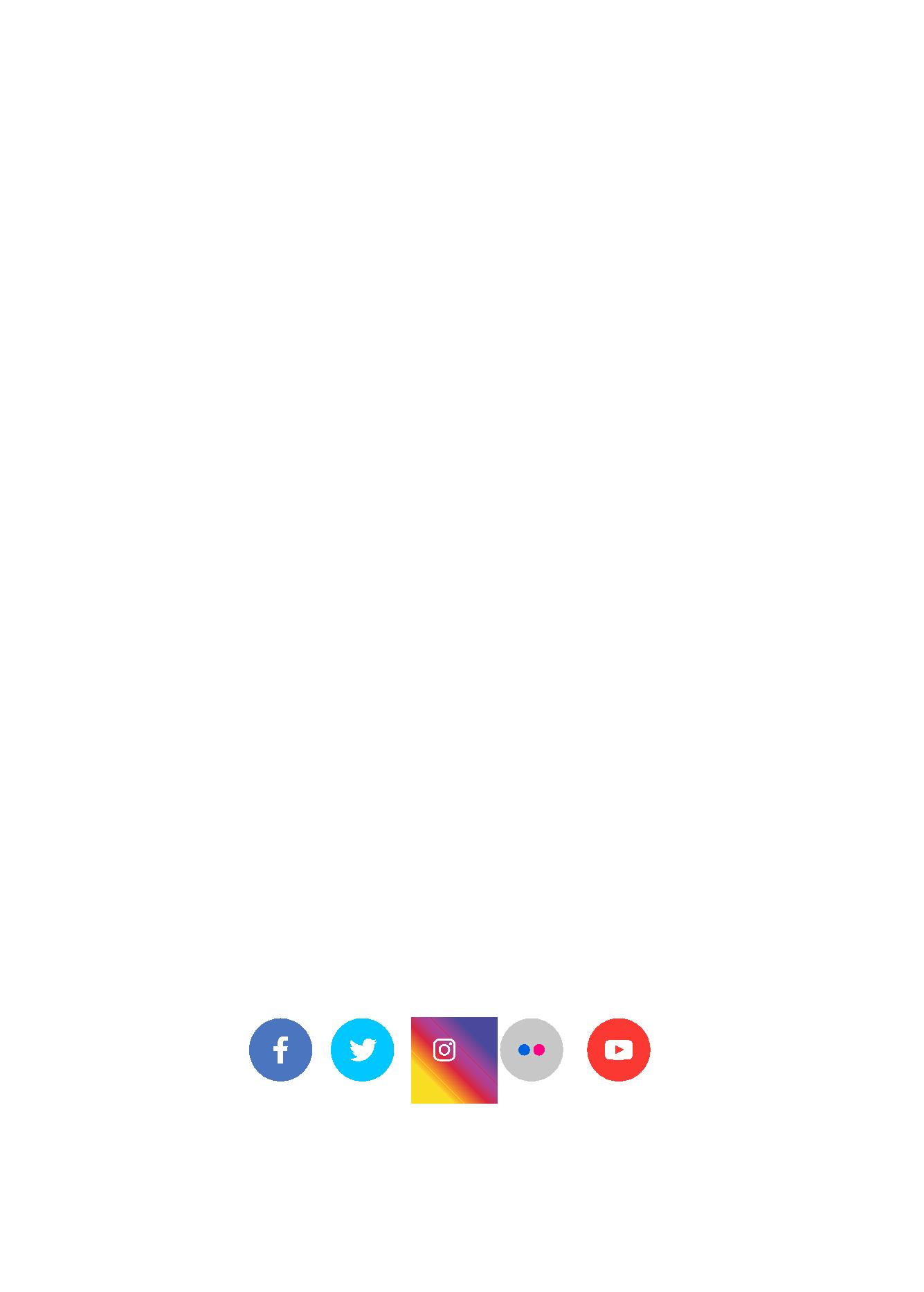
ATUALIZADA ATÉ A LEI 46/2018

SALVADOR, 2018



Siga-nos em nossas redes sociais

www.defensoria.ba.def.br



ADMINISTRAÇÃO

Defensoria Pública Geral

Clériston Cavalcante de Macêdo

Subdefensoria Pública Geral

Rafson Saraiva Ximenes

Corregedoria-geral

Maria Célia Nery Padilha

Coordenação Executiva das Defensorias Especializadas

Gianna Gerbasi Sampaio Almeida de Morais

Coordenação Executiva das Defensorias Regionais

Soraia Ramos Lima

Ouvidoria-geral

Vilma Maria dos Santos Reis

DP Especializada de Família

Donila Ribeiro Gonzalez de Sá Fonseca

DP Especializada da Defesa da Criança e do Adolescente

Gisele Aguiar Ribeiro Pereira Argolo

DP Especializada de Proteção à Pessoa Idosa

Laise de Carvalho Leite

DP Especializada Cível e Fazenda Pública

Gil Braga de Castro Silva

DP Especializada de Proteção aos Direitos Humanos e Itinerante

Eva dos Santos Rodrigues

DP Especializada Criminal e Execução Penal

Fabíola Margherita Pacheco de Menezes



ADMINISTRAÇÃO

DP Especializada da Curadoria Especial

Mônica de Paula Oliveira Pires de Aragão

DP Especializada dos Juizados Especiais

Marcos Fonseca Meireles

1

ª DP Regional – Feira de Santana

Marcelo Santana Rocha

ª DP Regional – Vitória da Conquista

Jeane Meira Braga

ª DP Regional – Ilhéus

Cristiane da Silva Barreto

ª DP Regional – Itabuna

Walter Nunes Fonseca Junior

ª DP Regional – Juazeiro

André Lima Cerqueira

ª DP Regional – Santo Antônio de Jesus

2

3

4

5

6

Lucas Silva Melo

Assessoria do Gabinete

Pedro Paulo Casali Bahia

Cristina Ulm Ferreira Araújo

Janaína Canário Carvalho

Escola Superior da Defensoria Pública – ESDEP

Firmiane Venâncio do Carmo Souza

Diretoria Geral

Gilda Maria Filgueiras Gordilho

Diretoria Administrativa

Ana Lúcia Antunes Faria



ADMINISTRAÇÃO

Diretoria Financeira

Ana Lúcia Almeida dos Santos

Diretoria de Planejamento e Orçamento

Mônica Simon Viana Costa Lujan

Assessoria de Comunicação Social

Vanda Maria Amorim

Coordenação de Modernização e Informática

Thales José Costa Almeida

Coordenação de Administração de Pessoal

Zeneide Maria Fernandes Neves

Coordenação de Contratos e Convênios

Gisele Cristiane de Lima Bezerra

Coordenação de Transportes

Jair Costa Pereira

Coordenação de Planejamento e Obras

Arnaldo Souza Moreira Neto

Coordenação de Serviços Administrativos

Aluízio Viana Oria Filho

Coordenação Permanente de Licitação

Laurindo Grilo Matos

Coordenação de Patrimônio

Ricardo Lins

Cerimonial

Maria do Socorro de Santana Lopes



APRESENTAÇÃO

Depois de muito diálogo com os poderes Executivo e Legis-

lativo, a Lei Complementar 26/2006 - Lei Orgânica e Estatuto da De-

fensoria Pública ﬁnalmente passou por uma revisão mais profunda, a

partir da LC 46, de 29/10/2018.

Vínhamos fazendo as atualizações constitucionais ao lon-

go do tempo através de resoluções do Conselho Superior. Agora, a

lei está consolidada com essas alterações da LC 46/2018 e, a partir

dela, a Defensoria Pública poderá avançar internamente rumo ao

reconhecimento que o trabalho dos(as) defensor(as) público(as) e

servidores(as) da instituição merece; e, externamente, à ampliação

da sua presença no interior do estado, ao fortalecimento da atuação

na Capital, à inovação em políticas públicas e à democratização do

acesso à carreira defensorial através das políticas de cotas para ne-

gros e indígenas.

Alguns avanços legislativos propostos não foram possíveis na

atual conjuntura, mas devem seguir como norte de fortalecimento da

Instituição. A luta não acaba nunca quando o tema é Defensoria Públi-

ca. Sempre haverá outras conquistas a alcançar para tornar a Ins-

tituição ainda mais sólida, com uma classe fortalecida atuando em

benefício da população para garantir o pleno acesso aos direitos

pelo povo baiano.

Clériston Cavalcante de Macêdo

Defensor Público Geral



SUMÁRIO

[LIVRO I - DA AUTONOMIA, DAS FUNÇÕES E DA ORGANIZAÇÃO DA](#br17)

[DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA.................................... 15](#br17)

[TÍTULO I - DA AUTONOMIA E ORGANIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA](#br17)

[DO ESTADO DA BAHIA..................................................................... 17](#br17)

[CAPÍTULO I - Das disposições preliminares.......................................... 17](#br17)

[CAPÍTULO II- Da autonomia ..................................................................18](#br18)

[TÍTULO II - DAS FUNÇÕES DA DEFENSORIA PÚBLICA.....................](#br21) 21

[TÍTULO lII - DA ORGANIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA ..............25](#br25)

[CAPÍTULO I - Da estrutura ................................................................... 25](#br25)

[CAPÍTULO II - Dos órgãos da administração superior .......................... 26](#br26)

[SEÇÃO I - Do Defensor Público-Geral .................................................. 26](#br26)

[Subseção I - Das Disposições Gerais.............................................. 26](#br26)

[Subseção II - Da Escolha, Nomeação e Posse do Defensor Público-](#br27)

[Geral ....................................................................................27](#br27)

[Subseção III - Da Destituição do Defensor Público-Geral ................](#br30)30

[Subseção IV - Das Atribuições do Defensor Público-Geral............... 33](#br33)

[SEÇÃO II - Do Gabinete do Defensor Público-Geral...............................](#br41)41

[SEÇÃO III - Do Conselho Superior da Defensoria Pública .....................42](#br42)

[Subseção I - Da Composição e da Eleição ...................................... 43](#br43)

[Subseção II - Das Atribuições do Conselho Superior da Defensoria](#br45)

[Pública ................................................................................... 45](#br45)

[SEÇÃO IV - Da Corregedoria Geral da Defensoria Pública .................... 48](#br48)

[Subseção I - Da Escolha, Nomeação, Posse e Destituição do](#br48)

[Corregedor-Geral.......................................................................... 48](#br48)

[Subseção II - Das Atribuições do Corregedor-Geral da Defensoria](#br49)

[Pública.......................................................................................... 49](#br49)

[Subseção III - Do Corregedor Adjunto e suas Atribuições................ 53](#br53)

[CAPÍTULO III - Dos órgãos de execução............................................... 54](#br54)

[SEÇÃO I - Das Coordenadorias das Defensorias Públicas Especializadas e](#br54)

[Regionais ........................................................................................... 54](#br54)

[Subseção I - Das Nomeações e Atribuições.................................... 54](#br54)

[SEÇÃO II - Das Defensorias Públicas Especializadas ........................... 58](#br58)

[Subseção I - Dos Subcoordenadores das Defensorias Públicas](#br59)

[Especializadas............................................................................... 59](#br59)

[SEÇÃO III - Das Defensorias Públicas Regionais ...................................](#br61)61



[SEÇÃO IV - Dos Defensores Públicos................................................... 62](#br62)

[CAPÍTULO IV - Dos órgãos auxiliares ................................................... 65](#br65)

[SEÇÃO I - Da Diretoria Geral ................................................................ 65](#br65)

[SEÇÃO II - Da Escola Superior da Defensoria Pública .......................... 65](#br65)

[SEÇÃO III - Da Ouvidoria ...................................................................... 68](#br68)

[SEÇÃO IV - Dos Centros de Atendimento Multidisciplinar.................... 69](#br69)

[SEÇÃO V - Dos Estagiários.................................................................. 73](#br73)

[Subseção I - Das Disposições Gerais.............................................. 73](#br73)

[Subseção II - Da Seleção, da Investidura e do Exercício .................. 73](#br73)

[Subseção III - Dos Direitos, Deveres e Vedações............................. 76](#br76)

[Subseção IV - Da Avaliação e do Certiﬁcado de Estágio.................. 77](#br77)

[LIVRO II - DO ESTATUTO DA DEFENSORIA PÚBLICA ...........................79](#br79)

[TÍTULO I - DA CARREIRA.................................................................79](#br79)

[CAPÍTULO I - Das disposições gerais................................................... 79](#br79)

[CAPÍTULO II - Do pr](#br81)ovimento originário [................................................](#br81) 81

[SEÇÃO I - Do Concurso de Ingresso......................................................](#br81)81

[SEÇÃO II - Da Nomeação..................................................................... 83](#br83)

[SEÇÃO III - Da Posse............................................................................ 83](#br83)

[CAPÍTULO III - Do estágio probatório e da estabilidade........................ 85](#br85)

[CAPÍTULO IV - Da lotação e da designação dos defensores públicos ... 87](#br87)

[CAPÍTULO V - Da promoção e da remoção........................................... 89](#br89)

[SEÇÃO I - Da Promoção....................................................................... 89](#br89)

[SEÇÃO II - Da Remoção ....................................................................... 93](#br93)

[SEÇÃO III - Do Procedimento .............................................................. 95](#br95)

[CAPÍTULO VI - Da disponibilidade e do aproveitamento.......................](#br101)101

[SEÇÃO I - Da Disponibilidade..............................................................](#br101) 101

[SEÇÃO II - Do Aproveitamento ...........................................................102](#br102)

[CAPÍTULO VII - Do pr](#br102)ovimento derivado [.............................................102](#br102)

[SEÇÃO I - Da Reintegração.................................................................102](#br102)

[SEÇÃO II - Da Reversão ......................................................................103](#br103)

[CAPÍTULO VIII - Da opção ...................................................................104](#br104)

[CAPÍTULO IX - Das substituições........................................................104](#br104)

[CAPÍTULO X - D](#br107)a vacância[.................................................................. 107](#br107)

[CAPÍTULO XI - Das garantias e prerrogativas......................................108](#br108)

[SEÇÃO I - Das Garantias .....................................................................108](#br108)

[SEÇÃO II - Das Prerrogativas..............................................................108](#br108)

[CAPÍTULO XII - Dos vencimentos e vantagens..................................... 111](#br111)

[SEÇÃO I - Dos Vencimentos e Vantagens Pecuniárias ......................... 111](#br111)

[Subseção I - Da Gratiﬁcação Natalina............................................117](#br117)

[Subseção II - Do Adicional por Tempo de Serviço........................... 118](#br118)

[Subseção III - Da Ajuda de Custo................................................... 118](#br118)

[Subseção IV - Das Diárias ............................................................. 119](#br119)

[SEÇÃO II - Das Vantagens Não Pecuniárias ........................................120](#br120)

[Subseção I - Das Férias ................................................................120](#br120)

[Subseção II - Das Licenças ...........................................................122](#br122)

[Subseção III - Dos Afastamentos ..................................................127](#br127)

[CAPÍTULO XIII - Do tempo de serviço.................................................. 129](#br129)

[CAPÍTULO XIV - Dos deveres, das vedações, dos impedimentos e da](#br130)

[responsabilidade funcional ................................................................130](#br130)

[SEÇÃO I - Dos Deveres .......................................................................130](#br130)

[SEÇÃO II - Das Vedações....................................................................134](#br134)

[SEÇÃO III - Dos Impedimentos ...........................................................135](#br135)

[SEÇÃO IV - Da Responsabilidade Funcional........................................136](#br136)

[TÍTULO II - DO REGIME DISCIPLINAR ............................................ 139](#br139)

[CAPÍTULO I - Das infrações disciplinares............................................ 139](#br139)

[CAPÍTULO II - Das penalidades ........................................................... 139](#br139)

[CAPÍTULO III - Do processo disciplinar ...............................................144](#br144)

[SEÇÃO I - Das Disposições Preliminares ............................................144](#br144)

[SEÇÃO II - Da Sindicância...................................................................145](#br145)

[SEÇÃO III - Do Processo Administrativo Sumário ...............................146](#br146)

[SEÇÃO IV - Do Processo Administrativo Ordinário..............................148](#br148)

[SEÇÃO V - Do Recurso ........................................................................1](#br151)51

[SEÇÃO VI -Da Revisão do Processo Administrativo e da Reabilitação.152](#br152)

[LIVRO IlI .............................................................................................153](#br153)

[TÍTULO llI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS............... 153](#br153)

ANEXOS [........................................................................................... 163](#br171)

LEI COMPLEMENTAR Nº 33 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2009 .............. 169

[LEI Nº 11.377 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2009 ......................................175](#br177)

[LEI COMPLEMENTAR Nº 39 DE 11 DE ABRIL DE 2014 ......................... 183](#br185)

[LEI COMPLEMENTAR Nº 46 DE OUTUBRO DE 2018............................ 189](#br191)

LEI

COMPLEMENTAR

Nº 26/2006



LEI COMPLEMENTAR Nº 26/2006

Ver também:

Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018 - Altera dispositivos da Lei

Complementar nº 26, de 28 de junho de 2006, que dispõe sobre a Lei Orgânica e o

Estatuto da Defensoria do Estado da Bahia e dá outras providências.

Lei nº 11.377 de 06 de fevereiro de 2009 - Dispõe sobre a organização, estrutura e

funcionamento da Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado da Bahia, e dá outras

providências.

Lei Complementar nº 33, de 05 de fevereiro de 2009. Altera a Lei Complementar

nº 26, de 28 de junho de 2006, que dispõe sobre a Lei Orgânica e o Estatuto da De-

fensoria Pública do Estado da Bahia, e dá outras providências. D.O.E. 06.02.2009.

Lei Complementar nº 39 de 11 de abril de 2014 - Altera a Lei Complementar nº 26,

de 28 de junho de 2006, que instituiu a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado

da Bahia, e dá outras providências.

1

6

Lei 26/2006 atuaLizada



LEI COMPLEMENTAR Nº 26 DE 28 DE JUNHO DE 2006

Dispõe sobre a Lei Orgânica e o Estatuto da Defensoria Pública

do Estado da Bahia e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembléia

Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

LIVRO I

Da aUTonoMia, Das fUnÇÕes e Da orGaniZaÇÃo

Da Defensoria Pública Do esTaDo Da baHia

TÍTULO I

Da aUTonoMia e orGaniZaÇÃo Da

Defensoria Pública Do esTaDo Da baHia

CAPÍTULO I

Das DisPosiÇÕes PreliMinares

art. 1º - Esta Lei Complementar dispõe sobre a organização da Defensoria

Pública do Estado da Bahia, nos termos dos arts. 1º, 3º, 5º, inciso LXXIV,

1

34 e 135 da Constituição Federal, Emenda à Constituição Federal nº

4

5, de 8 de dezembro de 2004; arts. 4º, 71, 78, 105, 123, 144, 145 e 163 da

Constituição do Estado da Bahia e Emenda à Constituição Estadual nº 11,

de 28 de junho de 2005, deﬁne suas atribuições, estabelece o seu estatuto

e o regime jurídico dos integrantes da carreira de Defensor Público e de

seus servidores.

art. 2º - A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função

jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento

do regime democrático, fundamentalmente, a promoção das políticas

públicas, preventivas e postulatórias, de assistência e orientação jurídica,

integral e gratuita aos necessitados, dos direitos humanos, dos direitos e

interesses individuais, coletivos e difusos e a defesa judicial, extrajudicial

da autonomia e organização da defensoria PÚBLiCa do estado da Bahia 17



e administrativa, em todos os graus e instâncias, consoante o art. 5º,

inciso LXXIV da Constituição Federal.

Parágrafo único- Considera-se juridicamente necessitado, para os efeitos

desta Lei, toda pessoa física ou jurídica que não tenha condição de consti-

tuir advogado para a defesa de seus direitos e de arcar com as custas pro-

cessuais, sem prejuízos do sustento próprio e/ou dos seus dependentes.

art. 3º - São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a

indivisibilidade e a independência funcional, tendo como objetivos:

I - a aﬁrmação do Estado Democrático de Direito;

II - a prevalência, a relevância e a efetividade dos direitos humanos;

III - a primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das de-

sigualdades sociais.

CAPÍTULO II

Da aUTonoMia

art. 4º - À Defensoria Pública do Estado da Bahia é assegurada auto-

nomia funcional, administrativa e a iniciativa de sua proposta orça-

mentária, dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orça-

mentárias cabendo-lhe, especialmente:

I - praticar atos próprios de gestão;

II - praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administra-

tiva do pessoal, ativo e inativo da carreira e dos serviços auxiliares,

organizados em quadros próprios, e dos cargos em comissão;

III - elaborar suas folhas de pagamento e expedir os competentes

demonstrativos;

IV - adquirir bens e contratar serviços, efetuando a respectiva

contabilização;

V - propor ao Poder Executivo a criação e a extinção de seus cargos

e de seus serviços auxiliares, bem como a ﬁxação e o reajuste dos

vencimentos e vantagens dos seus membros e de seus servidores;

VI - prover os cargos iniciais da carreira e dos serviços auxiliares e

1

8

Lei 26/2006 atuaLizada



os cargos em comissão, bem como nos casos de remoção, promo-

ção e demais formas de provimento derivado;

VII - editar atos de aposentadoria, exoneração e outros que impor-

tem em vacância de cargos de carreira e de serviços auxiliares e de

cargos em comissão, bem como os de disponibilidade de membros

da Defensoria Pública e de seus servidores;

VIII - instituir e organizar seus órgãos de apoio administrativo e os

serviços auxiliares;

IX - compor os seus órgãos de administração, execução e auxiliares;

X - expedir carteira funcional para os seus membros e servidores;

XI - instituir matrícula própria para os seus membros e servidores;

XII - elaborar seus regimentos internos;

XIII - exercer outras competências decorrentes de sua autonomia.

Parágrafo único - As decisões da Defensoria Pública, fundadas em

sua autonomia funcional, administrativa e orçamentária, obedecidas

as formalidades legais, têm eﬁcácia plena e executoriedade imediata,

ressalvada a competência constitucional do Poder Judiciário e do Tribunal

de Contas do Estado.

art. 5º - A Defensoria Pública elaborará a sua proposta orçamentária,

dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias

que, após aprovação do Conselho Superior da Defensoria Pública, será

encaminhada pelo Defensor Público-Geral ao Governador do Estado, que

a submeterá ao Poder Legislativo.

§

1º - Os recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias pró-

prias e globais, compreendidos os créditos suplementares e especiais,

ser-lhe-ão entregues até o dia 20 (vinte) de cada mês, sem vinculação a

qualquer tipo de despesa, na forma da Lei de Diretrizes Orçamentárias e

da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§

2º - A omissão no encaminhamento da proposta orçamentária ou a inobser-

vância do disposto no parágrafo anterior conﬁguramatos atentatórios ao livre

exercício da Defensoria Pública, para todos os ﬁns.

da autonomia e organização da defensoria PÚBLiCa do estado da Bahia 19



§

3º - A ﬁscalização contábil, ﬁnanceira, orçamentária, operacional e pa-

trimonial da Defensoria Pública, quanto à legalidade, legitimidade, econo-

micidade, aplicação de dotações e recursos próprios, será exercida pelo

Poder Legislativo, mediante controle externo e pelo sistema de controle

interno estabelecido nesta Lei.

art. 6º - Constituem receitas da Defensoria Pública do Estado da Bahia:

I - as dotações orçamentárias e os créditos adicionais originários

do Tesouro Estadual, na forma estabelecida pela Lei de Diretrizes

Orçamentárias;

II - os honorários advocatícios, em razão da aplicação do princípio

da sucumbência, nas ações em que qualquer dos seus representan-

tes tiver atuado, exceto com relação às pessoas jurídicas de direito

público da administração direta e indireta;

III - as doações, contribuições, subvenções, auxílios e legados;

IV - os recursos provenientes de convênios, contratos, acordos e

outros ajustes com órgãos ou entidades, nacionais ou estrangeiras,

nos termos da legislação vigente;

V - as rendas resultantes do uso e da aplicação de bens e valores

patrimoniais, na forma da lei;

VI - o produto da venda de revistas, livros e publicações pela Escola

Superior da Defensoria Pública;

VII - mensalidades de cursos promovidos pela Instituição;

VIII - outras receitas.

2

0

Lei 26/2006 atuaLizada



TÍTULO II

Das fUnÇÕes Da Defensoria Pública

art. 7º - São funções da Defensoria Pública, dentre outras:

I - prestar assistência e orientação jurídica integral e gratuita aos

necessitados, priorizando a solução extrajudicial dos litígios, promo-

vendo a composição entre as pessoas em conﬂito, formalizando, para

tanto, o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta que, uma

vez ﬁrmado na presença do Defensor Público, terá força executiva na

forma da lei, além de outras funções atribuídas por lei;

II - representar em juízo pessoas carentes de recursos na tutela de

seus interesses individuais ou coletivos, no âmbito criminal, civil e

de família, ou perante os órgãos jurisdicionais do Estado e em todas

as instâncias, inclusive os Tribunais Superiores.

III - promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos,

da cidadania e do ordenamento jurídico;

IV - convocar audiências públicas para discutir assuntos relaciona-

dos às suas funções institucionais;

V - participar dos conselhos de direitos estaduais, municipais e co-

munitários, grupos de trabalho e comissões, afetos às funções da

Defensoria Pública;

VI - prestar atendimento interdisciplinar, no âmbito de suas funções;

VII - exercer, mediante o recebimento dos autos com vista, a mais

ampla defesa jurídica dos necessitados, em processos criminais,

cíveis e de família, inclusive no âmbito da execução penal, das me-

didas sócio-educativas e dos juizados especiais, perante todos os

órgãos jurisdicionais e em todas as instâncias, podendo represen-

tar e recorrer ao sistema nacional e internacional de proteção dos

direitos humanos;

VIII - patrocinar ação civil pública, em nome de associações ou or-

ganizações que incluam entre suas ﬁnalidades institucionais a pro-

DAS FUNÇÕES DA DEFENSORIA PÚBLICA 21



teção ao meio ambiente, aos direitos fundamentais da pessoa hu-

mana e a outros interesses individuais e coletivos, demonstrada a

insuﬁciência de recursos dessas entidades;

IX - exercer a defesa do consumidor;

X - patrocinar a interposição dos recursos cabíveis para quaisquer

instâncias ou Tribunais, patrocinar a revisão criminal e a ação resci-

sória, a impetração de habeas corpus, mandado de segurança, man-

dado de injunção e habeas data;

XI - impetrar mandado de segurança coletivo em nome das entidades

de classe ou associações indicadas no art. 5º, inciso LXX, alínea “b”, da

Constituição Federal, que incluam entre suas ﬁnalidades institucio-

nais a proteção dos seus membros ou associados, quando demons-

trada a insuﬁciência de recursos econômicos dessas entidades;

XII - patrocinar a ação penal privada e a subsidiária da pública;

XIII - atuar como curador especial, nos casos previstos em lei;

XIV - promover a orientação e atuar em defesa dos necessitados em

qualquer instância administrativa dos poderes públicos;

XV - exercer a defesa e orientação jurídica da criança, do adolescen-

te, do idoso e de pessoas portadoras de necessidades especiais;

XVI - exercer a defesa, em processo penal, quando a parte não consti-

tuir advogado, independente de sua condição econômica, respeitan-

do os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório;

XVII - atuar junto aos estabelecimentos policiais, penitenciários e

de internação de adolescentes, visando a assegurar às pessoas, sob

quaisquer circunstâncias, o exercício pleno de seus direitos e ga-

rantias fundamentais;

XVIII - atuar na preservação e reparação dos direitos de pessoas ví-

timas de tortura; abusos sexuais; discriminação étnica, sexual, de

gênero ou religiosa; ou qualquer outra forma de opressão ou violên-

cia, propiciando o acompanhamento das vítimas;

XIX - atuar junto aos juizados especiais em favor do necessitado;

2

2

Lei 26/2006 atuaLizada



XX - assegurar, em sua atuação, a efetividade das garantias cons-

titucionais outorgadas ao seu assistido, em especial a do devido

processo legal, do contraditório, da ampla defesa e a do direito de

acesso à tutela jurisdicional.

§

1º - As funções institucionais da Defensoria Pública serão exercidas,

inclusive, em favor de entidades ou organizações civis que elejam entre

suas ﬁnalidades institucionais a proteção dos direitos fundamentais

da pessoa humana, do meio ambiente, dos direitos do consumidor e de

outros interesses coletivos, difusos e individuais homogêneos, declarada

a insuﬁciência de recursos econômicos dessas entidades.

§

2º - As funções institucionais da Defensoria Pública serão exercidas,

também, contra pessoas jurídicas de direito público.

§

3º - Em caso de colidência de interesses entre necessitados, a Defensoria

Pública atuará em favor de todos os interessados, através de Defensores

Públicos distintos, quando o quadro de carreira assim o permitir.

art. 8º - A Defensoria Pública do Estado da Bahia prestará serviços

contínuos, eﬁcientes e de qualidade, garantindo, aos juridicamente

necessitados, ampla informação quanto ao horário

e

locais de

funcionamento, procedimentos e decisões adotadas e acesso à Ouvidoria.

art. 9º - São direitos dos destinatários das funções institucionais:

I - a informação sobre:

a) o horário de funcionamento dos órgãos da Defensoria Pública;

b) o tipo de atividade exercida em cada órgão, sua localização

exata e a indicação do responsável pelo atendimento ao público;

c) os procedimentos para acesso a exames periciais, formulários

e outros dados necessários à execução das funções;

d) a tramitação dos procedimentos administrativos e dos proces-

sos judiciais em que ﬁgurem como interessados;

e) a acesso à Ouvidoria, encarregada de receber denúncias, re-

clamações ou sugestões;

DAS FUNÇÕES DA DEFENSORIA PÚBLICA 23



II - O direito à qualidade na execução das funções que exige dos

membros e servidores:

a) humanização, urbanidade e respeito no atendimento ao público;

b) prioridade a crianças, adolescentes, idosos, gestantes e pes-

soas portadoras de necessidades especiais;

c) igualdade de tratamento, vedado qualquer tipo de discriminação;

d) observação dos prazos e normas procedimentais;

e) observância de horários e normas compatíveis com o bom

atendimento dos necessitados e interessados;

f) manutenção de instalações limpas, sinalizadas, acessíveis e

adequadas ao serviço ou atendimento, inclusive aos portadores

de necessidades especiais;

g) adoção de medidas de proteção à saúde e à segurança dos sujei-

tos de direito, destinatários das funções da Defensoria Pública;

III - a participação na sugestão das diretrizes institucionais da Defen-

soria Pública e no acompanhamento das ações e projetos desenvolvi-

dos pela Instituição, visando ao aperfeiçoamento do acesso à justiça.

2

4

Lei 26/2006 atuaLizada



TÍTULO lII

Da orGaniZaÇÃo Da Defensoria Pública

CAPÍTULO I

Da esTrUTUra

art. 10 - A Defensoria Pública do Estado da Bahia terá a seguinte estrutura

organizacional:

I - Órgãos de Administração Superior;

II - Órgãos de Execução;

III - Órgãos Auxiliares.

art. 11 - São Órgãos de Administração Superior da Defensoria Pública:

I - o Defensor Público-Geral;

II - o Gabinete do Defensor Público-Geral;

III - o Conselho Superior da Defensoria Pública;

IV - a Corregedoria Geral da Defensoria Pública.

art. 12 - São Órgãos de Execução da Defensoria Pública:

I - a Coordenadoria das Defensorias Públicas Especializadas;

II - a Coordenadoria das Defensorias Públicas Regionais;

III - as Defensorias Públicas Especializadas;

IV - as Defensorias Públicas Regionais;

V - os Defensores Públicos.

art. 13 - São Órgãos Auxiliares da Defensoria Pública:

I - a Diretoria Geral;

II - a Escola Superior da Defensoria Pública;

III - a Ouvidoria;

IV - os Centros de Atendimento Multidiciplinar.

V - Coordenadoria de Controle Interno

∙

Inciso V acrescido pelo art. 1º da Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018. ∙

DA ORGANIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA 25



CAPÍTULO II

Dos ÓrGÃos Da aDMinisTraÇÃo sUPerior

SEÇÃO I

Do Defensor Público-Geral

Subseção I

Das Disposições Gerais

art. 14 - A Defensoria Pública será dirigida pelo Defensor Público-Geral,

nomeado pelo Governador do Estado, dentre os integrantes do quadro

de carreira da ativa, e das 02 (duas) últimas classes, maiores de 35 (trinta

e cinco) anos, indicados em lista tríplice, elaborada na forma desta Lei,

para mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução, observado o

mesmo procedimento.

Parágrafo único - A eleição da lista tríplice far-se-á mediante voto

unipessoal e plurinominal, obrigatório e secreto, dos Defensores Públicos

em atividade, sendo vedados os votos postal e por procuração.

art. 15 - Além de outras atribuições previstas em normas constitucionais e

legais, compete ao Defensor Público-Geral:

I - planejar e executar a política pública de assistência e orientação

jurídica da Defensoria Pública do Estado da Bahia;

II - impetrar, no interesse da Defensoria Pública, mandados de segu-

rança e habeas data contra atos do Governador do Estado, da Mesa

e da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado, da Mesa e da

Presidência do Tribunal de Justiça do Estado ou de seus membros,

do Procurador Geral de Justiça do Ministério Público, dos Presiden-

tes dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, do Prefeito

e do Presidente da Câmara Municipal da Capital e dos Municípios,

dos Secretários de Estado;

III - impetrar, no interesse da Defensoria Pública, mandados de in-

junção, quando a inexistência de norma regulamentadora estadual

ou municipal, de qualquer dos Poderes, inclusive da administração

2

6

Lei 26/2006 atuaLizada



indireta, torne inviável o exercício de direitos assegurados aos des-

tinatários de suas funções;

IV - promover ação civil pública para defesa dos destinatários de

suas funções, quando a responsabilidade for decorrente de ato pra-

ticado, em razão de suas funções, por:

a) Secretário de Estado e de Município;

b) membro da Diretoria ou do Conselho de Administração de enti-

dade da administração indireta do Estado;

c) Deputado Estadual e Vereador;

d) membro do Ministério Público;

e) membro do Poder Judiciário;

f) Conselheiro dos Tribunais de Contas.

V - representar a Defensoria Pública nas sessões plenárias dos Tri-

bunais e outros órgãos judiciários;

VI - delegar a membro da Defensoria Pública suas funções de órgão

de execução;

VII - exercer outras atribuições necessárias ao desempenho

de seu cargo.

Subseção II

Da escolha, nomeação e Posse do Defensor Público-Geral

art. 16 - O Conselho Superior baixará normas regulamentadoras do

processo eleitoral, até 03 (três) meses antes do término do mandato do

Defensor Púbico-Geral, observados os seguintes procedimentos:

I - constituir Comissão Eleitoral, composta de 03 (três) membros es-

colhidos pelo Conselho Superior, cujos indicados, ﬁcarão, de logo,

excluídos de concorrer à eleição, que será presidida pelo membro

mais antigo no cargo, tendo competência para dirigir o processo

eleitoral, desde a inscrição dos candidatos até a apuração dos votos

e proclamação do resultado;

DA ORGANIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA 27



II - assegurar aos candidatos, durante o processo eleitoral, oportu-

nidade para apresentar aos Defensores Públicos suas propostas so-

bre a política e diretrizes para o mandato, em sessão especial.

§

1º - É obrigatória a desincompatibilização, mediante afastamento, de

pelo menos 30 (trinta) dias da data ﬁxada para a eleição, para os que:

I - ocupam cargo na administração superior da Defensoria Pública;

II - ocupam cargo eletivo nos órgãos de administração da Defensoria

Pública e no órgão de classe;

III - ocupam cargo ou função de conﬁança.

§

2º - São inelegíveis para o cargo de Defensor Público-Geral os membros que:

I - estejam afastados da carreira, inclusive para desempenho de

função junto a outro órgão, na forma da lei, ou à associação de clas-

se, salvo se reassumirem suas funções na Defensoria Pública até

1

20 (cento e vinte) dias da data prevista para a eleição;

II - tenham sido condenados por crimes dolosos, com decisão tran-

sitada em julgado;

III - tenham respondido a processo administrativo disciplinar e este-

jam cumprindo sanção correspondente;

IV - estejam em inatividade ou em disponibilidade.

§

3º - Qualquer membro da Defensoria Pública poderá representar à

Comissão Eleitoral acerca das causas de inelegibilidade previstas no

parágrafo anterior, cabendo, da decisão, recurso ao Conselho Superior da

Defensoria Pública, no prazo de 05 (cinco) dias.

§

4º - Serão incluídos na lista tríplice os 03 (três) candidatos mais votados,

e, em caso de empate, o incidente será resolvido, considerando-se

sucessivamente:

I - o mais antigo na carreira;

II - o de mais tempo de serviço público prestado ao Estado da Bahia;

III - o mais idoso.

2

8

Lei 26/2006 atuaLizada



§

5º - Encerrada a votação, a Comissão Eleitoral procederá à apuração

dos votos e resolverá os dissídios ocorrentes, dissolvendo-se após a

elaboração da ata da eleição e a entrega ou remessa da lista tríplice ao

Defensor Público-Geral, logo após o encerramento da apuração.

§

6º - O Defensor Público-Geral encaminhará a lista tríplice, elaborada

pela Comissão Eleitoral, até o terceiro dia útil da data de recebimento, ao

Governador do Estado, cabendo a este exercer, no prazo de 30 (trinta) dias,

a respectiva escolha.

§

7º - Caso o Chefe do Poder Executivo não efetive a nomeação do Defensor

Público-Geral, nos 30 (trinta) dias que se seguirem ao do recebimento

da lista tríplice, será empossado pelo Conselho Superior o membro da

Defensoria Pública mais votado para exercício do mandato.

§

8º - O Defensor Público-Geral tomará posse e entrará em exercício em

sessão pública e solene do Conselho Superior da Defensoria Pública, na

primeira quinzena subseqüente à da nomeação.

§

9º - O Defensor Público-Geral fará declaração pública de bens no ato da

posse e no término do mandato e a publicará no Diário Oﬁcial do Estado.

art. 17 - O Defensor Público-Geral será substituído, em seus afastamentos

e impedimentos eventuais, pelo Subdefensor Público-Geral.

Parágrafo único - Decorridos 120 (cento e vinte) dias de afastamento, sem

justiﬁcativa, será declarada a vacância do cargo de Defensor Público-

Geral, pelo Conselho Superior da Defensoria Pública.

art. 18 - Ocorrendo a vacância do cargo de Defensor Público-Geral, será

realizada, em até 30 (trinta) dias, nova eleição para o preenchimento da

vaga, na forma prevista nesta Lei, respondendo o Subdefensor Público-

Geral, interinamente, pela Instituição.

§

1º - Na hipótese de já terem sido cumpridos mais de 2/3 (dois terços) do

mandato, o Subdefensor Público-Geral será nomeado por ato do Governador

do Estado, para terminar o mandato do cargo de Defensor Público-Geral.

DA ORGANIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA 29



§

2º - O Defensor Público-Geral nomeado indicará e dará posse ao

Subdefensor Público-Geral, imediatamente, para o exercício até o

término do mandato.

Subseção III

Da Destituição do Defensor Público-Geral

art. 19 - O Defensor Público-Geral poderá ser destituído do cargo, por

deliberação da maioria absoluta dos membros da Assembléia Legislativa,

no prazo máximo de 03 (três) meses a partir da data do recebimento

da proposta de destituição, apresentada pelo Conselho Superior da

Defensoria Pública, assegurada a ampla defesa e o contraditório, com os

meios e recursos a ela inerentes.

art. 20 - Constituem hipóteses para destituição do Defensor Público-Geral:

I - abuso de poder, na forma da lei;

II - conduta incompatível com suas atribuições, nos termos do art.

2

07 desta Lei;

III - grave omissão nos deveres do cargo;

IV - condenação, com pena de reclusão, em sentença penal, com

trânsito em julgado.

Parágrafo único - A destituição do Defensor Público-Geral dar-se-á sem

prejuízo das sanções aplicáveis ao cargo de Defensor Público.

art. 21 - O Conselho Superior somente poderá apresentar proposta de

destituição à Assembléia Legislativa do Estado, por deliberação de, no

mínimo, 2/3 (dois terços) dos seus membros, em sessão presidida pelo

Defensor Público mais antigo na carreira, entre os Conselheiros.

art. 22 - A proposta para a destituição do Defensor Público-Geral, aprovada

pelo Conselho Superior, será encaminhada à Assembléia Legislativa do

Estado, mediante protocolo, pelo Defensor Público mais antigo, integrante

do respectivo Conselho.

art. 23 - O Defensor Público-Geral ﬁcará afastado de suas atribuições

3

0

Lei 26/2006 atuaLizada



enquanto submetido ao processo de destituição, sem prejuízo das

vantagens decorrentes do exercício de seu mandato, a partir do

recebimento da notiﬁcação encaminhada pelo Presidente da sessão de

que trata o art. 21 desta Lei.

art. 24 - O Conselho Superior estará habilitado a iniciar o procedimento

de destituição do Defensor Público-Geral, se a Assembléia Legislativa do

Estado não deliberar no prazo de 03 (três) meses, contado do recebimento

do pedido de destituição.

art. 25 - Na hipótese da não-deliberação de que trata o artigo anterior, o

Conselho Superior, em sessão presidida pelo Defensor Público mais antigo

dentre os Conselheiros, constituirá, em votação secreta, a Comissão

Processante.

Parágrafo único - A Comissão Processante será composta por 03 (três)

Defensores Públicos, integrantes das 02 (duas) últimas classes da carreira,

e presidida pelo Corregedor-Geral da Defensoria Pública.

art. 26 - Constituída a Comissão Processante, esta determinará a citação

pessoal, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, do Defensor Público-Geral,

que terá 15 (quinze) dias para oferecer defesa escrita, pessoalmente, por

seu advogado ou defensor, e requerer produção de provas.

§

1º - Quando o Defensor Público-Geral se encontrar em lugar incerto ou

não sabido ou quando houver fundada suspeita de ocultação para frustrar

a diligência, a citação será feita por edital.

§

2º - O edital, pelo prazo de 20 (vinte) dias, será publicado, por uma vez, no

Diário Oﬁcial do Estado e em jornal de grande circulação da Capital.

§

3º - Recusando-se o Defensor Público-Geral a receber a citação, deverá

o fato ser certiﬁcado à vista de 2 (duas) testemunhas.

§

4º - O prazo de defesa de que trata o caput deste artigo será contado

a partir da data de recebimento da citação pessoal, do ﬁnal do prazo do

edital ou da certiﬁcação da recusa.

DA ORGANIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA 31



art. 27 - Não sendo oferecida defesa, o Corregedor-Geral nomeará

defensor dativo para oferecê-la, em igual prazo.

art. 28 - Findo o prazo de defesa, o Corregedor-Geral designará,

em 48 (quarenta e oito) horas, data para realização de audiência de

instrução, no prazo de 10 (dez) dias, providenciando, imediatamente,

as intimações necessárias.

Parágrafo único - Terminada a instrução e cumpridas as diligências, se

houver, o Corregedor-Geral, em 03 (três) dias, apresentará ao Conselho

Superior o relatório da Comissão Processante, com a conclusão da

apuração, momento em que esta ﬁcará dissolvida.

art. 29 - O Conselho Superior, presidido pelo Defensor Público mais antigo no

cargo, designará, no prazo de 05 (cinco) dias, a sessão de julgamento, na qual:

I - o Presidente do Conselho Superior procederá à leitura do relató-

rio da Comissão Processante;

II - o Defensor Público-Geral, pessoalmente, por seu advogado ou

defensor, terá 30 (trinta) minutos para produzir defesa oral, prorro-

gáveis por igual tempo;

III - a presença à sessão de julgamento será limitada aos membros

do Conselho Superior, ao Defensor Público-Geral, ao seu patrono e

ao membro do Ministério Público, quando o processo de restituição

decorrer da representação deste;

IV - somente pelo voto fundamentado de, no mínimo, 2/3 (dois terços)

de seus membros, poderá o Conselho Superior, aprovar a destituição.

art. 30 - A sessão poderá ser suspensa, pelo prazo máximo de 10 (dez ) dias,

para a realização de diligência sobre fato novo, requerida pelo Defensor

Público-Geral ou por quaisquer dos membros do Conselho Superior, desde

que acolhida, por maioria de votos, e imprescindível ao esclarecimento

dos fatos.

art. 31 - Rejeitada a destituição, ou não atingida a votação prevista, os

autos serão arquivados.

3

2

Lei 26/2006 atuaLizada



§

1º - Aprovada a destituição, o Presidente da Assembléia Legislativa do

Estado ou o Presidente do Conselho Superior da Defensoria Pública, em 48

(quarenta e oito) horas, encaminhará os autos ao Governador do Estado,

que terá o prazo de 30 (trinta) dias para destituir o Defensor Público-Geral,

e, caso não o faça no prazo mencionado, o Conselho Superior declarará a

vacância do cargo.

§

2º - Destituído o Defensor Público-Geral, o Conselho Superior declarará

a vacância do cargo e, tendo o Defensor Público destituído já cumprido

mais de 2/3 (dois terços) do mandato, o Conselho Superior empossará

o Subdefensor Público-Geral para completar o período, observado o

disposto no §1º do art. 18 desta Lei.

§

3º-OConselhoSuperioreditaránormasregulamentadorasdesubstituição

do Defensor Público-Geral, no prazo de 10 (dez) dias, na hipótese de

cumprimento de prazo inferior ao constante no parágrafo anterior.

Subseção IV

Das atribuições do Defensor Público-Geral

art. 32 - Ao Defensor Público-Geral cabe:

I - exercer a direção geral da Defensoria Pública, representando-a

judicial e extrajudicialmente;

II - dirigir a Defensoria Pública, coordenar, superintender suas ativi-

dades, orientar sua atuação, praticar atos e decidir questões relati-

vas à administração geral;

III - zelar pela observância dos princípios e cumprimento das fun-

ções institucionais;

IV - zelar pelo respeito aos direitos dos Defensores Públicos, dos

servidores e dos destinatários de suas funções e atribuições;

V - expedir atos que visem à celeridade e à racionalização das ativi-

dades dos órgãos de administração superior, de execução e auxilia-

res da Defensoria Pública, para dar cumprimento a esta Lei, à Lei de

Diretrizes Orçamentárias e à Lei de Responsabilidade Fiscal;

DA ORGANIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA 33



VI - revogado.

∙

Inciso VI revogado pela Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação revogada: “VI - Encaminhar ao Poder Executivo as propostas de projetos de

lei relativos à organização da Defensoria Pública, bem como as previstas no inciso

XVI deste artigo e no art. 153 desta Lei.” ∙

VII - apresentar planejamento bienal das atividades, metas, diretri-

zes e políticas institucionais para todo o Estado, dentro de 30 (trin-

ta) dias da posse, promovendo meios para sua execução e consecu-

ção, observada a dotação orçamentária;

VIII - despachar expedientes relativos à Defensoria Pública e forne-

cer informações sobre providências efetivadas, bem como exercer

atribuições compatíveis e necessárias ao desempenho do cargo;

IX - realizar reuniões com os membros da administração superior, a

ﬁm de que sejam feitos os ajustes necessários ao bom desempenho

do serviço, colhendo opiniões e manifestações acerca da atuação

de seus membros e da própria administração, devidamente regis-

tradas em atas;

X - requisitar exames, perícias, vistorias, certidões, informações,

diligências, processos, documentos e esclarecimentos de autori-

dades federais, estaduais ou municipais, bem como dos órgãos e

entidades da administração direta, indireta ou fundacional de qual-

quer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos

Municípios e dos permissionários, concessionários, prestadores ou

delegatários de serviços públicos;

XI - celebrar convênios e ﬁrmar acordos ad referendum do Conselho

Superior com quaisquer órgãos ou entidades públicas ou privadas,

nacionais ou estrangeiras, com valor superior a 60 (sessenta) salá-

rios mínimos, para atendimento das necessidades da Instituição e a

consecução dos princípios da Defensoria Pública;

XII - elaborar e publicar relatório anual das atividades da Defen-

soria Pública;

XIII - comparecer à Assembléia Legislativa ou às suas comissões,

espontaneamente ou quando regularmente convocado, em dia e

3

4

Lei 26/2006 atuaLizada



hora ajustados com antecedência, para prestar esclarecimentos de

fatos previamente determinados, ou para relatar as atividades da

Defensoria Pública e manter informados os parlamentares sobre as

providências consideradas necessárias para o aperfeiçoamento da

Instituição e da administração da justiça;

XIV - delegar suas funções administrativas, salvo as indicadas no

parágrafo único deste artigo;

XV - solicitar ao Conselho Superior manifestação sobre matéria re-

lativa à autonomia funcional e administrativa, bem como de outros

interesses institucionais;

XVI - elaborar e submeter ao Conselho Superior da Defensoria Pú-

blica a proposta orçamentária, para posterior encaminhamento ao

Poder Executivo;

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação original: “XVI - elaborar e submeter ao Conselho Superior a proposta

orçamentária, a de reajuste de vencimento, bem como as propostas de criação,

transformação, modiﬁcação e extinção de cargos de carreira e dos serviços

auxiliares da Defensoria Pública, para posterior encaminhamento ao Chefe do Poder

Executivo, cabendo a este, observados os critérios aplicados à política de pessoal e as

disponibilidades do Tesouro Estadual, formular a respectiva proposição à Assembléia

Legislativa do Estado.“ ∙

XVII - editar atos e decidir, na forma desta Lei, sobre as implemen-

tações decorrentes do sistema remuneratório, bem como sobre a

situação funcional e administrativa do pessoal ativo e inativo da car-

reira e dos serviços auxiliares;

XVIII - requisitar as dotações orçamentárias destinadas ao custeio

das atividades da Defensoria Pública, praticar atos e decidir ques-

tões relativas à execução orçamentária;

XIX - promover a abertura de crédito e a alteração no orçamento

analítico da Defensoria Pública dos recursos e elementos seme-

lhantes, de um para outro, dentro das consignações respectivas, de

acordo com as necessidades do serviço e as normas legais vigen-

tes, podendo fazê-lo ad referendum do Conselho Superior;

XX - exercer as demais competências concernentes à administra-

ção orçamentária, patrimonial e de pessoal;

DA ORGANIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA 35



XXI - determinar, após deliberação do Conselho Superior, a abertura

de concurso público para ingresso na carreira da Defensoria Pública

e de seus servidores;

XXII - solicitar à Ordem dos Advogados do Brasil a indicação de 02

(dois) representantes para integrar a comissão de concurso, sendo

01 (um) titular e 01 (um) suplente;

XXIII - prover os cargos iniciais da carreira e dos serviços auxiliares,

bem como as vagas por remoção, promoção, convocação e demais

formas de provimento derivado, nas hipóteses desta Lei;

XXIV - expedir ato sobre a seleção para ingresso de estagiários de

Direito na Instituição, proclamar o resultado e celebrar o contrato

com os aprovados;

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação original: “XXIV - expedir ato sobre a seleção para ingresso de estagiários de

Direito na Instituição, proclamar o resultado, designar e empossar os aprovados;” ∙

XXV - deferir o compromisso de posse aos membros da Defensoria

Pública e servidores do quadro administrativo;

XXVI - prorrogar os prazos de posse e início do exercício, na forma

prevista nesta Lei;

XXVII - nomear comissão composta de 03 (três) Defensores Públi-

cos, não concorrentes ao pleito, sob sua presidência, para instaurar

e acompanhar o processo eleitoral dos membros do Conselho Supe-

rior, editando e publicando normas regulamentadoras;

XXVIII - dar posse e exercício aos membros natos e eleitos do

Conselho Superior;

XXIX - nomear o Corregedor-Geral;

XXX - nomear e dar posse:

a) ao Subdefensor Público-Geral;

b) ao Corregedor Adjunto;

c) aos demais cargos e funções comissionadas da Defensoria Pública;

XXXI - designar membros da Defensoria Pública do Estado da Bahia

para o exercício de suas atribuições em unidade defensorial diversa

3

6

Lei 26/2006 atuaLizada



daquela de sua lotação ou, em caráter excepcional, perante Juízo, Tri-

bunais ou Ofícios diferentes dos estabelecidos para cada categoria;

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redaçãooriginal:“XXXI-designarmembrosdaDefensoriaPúblicaparaoexercíciodesuas

atribuições em órgão de atuação diverso do de sua lotação ou, em caráter excepcional,

perante Juízo, Tribunais ou Ofícios, diferentes dos estabelecidos para cada categoria;” ∙

XXXII - fazer publicar no Diário Oﬁcial do Estado:

a) anualmente, no mês de abril, a lista de antiguidade dos mem-

bros da Instituição;

b) até o dia 30 (trinta) de novembro de cada ano, as tabelas de

férias individuais e de substituição dos membros da Defensoria

Pública, que poderão ser alteradas no curso do exercício, se con-

veniente aos interesses da Instituição;

XXXIII - convocar Defensores Públicos das 02 (duas) mais elevadas

entrâncias, para prestar, temporariamente, serviços à Defensoria

Pública ou ocupar cargos em comissão;

XXXIV - designar membros da Defensoria Pública do Estado da

Bahia para:

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação original: “XXXIV - designar membros da Defensoria Pública para:” ∙

a) exercerem as funções de Coordenadores Executivos das De-

fensorias Públicas Especializadas ou Regionais, e de Coordena-

dores das Defensorias Públicas Especializadas ou Regionais;

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação original: “a) exercer a função de Coordenador Executivo de Defensoria

das Coordenadorias das Defensorias Públicas Especializadas e Regionais, e os

Subcoordenadores das Defensorias Públicas Especializadas e Regionais;” ∙

b) assegurar a continuidade dos serviços, em caso de vacância,

afastamento temporário, ausência, impedimento ou suspeição

de titular de cargo, na forma desta Lei Complementar, respeitada

a Defensoria Pública Especializada e a região de atuação do ór-

gão, depois de esgotada a lista de substituição;

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação original: “b) assegurar a continuidade dos serviços, em caso de vacância,

afastamento temporário, ausência, impedimento ou suspeição de titular de cargo,

na forma desta Lei, respeitado o Núcleo e a Comarca de atuação do órgão, depois de

esgotada a lista de substituição; “ ∙

DA ORGANIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA 37



c) integrar organismos estatais relativos aos princípios e às fun-

ções da Defensoria Pública do Estado da Bahia;

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação original: “c) integrar organismos estatais relativos aos princípios e às

funções da Defensoria Pública;” ∙

d) dar plantões noturnos ou em ﬁnais de semana e feriados, em ra-

zão de medidas urgentes, assegurados os direitos constitucionais;

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação original: “d) dar plantões em ﬁnais de semana, feriados, em razão de

medidas urgentes, assegurados os direitos constitucionais;” ∙

e) funcionar em feito determinado;

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação original: “e) funcionar em feito determinado, de atribuição do titular, com

a concordância deste;” ∙

f) garantir atuação da Defensoria Pública do Estado da Bahia no

sistema penitenciário do Estado;

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação original: “f) garantir, mediante rodízio, atuação da Defensoria Pública no

sistema penitenciário do Estado;” ∙

g) atuar em conselhos de direitos, conselhos tutelares, grupos de

trabalho e comissões, afetos às funções da Defensoria Pública do

Estado da Bahia;

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação original: “g) atuar em conselhos de direitos, conselhos tutelares, grupos de

trabalho e comissões, afetos às funções da Defensoria Pública.” ∙

h) atuar na sede de Tribunais Superiores ou de Organismos Inter-

nacionais de Proteção aos Direitos Humanos;

∙

∙

Alínea “h” acrescida pela Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018. ∙

i) atuar em grupos de trabalho;

Alínea “i” acrescida pela Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018. ∙

XXXV - editar ato de conﬁrmação, após decisão do Conselho Supe-

rior, sobre o estágio probatório e sobre a exoneração do Defensor

Público da classe inicial;

XXXVI - editar atos de aposentadoria, exoneração e outros que im-

3

8

Lei 26/2006 atuaLizada



portem em vacância de cargos da carreira ou dos serviços auxilia-

res e atos de disponibilidade de membros da Defensoria Pública e de

seus servidores;

XXXVII - expedir carteira funcional dos membros da Defensoria Pú-

blica, dos servidores e dos estagiários;

XXXVIII - decidir, em sede administrativa, em grau de recurso ﬁnal,

sobre pedidos de assistência jurídica gratuita;

XXXIX - avocar, fundamentadamente, atribuições especíﬁcas de

qualquer membro da Defensoria Pública;

XL - afastar, temporariamente, membro da Defensoria Pública de suas

atribuições, quando submetido a processo administrativo disciplinar;

XLI - expedir recomendações aos órgãos da Defensoria Pública para

o desempenho de suas atribuições, nos casos em que se mostrar

conveniente a atuação uniforme;

XLII - homologar e decidir sobre as escalas de férias e de atuação

em plantões propostas pelas Coordenadorias Executivas das De-

fensorias Públicas Especializadas e Regionais;

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação original: “XLII - homologar e decidir sobre as escalas de férias e a atuação

em plantões forenses propostas pelas Coordenadorias das Defensorias Públicas

Especializadas e Regionais;” ∙

XLIII - conceder férias, licenças-prêmio, licenças, afastamentos,

adicionais e outras vantagens previstas em lei;

XLIV - autorizar membro da Defensoria Pública a ausentar-se do

País para participar de missão ou estudo de interesse da Institui-

ção, pelo prazo de 02 (dois) anos, prorrogado por igual período, sen-

do vedada nova concessão nos próximos 02 (dois) anos, mediante

aprovação do Conselho Superior;

XLV - autorizar membro da Defensoria Pública a se ausentar da De-

fensoria Pública, justiﬁcadamente, pelo prazo de até 05 (cinco) dias,

e do Estado, no interesse do serviço;

XLVI - representar ao Corregedor-Geral acerca de infração discipli-

nar praticada por membro ou servidor da Instituição;

DA ORGANIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA 39



XLVII - deliberar sobre conﬂitos de atribuições entre membros da

Defensoria Pública sobre quem deva oﬁciar no feito e emitir resolu-

ção sobre a matéria;

XLVIII - aplicar a sanção disciplinar cabível decorrente de processo

administrativo disciplinar contra membro da Defensoria Pública ou

servidor, encaminhado pela Corregedoria Geral;

XLIX - proferir voto natural e de qualidade no Conselho Superior, sal-

vo em matéria disciplinar, quando prevalecerá a decisão mais favo-

rável ao membro da Defensoria Pública;

L - integrar, como membro nato, e presidir o Conselho Superior e a

Comissão de Concurso;

LI - apresentar, ao ﬁnal de cada gestão, relatório de suas atividades

ﬁnanceira e administrativa;

LII - constituir comissão especíﬁca de estudos sobre demandas

emergentes para ﬁns de atuação da Defensoria Pública.

LIII - apresentar ao Conselho Superior da Defensoria Pública a cria-

ção das unidades defensoriais, acompanhando a variação do qua-

dro de defensores públicos e defensoras públicas, prioritariamen-

te atendendo as regiões com maiores índices de exclusão social e

adensamento populacional;

LIV - propor ao Conselho Superior da Defensoria Pública a modiﬁ-

cação ou a extinção das unidades defensoriais, quando oportuno e

conveniente, para possibilitar o melhor atendimento das regiões com

maiores índices de exclusão social e adensamento populacional.

Parágrafo único - As funções indicadas nos incisos V, VII, XI, XII, XIII, XIV,

XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI, XXIII, XXV, XXVI, XXVII, XXVIII, XXIX, XXX,

XXXIII, XXXIV, XXXV, XXXVI, XLIV, XLVI, XLVII, XLVIII, XLIX, L, LIII e LIV do

caput deste artigo não poderão ser delegadas.

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação original: “Parágrafo único - As funções indicadas nos incisos V, VI, VII, XI,

XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI, XXIII, XXV, XXVI, XXVII, XXVIII, XXIX,

XXX, XXXIII, XXXIV, XXXV, XXXVI, XLIV, XLVI, XLVII, XLVIII, XLIX e L deste artigo não

poderão ser delegadas.” ∙

4

0

Lei 26/2006 atuaLizada



SEÇÃO II

Do GabineTe Do Defensor Público-Geral

art. 33 - Ao Gabinete do Defensor Público-Geral, que tem por ﬁnalidade

prestarassistênciaeassessoramentodireto,emmatériaderepresentação

jurídica, social e política e de relações públicas, bem como auxiliar o

DefensorPúblico-Geralnagestãodasatividadestécnicaseadministrativas

da Defensoria, compete:

I - encaminhar ao Defensor Público-Geral os ajustes pertinentes aos

diversos órgãos do Defensor e articular o fornecimento de apoio

técnico e requerido;

II - planejar, dirigir e coordenar as atividades do Gabinete e demais

órgãos da Defensoria, mantendo controle e conferência dos docu-

mentos oﬁciais correspondentes aos atos administrativos despa-

chados pelo Defensor Público-Geral;

III - acompanhar projetos de interesse da Defensoria na Assembléia

Legislativa do Estado;

IV - preparar o expediente do Defensor Público-Geral;

V - exercer outras atividades correlatas, designadas pelo Defensor

Público-Geral, na forma do regulamento ou por meio de resolução;

VI - prestar assessoramento jurídico e emitir pareceres nos proces-

sos administrativos de qualquer natureza.

art. 34 - O Gabinete do Defensor Público-Geral será dirigido pelo

Subdefensor Público-Geral.

art. 35 - Ao Subdefensor Público-Geral, escolhido dentre os Defensores

Públicos das 02 (duas) últimas classes, pelo Defensor Público-Geral, cabe:

I - substituir, na forma da lei, o Defensor Público-Geral;

II - auxiliar o Defensor Público-Geral nos assuntos de interesse da

Instituição, inclusive na elaboração do planejamento bienal das ati-

vidades, metas, diretrizes e políticas institucionais;

III - prestar assessoria direta ao Defensor Público-Geral;

DA ORGANIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA 41



IV - auxiliar o Defensor Público-Geral na administração e supervi-

são das Coordenadorias das Defensorias Públicas Especializadas e

Regionais, apresentando medidas de correção e ajuste de metas a

serem atingidas pelo planejamento bienal;

V - sugerir ao Defensor Público-Geral a edição de atos normativos

que tenham por ﬁm uniformizar os procedimentos administrativos

e funcionais, no âmbito da Defensoria Pública, ouvindo as Coorde-

nadorias e a Diretoria Geral;

VI - acompanhar a execução das competências ﬁnanceira e orça-

mentária da Diretoria Geral, apresentando ao Defensor Público-Ge-

ral relatórios trimestrais;

VII - nos casos de substituição do Defensor Publico-Geral, manter

a regularidade do serviço, dos procedimentos e medidas que estão

em curso, devendo, somente, editar atos necessários e inadiáveis;

VIII - exercer, por delegação, as atribuições que lhe forem conferidas.

SEÇÃO III

Do conselHo sUPerior Da Defensoria Pública

art. 36 - O Conselho Superior é órgão colegiado da administração

superior da Defensoria Pública, com funções normativas e deliberativas,

incumbindo-lhe, primordialmente, velar pela observância de seus

princípios institucionais e legais.

Subseção I

Da composição e da eleição

art. 37 - O Conselho Superior será composto por:

I - membros natos do Conselho Superior:

a) o Defensor Público-Geral, que o presidirá;

b) o Corregedor-Geral;

c) o Subdefensor Público-Geral;

II - membros eleitos do Conselho Superior: 03 (três) integrantes

4

2

Lei 26/2006 atuaLizada



dentre os da classe Especial e da Instância Superior, eleitos pelos

integrantes da carreira, para mandato de 02 (dois) anos, permitida

uma reeleição, observado o procedimento previsto nesta Lei.

Parágrafo único - Não poderão votar nem ser votados, os Defensores

Públicos que não estiverem em efetivo exercício na carreira.

art. 38 - A eleição dos membros do Conselho Superior será realizada em

escrutínio secreto e plurinominal, obedecidos os seguintes preceitos:

I - é proibido o voto por mandatário, por portador, por via postal, por

internet ou por outro meio que não o presencial;

II - em caso de empate, será considerado eleito o mais antigo no

cargo e, sucessivamente, o mais antigo na carreira e, permanecen-

do o empate, o mais idoso.

§

1º - Os Conselheiros terão como suplentes os Defensores Públicos que

lhes seguirem na ordem de votação.

§

2º-É inelegível para o Conselho Superior o membro da Defensoria Pública que:

I - estiver afastado da carreira, ou ocupando cargo em comissão,

inclusive para desempenho de função junto a outro órgão ou à as-

sociação de classe, salvo se reassumir suas funções na Defensoria

Pública, até 60 (sessenta) dias da data prevista para a eleição;

II - for condenado por crime doloso, com decisão transitada em julgado;

III - estiver cumprindo sanção correspondente a processo adminis-

trativo disciplinar;

IV - for inativo;

V - tiver integrado o Conselho como membro nato, no período ante-

rior à eleição, salvo no caso de reeleição.

art. 39 - O exercício de cargos em comissão e de órgão de classe é

incompatível com a qualidade de membro do Conselho Superior da

Defensoria Pública, ressalvados os membros natos.

art. 40 - A posse dos membros do Conselho Superior efetivar-se-á em

sessão solene, perante o Defensor Público-Geral.

DA ORGANIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA 43



art. 41 - O Conselho Superior reunir-se-á, mensalmente, em sessão

ordinária e, extraordinariamente, por convocação do Defensor Público-

Geral ou a requerimento da maioria dos seus membros, ou por mais da

metade dos Defensores Públicos em atividades.

§

1º - As sessões do Conselho Superior serão públicas e obedecerão aos

procedimentos a serem estabelecidos em Regimento Interno ou em

Resolução do Colegiado.

§

2º - As reuniões do Conselho Superior deverão ser lavradas em atas e

as decisões serão motivadas e publicadas no Diário Oﬁcial do Estado, por

extrato, salvo nas hipóteses em que a lei dispuser em contrário.

§

3º - Os atos decisórios ou deliberativos, de caráter normativo, do

Conselho Superior terão forma de Resolução.

art. 42 - É obrigatório o comparecimento dos Conselheiros eleitos às

reuniões ordinárias e extraordinárias, ﬁcando estabelecido que a ausência

injustiﬁcada a 03 (três) reuniões consecutivas acarretará a perda do

mandato e a conseqüente convocação do suplente.

art. 43 - Todos os Conselheiros terão direito a voto, devendo as

deliberações serem tomadas por maioria simples de votos, presente a

maioria absoluta de seus integrantes, cabendo, também, ao Presidente,

em caso de empate, o voto de qualidade, exceto na hipótese de punição

disciplinar, em que preponderará a solução mais favorável ao membro da

Defensoria Pública.

art. 44 - Aplicam-se aos membros do Conselho Superior da Defensoria

Pública as hipóteses de impedimento e suspeição da lei processual civil.

art. 45 - O Conselho Superior será secretariado por Assessor Especial, do

gabinete do Defensor Público-Geral, por este designado, cujas atribuições

serão ﬁxadas no Regimento Interno.

art. 46 - Em caso de impedimento dos membros do Conselho ou vacância

dos respectivos cargos, serão eles substituídos da seguinte forma:

I - o Defensor Público-Geral, pelo Subdefensor Público Geral;

4

4

Lei 26/2006 atuaLizada



II - o Subdefensor Público-Geral, pelo Coordenador Executivo de

Defensorias Públicas Especializadas ou pelo Coordenador Executi-

vo das Defensorias Públicas Regionais, indicado pelo Presidente do

Conselho Superior;

III - o Corregedor Público-Geral, pelo Corregedor Adjunto;

IV - os eleitos, pelos respectivos suplentes, em ordem decrescente

de votação.

Subseção II

Das atribuições do conselho superior da Defensoria Pública

art. 47 - Ao Conselho Superior compete:

I - exercer o poder normativo, na ausência de previsão regimental,

no âmbito da Defensoria Pública do Estado, por decisão unânime de

seus membros;

II - opinar sobre matéria pertinente à autonomia funcional e adminis-

trativa da Defensoria Pública, por solicitação do Defensor Público-

Geral, bem como sobre outras matérias de interesse institucional;

III - opinar sobre a disponibilidade de membro ou servidor da Defen-

soria Pública, nos termos desta Lei;

IV - aprovar a proposta orçamentária anual da Defensoria Pública e a

de criação, modiﬁcação e extinção de cargos e serviços auxiliares;

V - referendar a realização de convênios ou acordos com órgãos ou

entidades nacionais ou estrangeiras, públicos ou privados, visando

à consecução dos princípios institucionais da Defensoria Pública

que envolvam valores superiores a 60 (sessenta) salários mínimos;

VI - referendar autorização do Defensor Público-Geral, atendida a

necessidade do serviço e evidenciado o interesse da Instituição,

para o afastamento de membro da Defensoria Pública, exceto aque-

le ainda em estágio probatório, para, sem prejuízo de vencimentos

e vantagens, freqüentar curso de aperfeiçoamento ou estudos, no

País ou no exterior, de duração máxima de 02 (dois) anos;

DA ORGANIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA 45



VII - indicar ao Defensor Público-Geral os candidatos à remoção ou

promoção;

VIII - aprovar o quadro geral de antiguidade da Defensoria Pública e

decidir sobre as reclamações apresentadas, no prazo de 15 (quinze)

dias, contado da publicação no Diário Oﬁcial do Estado;

IX - deliberar sobre remoção e promoção dos membros da Defen-

soria Pública;

X - deliberar sobre remoção, reingresso e aproveitamento de mem-

bros da Defensoria Pública, em disponibilidade;

XI - determinar, por voto de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus in-

tegrantes, a disponibilidade ou remoção de membro da Defensoria

Pública, por interesse público, assegurada ampla defesa;

XII - aprovar as normas e o programa do concurso público para in-

gresso na carreira da Defensoria Pública e de seus servidores e ho-

mologar o resultado;

XIII - eleger os membros da Defensoria Pública que integrarão a Co-

missão de Concurso de ingresso na carreira;

XIV - representar ao Corregedor-Geral para efeito de instauração de

sindicância ou processo administrativo disciplinar contra membro

da Defensoria Pública;

XV - determinar correições extraordinárias, na ausência de provi-

dências cabíveis a serem tomadas pelo Corregedor-Geral;

XVI - referendar a apuração de responsabilidade criminal do membro

da Defensoria Pública quando, em processo administrativo discipli-

nar, veriﬁcar a existência de indícios da prática de infração penal;

XVII - decidir, por voto de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus mem-

bros, sobre a representação à Assembléia Legislativa pela destitui-

ção do Defensor Público-Geral;

XVIII - destituir, na forma desta Lei, o Corregedor-Geral, pelo voto

de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros, em caso de abu-

so de poder, conduta incompatível com suas atribuições ou grave

4

6

Lei 26/2006 atuaLizada



omissão aos deveres do cargo, por representação do Defensor Pú-

blico-Geral ou de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus integrantes,

assegurada ampla defesa;

XIX - julgar recurso, nos termos a serem deﬁnidos no Regimento In-

terno, contra decisão:

a) condenatória em processo administrativo disciplinar;

b) que indeferir pedido de reabilitação;

c) que indeferir pedido de cessação de disponibilidade;

d) proferida em reclamação sobre o quadro geral de antiguidade;

e) de recusa de indicação para promoção ou remoção por antiguidade;

f) de inelegibilidade prevista nesta Lei;

XX - aprovar o Regulamento de estágio probatório dos membros e

servidores da Defensoria Publica, elaborado pela Corregedoria Geral;

XXI - instituir comissões, permanentes ou temporárias, para prepa-

rar os assuntos a serem levados à sua apreciação, sem prejuízo das

atividades de seus membros;

XXII - sugerir ao Defensor Público-Geral a edição de recomenda-

ções, sem caráter vinculativo, aos órgãos da Defensoria Pública,

para o desempenho de suas atribuições e a adoção de medidas con-

venientes ao aprimoramento dos serviços;

XXIII - referendar o afastamento provisório de membro ou servidor da

Defensoria Pública, submetido a processo administrativo disciplinar,

desde que necessário para a garantia da regular apuração dos fatos;

XXIV - convocar reunião extraordinária, mediante requerimento da

maioria dos seus integrantes, na forma a ser deﬁnida no Regimento

Interno do Conselho Superior;

XXV - elaborar seu Regimento Interno e aprovar o Regimento da De-

fensoria Pública;

XXVI - tomar conhecimento dos relatórios do Defensor Público-Ge-

ral e do Corregedor-Geral da Defensoria Pública;

DA ORGANIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA 47



XXVII - desempenhar outras atribuições conferidas por lei ou pre-

vistas no Regimento Interno do Conselho Superior, que com esta

estejam compatíveis.

SEÇÃO IV

Da correGeDoria Geral Da Defensoria Pública

art. 48 - A Corregedoria Geral tem por ﬁnalidade velar pela observância do

regimedisciplinar,acompanhando,ﬁscalizandoeorientandoaregularidade

dos serviços da Defensoria Pública, bem como apurando as infrações

administrativo-disciplinares dos membros e servidores da Instituição.

Subseção I

Da escolha, nomeação, Posse e Destituição do corregedor-Geral

art. 49 - O Corregedor-Geral será eleito pelo Conselho Superior, dentre os

Defensores Públicos das 02 (duas) últimas classes, para mandato de 02

(dois) anos, na 1ª sessão ordinária com a presença de todos os membros,

após a eleição e constituição do novo Conselho Superior da Defensoria

Pública, permitida uma recondução.

§

1º - O Corregedor-Geral, membro nato do Conselho Superior, será

nomeado e empossado por ato do Defensor Público-Geral, para imediato

exercício de suas funções.

§

2º - O Corregedor-Geral somente poderá ser destituído de suas

atribuições pelo voto de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros do

Conselho Superior, nas mesmas hipóteses previstas para a destituição do

Defensor Público-Geral.

Subseção II

Das atribuições do corregedor-Geral da Defensoria Pública

art. 50 - Cabe ao Corregedor-Geral:

I - realizar ﬁscalizações, inspeções e correições permanentes, so-

bre as atribuições dos membros da Defensoria Pública e seus ser-

vidores e as funções institucionais, para veriﬁcar se estão sendo

4

8

Lei 26/2006 atuaLizada



desenvolvidas em conformidade com os seus princípios, competên-

cias e exigências legais, bem como o cumprimento, normalidade e

qualidade da atuação;

II - baixar provimento e ordem de serviço no uso e limites de suas

competências, de caráter procedimental e disciplinar, visando à re-

gularidade e ao aperfeiçoamento dos serviços da Defensoria Pública;

III - fazer recomendações, nos limites de suas atribuições, sem ca-

ráter vinculativo, aos órgãos de execução;

IV - remeter, de ofício, ou quando solicitado, aos demais órgãos da

administração superior, informações necessárias ao desempenho

de suas atribuições;

V - propor ao Defensor Público-Geral e ao Conselho Superior a ex-

pedição de instruções e outras normas administrativas, sempre que

necessário ou conveniente ao serviço;

VI - acompanhar o cumprimento das metas de atuação traçadas

pelo Defensor Público-Geral no plano bienal;

VII - acompanhar o estágio probatório dos membros e servidores da

Defensoria Pública;

VIII - propor, fundamentadamente, ao Conselho Superior, a suspensão

do estágio probatório de membro ou servidor da Defensoria Pública;

IX - remeter ao Conselho Superior relatório circunstanciado sobre

a atuação pessoal e funcional dos Defensores Públicos em estágio

probatório, por ocasião da conﬁrmação na carreira;

X - propor ao Defensor Público-Geral a exoneração de membros ou

servidores da Defensoria Pública que não cumprirem as condições

do estágio probatório;

XI - emitir modelo-padrão de relatório semestral para cada uma das

áreas de atuação da Defensoria Pública, com o ﬁm de recolher infor-

mações uniformes para garantir o levantamento de dados estatísti-

cos, mediante instruções a serem editadas pela Corregedoria Geral;

XII - receber e analisar os relatórios enviados pelos Defensores Pú-

blicos e dar-lhes conhecimento das apreciações acerca do conteú-

do de natureza elogiosa ou não, neles exaradas;

DA ORGANIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA 49



XIII - apresentar ao Defensor Público-Geral e ao Conselho Superior,

na 1ª (primeira) quinzena de janeiro, ou quando requisitado, relatório

com dados estatísticos sobre as atividades das Defensorias Públi-

cas relativas ao ano anterior;

XIV - organizar e publicar o serviço de estatística das atividades da

Defensoria Pública e solicitar relatórios especíﬁcos, a qualquer órgão

de execução e auxiliares, sempre que necessitar de esclarecimentos;

XV - requisitar das Secretarias de Tribunal de Justiça, dos diversos

cartórios dos juízos ou de qualquer repartição judiciária, cópias de

peças referentes a feitos judiciais, além de certidões ou informações

referentes a feitos judiciais patrocinados pela Defensoria Pública;

XVI - realizar, de ofício, ou mediante determinação do Conselho Su-

perior, inspeções para a veriﬁcação de regularidade de serviço dos

inscritos à promoção ou remoção voluntária;

XVII - informar ao Conselho Superior sobre a conduta pessoal e a

atuação funcional dos membros da instituição inscritos para promo-

ção ou remoção, por merecimento ou antiguidade, inclusive permuta;

XVIII - manter atualizados os assentamentos funcionais dos mem-

bros da Defensoria Pública e os respectivos registros de produção

estatística dos trabalhos realizados, semestralmente, e requisitar,

quando necessário, o fornecimento de dados que considerar ausen-

tes ou necessários, em natureza complementar;

XIX - instaurar, de ofício, por provocação de órgão da administração

superior da Defensoria Pública, ou do interessado, sindicância ou

processo disciplinar contra membro da Instituição, ou servidor, pre-

sidido a apuração regular da representação, e, uma vez constatada

sua procedência, encaminhar sua conclusão ao Defensor Público-

Geral para aplicação da sanção correspondente, na forma desta Lei;

XX - encaminhar à autoridade competente representações manifes-

tamente improcedentes que busquem macular a imagem do mem-

bro ou servidor da Defensoria Pública, em represália à sua atuação

funcional e legal, visando à instauração de processo criminal, se su-

ﬁcientes as provas reunidas;

5

0

Lei 26/2006 atuaLizada



XXI - acompanhar as comunicações de suspeição de membros da

Defensoria Pública, por motivo de foro íntimo, apurando, quando for

o caso, reservadamente, a razão de sucessivas argüições;

XXII - prestar ao membro da Defensoria Pública informações de ca-

ráter pessoal e funcional, que lhe diga respeito, assegurando-lhe o

direito de acesso, retiﬁcação e complementação dos dados regis-

trados na Corregedoria Geral;

XXIII - dirigir e distribuir os serviços da Corregedoria Geral;

XXIV - proceder a correições extraordinárias:

a) por decisão própria motivada;

b) por solicitação, motivada, escrita ou tomada a termo, do De-

fensor Público-Geral ou de qualquer órgão da Defensoria Pública;

c) por solicitação, escrita ou tomada a termo, de qualquer assisti-

do da Defensoria Pública ou de terceiro, devidamente justiﬁcada;

XXV - sugerir ao Defensor Público-Geral, fundamentadamente, o

afastamento do Defensor Público que esteja sendo submetido à

correição ou processo administrativo disciplinar, quando, por qual-

quer meio, ele possa diﬁcultar ou intervir na apuração do fato que é

objeto da correição ou processo administrativo;

XXVI - delegar atribuições de correição, sindicância e outras de sua

competência, por ato devidamente publicado, ao Corregedor Adjunto;

XXVII - realizar visitas periódicas às Defensorias Públicas Especiali-

zadas e Regionais, dentre as suas funções de correição;

XXVIII - planejar, conjuntamente com a Escola Superior da Defen-

soria Pública, as atividades de aprimoramento funcional de seus

membros e servidores;

XXIX - indicar:

a) o Corregedor Adjunto, das duas últimas classes da carreira, no-

meado pelo Defensor Público-Geral;

b) quando necessário, 2 (dois) membros das duas últimas clas-

ses, para atuarem em auxílio à Corregedoria, designados pelo De-

fensor Público-Geral, sem prejuízo das funções normais;

DA ORGANIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA 51



XXX - indicar os membros para compor a comissão dos procedimen-

tos administrativos, salvo nas hipóteses do § 2º do artigo 229 desta lei;

XXXI - desempenhar outras atribuições previstas nesta Lei ou no

Regimento Interno.

§

1º - Nos assentamentos de que trata o inciso XVIII deste artigo deverão

constar obrigatoriamente:

I - os documentos e trabalhos do Defensor Público enviados à Cor-

regedoria Geral;

II - as observações feitas em inspeções e correições;

III - as penalidades disciplinares eventualmente aplicadas;

IV - outras informações pertinentes.

§

2º - As anotações que importem em demérito serão lançadas no

assentamento funcional, após prévia ciência do interessado, permitindo-

se a retiﬁcação, através de justiﬁcativa, no prazo de 30 (trinta) dias.

§

3º - Se a justiﬁcativa não for aceita, o interessado poderá recorrer

ao Conselho Superior, no prazo de 05 (cinco) dias e, somente com o

desprovimento do recurso, poderá ser feita a anotação no seu prontuário.

art. 51 - Em caso de vacância do cargo de Corregedor-Geral, por mais de

6

0 (sessenta) dias consecutivos, competirá ao Conselho Superior realizar

nova eleição para o preenchimento do cargo.

Subseção III

Do corregedor adjunto e suas atribuições

art. 52 - O Corregedor Adjunto será nomeado e empossado por ato do

Defensor Público-Geral, para auxiliar o Corregedor-Geral, indicado entre

os membros das 02 (duas) classes mais elevadas, pelo Corregedor-Geral,

para o período de 02 (dois) anos.

art. 53 - Cabe ao Corregedor Adjunto:

I - substituir o Corregedor-Geral da Defensoria Pública em suas fal-

tas, afastamentos temporários, bem como nos impedimentos ou

suspeição de que trata a lei processual;

5

2

Lei 26/2006 atuaLizada



II - realizar inspeções e correições, presidir processo disciplinar ad-

ministrativo contra membro da Defensoria Pública e seus servido-

res, em delegação expressa e publicada no Diário Oﬁcial do Estado,

nos limites e durante o tempo em que lhe forem determinados pelo

Corregedor-Geral.

Parágrafo único - O exercício das funções de que trata este artigo

importará em dispensa de suas atribuições habituais.

art. 54 - O Corregedor Adjunto poderá ser destituído pelo Defensor

Público-Geral, por provocação do Corregedor-Geral ou por decisão de, no

mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Superior.

art. 55 - Ocorrendo a vacância do cargo de Corregedor-Geral, assumirá,

interinamente, o Corregedor Adjunto e será realizada nova eleição em 30

(trinta) dias para preenchimento do cargo e complementação do mandato.

CAPÍTULO III

Dos ÓrGÃos De eXecUÇÃo

SEÇÃO I

Das coorDenaDorias Das Defensorias Públicas

esPecialiZaDas e reGionais

art. 56 - As Coordenadorias têm por finalidade a implementação

e coordenação da estrutura administrativa, funcional e jurídica

necessária ao efetivo desempenho das funções das Defensorias

Públicas Especializadas e Regionais.

Parágrafo único - As Coordenadorias dirigirão as Defensorias Públicas

Especializadas, com desempenho na Capital, e as Defensorias Públicas

Regionais, com desempenho em regiões administrativas no interior do

Estado e na Região Metropolitana de Salvador.

DA ORGANIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA 53



Subseção I

Das nomeações e atribuições

art. 57 - As Coordenadorias das Defensorias Públicas Especializadas e

Regionais serão exercidas por Defensores Públicos, de classe Especial ou

de Instância Superior, indicados e nomeados pelo Defensor Público-Geral,

auxiliados pelos Subcoordenadores, necessários ao desempenho das

atribuições que lhes forem cometidas por esta Lei.

art. 58 - Ao Coordenador Executivo de Defensoria cabe:

I - exercer a coordenação, controle e supervisão das atividades das

Defensorias Públicas Especializadas e Regionais, quanto à presta-

ção de assistência judicial e extrajudicial, adequando o atendimento

e desenvolvimento dos serviços às necessidades de cada uma des-

tas Defensorias e determinando a atuação dos seus Subcoordena-

dores, dos Centros de Atendimento Multidisciplinar e dos estagiá-

rios, alocados nas Defensorias Públicas;

II - encaminhar para aprovação do Defensor Público-Geral o plano

de divisão interna dos serviços, observando, para esse efeito, a pro-

porcionalidade e a divulgação quanto ao atendimento ao público, à

elaboração da triagem, ao cadastramento, à atuação processual,

extraprocessual, interdisciplinar e à distribuição dos estagiários;

III - estabelecer ordens de procedimentos para os serviços de re-

cepção ao público solicitante, triagem, cadastro único para cada

um dos assistidos e interessados, arquivo, registro do resultado da

demanda judicial e extrajudicial, para efeito de informação e esta-

tística, a serem disponibilizados aos assistidos, interessados e aos

órgãos de administração superior da Defensoria Pública;

IV - propor metas, apresentar soluções e fornecer informações e

dados ao Defensor Público-Geral e ao Subdefensor Público-Geral

para elaboração do planejamento bienal de atividades, metas e

políticas institucionais;

V - interagir com a Subdefensoria Pública-Geral, visando á uni-

5

4

Lei 26/2006 atuaLizada



formização de procedimentos administrativos, de serviços e de

atendimento público;

VI - apoiar a Escola Superior da Defensoria Pública na realização de

cursos de formação e capacitação dos membros da Defensoria Públi-

ca, fazendo indicações de temas de interesse da classe, estimulando

o intercâmbio permanente entre Defensores Públicos, com o ﬁm de

alcançar o aprimoramento das funções institucionais e, quando possí-

vel, obter a uniformidade de posições, entendimentos e teses jurídicas

que visem a fortalecer a posição comum da Instituição;

VII - selecionar leis, pareceres, doutrinas, jurisprudências e similares

de interesse das Defensorias e divulgá-los entre os seus coordenados;

VIII - realizar reuniões bimestrais com cada uma das Defensorias

Especializadas e Regionais, respectivamente, a ﬁm de que sejam

feitos os ajustes necessários ao bom desempenho do serviço e vi-

sando a obter opiniões e manifestações acerca do desempenho de

seus membros e da própria administração, devidamente registra-

das em atas;

IX - recomendar ao Defensor Público-Geral a edição de regulamento

sobre substituição automática em casos de férias e licenciamentos;

X - acompanhar, permanentemente, as condições e necessidades

das unidades de atendimento, requerendo à Diretoria Geral, para

tanto, as providências que se ﬁzerem necessárias;

XI - cooperar com o Corregedor-Geral na elaboração dos dados que

devem constar dos relatórios semestrais, bem como certiﬁcar-se

sobre a sua regularidade;

XII - supervisionar e acompanhar, permanentemente, os serviços

dos membros da Defensoria Pública nas unidades onde atuam, vi-

sando o apoio, a solução de diﬁculdades e a otimização de resul-

tados a serem registrados em relatório anual dirigido ao Defensor

Público-Geral;

XIII - coordenar o estágio de Direito, estabelecendo diretrizes para

DA ORGANIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA 55



implementar prática jurídica e forense de excelência, devendo, para

tanto, promover a seleção para o ingresso na Instituição, proceder

à distribuição dos estagiários entre os Defensores Públicos, pro-

mover remanejamento semestral entre as diversas Defensorias,

acompanhar o desempenho de suas atividades, bem como expedir

certiﬁcado de freqüência e aproveitamento;

XIV - manter livros, pastas e arquivos obrigatórios e atualizados,

bem como o registro e o controle permanente dos serviços, proce-

dimentos e expedientes ﬁndos ou em andamento nas Defensorias

Públicas Especializadas e Regionais, respectivamente, e dos de-

mais serviços afetos às Coordenadorias das Defensorias Públicas

Especializadas e Regionais;

XV - manter e supervisionar o levantamento dos dados estatísticos

para serem contabilizados e relatados, anualmente, ao Defensor

Público-Geral;

XVI - acompanhar o trabalho de modernização da Defensoria Públi-

ca, visando ao aperfeiçoamento do acesso à justiça pelos necessi-

tados, bem como da Coordenação de Modernização e Informática,

para que seja aprimorada a comunicação entre os membros da Ins-

tituição, com o uso dos meios da internet e eletromagnéticos;

XVII - despachar expedientes sobre a vida funcional e a atuação dos

Defensores Públicos e servidores, assim como decidir sobre impas-

ses estabelecidos entre os Subcoordenadores e Defensores;

XVIII - manter dados e mapas estatísticos, parciais e anuais, à

disposição do Defensor Público Geral, do Conselho Superior e da

Corregedoria Geral;

XIX - receber, despachar e encaminhar expedientes oriundos da

Ouvidoria;

XX - delegar atribuições aos Subcoordenadores das Defensorias

Públicas Especializadas e Regionais, quando assim exigir a necessi-

dade do serviço, e praticar os demais atos de gestão convenientes

ao seu desenvolvimento regular.

5

6

Lei 26/2006 atuaLizada



Parágrafo único- Os serviços, procedimentos e expedientes compreendem:

I - cópias de iniciais de ações ajuizadas, acompanhadas do respec-

tivo comprovante da distribuição;

II - cópias de petições, defesas, recursos, contra-razões ou de

quaisquer outros procedimentos judiciais ou extrajudiciais patro-

cinados em ações criminais, cíveis e de família, dos juizados espe-

ciais, execução penal, execução de penas e medidas alternativas,

curadoria especial, da infância e juventude, dos direitos humanos,

do idoso, em conselhos, convênios e em outras atividades alcança-

das pela atuação da Defensoria Pública;

III - registro de diligências e outras atividades no desempenho da

função;

IV - triagens, cadastros, arquivos, registros de resultados de aten-

dimento, pareceres, estudos, memórias de cálculo, plantas, relató-

rios médicos, técnicos e periciais, mapas e demonstrativos estatís-

ticos, dentre outros.

DA ORGANIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA 57



SEÇÃO II

Das Defensorias Públicas esPecialiZaDas

art. 59 - As Defensorias Públicas Especializadas têm por ﬁnalidade exercer

as funções institucionais e adotar as medidas judiciais e extrajudiciais

necessárias à consecução dos objetivos e diretrizes deﬁnidos no plano

bienal de atividades, metas e políticas institucionais aprovadas e nos

respectivos programas de atuação.

art. 60 - As Defensorias Públicas Especializadas serão organizadas por

ato do Defensor Público-Geral e constituídas por, no mínimo, 01 (um)

integrante, designado por ato do Defensor Público-Geral.

Parágrafo único - As Defensorias Públicas Especializadas serão providas

de serviços auxiliares destinados a dar suporte administrativo ao

funcionamento e ao desempenho das atribuições dos Defensores Públicos

e serão ordenados por ato do Defensor Público-Geral.

art. 61 - A Defensoria Pública terá, permanentemente, as seguintes De-

fensorias Públicas Especializadas, sendo permitido desmembramentos,

junções, ou criação de outras, observado o disposto no inciso VI do art. 32

desta Lei e atendendo à conveniência, interesse e oportunidade do serviço:

I - Defensoria Pública Especializada de Família;

II - Defensoria Pública Especializada da Defesa dos Direitos da

Criança e do Adolescente;

III - Defensoria Pública Especializada Cível e de Fazenda Pública;

IV - Defensoria Pública Especializada Criminal e de Execução Penal;

V - Defensoria Pública Especializada dos Juizados Especiais;

VI - Defensoria Pública Especializada de Proteção aos Direitos Hu-

manos e Itinerante;

VII - Defensoria Pública Especializada da Curadoria Especial;

VIII - Defensoria Pública Especializada do Idoso.

Parágrafo único - A atuação das Defensorias Públicas Especializadas

5

8

Lei 26/2006 atuaLizada



poderá se dar, conjuntamente, considerando a transversalidade dos

direitos humanos envolvidos em cada caso.

art. 62 - Às Defensorias Públicas Especializadas compete:

I - propor medidas judiciais e extrajudiciais em defesa e garantia dos

interesses e direitos individuais, coletivos, de entidades civis ou pú-

blicas, de acordo com a área de atuação;

II - representar a Defensoria Pública em conselhos, reuniões e movi-

mentos ligados às suas atuações, como instrumento de intercâmbio

com a sociedade civil, por designação do Defensor Público-Geral;

III - estimular a integração e o intercâmbio entre os órgãos de exe-

cução que atuam na mesma área de atividade e que tenham atri-

buições comuns, visando à uniformidade de entendimento e teses

jurídicas a serem abraçadas pela Instituição;

IV - remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo,

aos órgãos ligados à sua atividade;

V - zelar pelo cumprimento das obrigações da Defensoria Pública,

decorrentes da atuação, convênios, programas e planejamentos,

em consonância com a política institucional da Instituição.

Subseção I

Dos subcoordenadores das Defensorias Públicas especializadas

art.63-AosSubcoordenadoresdasDefensoriasPúblicasEspecializadascabe:

I - pôr em prática, junto aos Defensores Públicos integrantes das

Defensorias Especializadas, as diretrizes e planejamentos traçados

pela Coordenadoria das Defensorias Públicas Especializadas;

II - opinar e auxiliar na organização dos expedientes de atendimento

inicial, retornos e acompanhamento dos assistidos junto aos Defen-

sores e estagiários;

III - informar ao Coordenador Executivo de Defensoria, quando soli-

citado, sobre os expedientes e procedimentos, a ﬁm de que sejam,

DA ORGANIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA 59



na medida do possível, uniformizados, assegurando a carga horária

e o tratamento igualitário entre os próprios membros da Instituição;

IV - obter, junto aos Defensores Públicos e aos estagiários, informa-

ções sobre as diﬁculdades, propostas e soluções viáveis ao melhor

desempenho e eﬁciência de natureza funcional e jurídica e levá-las

à consideração do Coordenador Executivo de Defensoria;

V - providenciar para que o atendimento ao público seja prestado em

horário diverso do trabalho cartorário e produção junto aos estagiários;

VI - ﬁscalizar para que os Defensores Públicos não deleguem suas

competências e responsabilidades aos estagiários, os quais deve-

rão atuar sempre em presença e sob a inteira supervisão daqueles;

VII - estudar e propor medidas que objetivem o melhor funciona-

mento dos serviços e fazer a triagem das necessidades e das de-

núncias emanadas dos Defensores Públicos para apreciação do

Coordenador Executivo de Defensoria;

VIII - propor ao Coordenador Executivo de Defensoria a constituição

de grupos de atuação especial, de caráter transitório, para a conse-

cução de objetivos e diretrizes deﬁnidos nos planos gerais de atua-

ção e nos respectivos programas;

IX - informar ao Coordenador Executivo de Defensoria sobre a ne-

cessidade de designação de estagiários para os Defensores Públi-

cos, bem como a necessidade de material de trabalho;

X - certiﬁcar se seus pares estão informados sobre todas as medi-

das adotadas pela Defensoria Pública Especializada;

XI - participar e assessorar a Coordenadoria das Defensorias

Públicas Especializadas na elaboração de planos, programas e

projetos setoriais;

XII - auxiliar a Coordenadoria das Defensorias Públicas Especializa-

das na coleta e registro de dados para elaboração de mapas estatís-

ticos, manutenção de livros, pastas e arquivos atualizados em suas

unidades, interagindo diretamente com os Defensores Públicos

para a entrega regular do resultado dos respectivos serviços;

6

0

Lei 26/2006 atuaLizada



XIII - responsabilizar e zelar pela guarda e distribuição de bens e ma-

teriais necessários ao serviço, em sua respectiva unidade especia-

lizada ou regional;

XIV - auxiliar ao Coordenador Executivo de Defensoria fornecendo

informações sobre a escala de substituição cumulativa e a subs-

tituição em casos de afastamentos por motivo de férias, licenças,

além de impedimentos e outras situações que mereçam registro ou

interferência;

XV - relatar à Coordenadoria das Defensorias Públicas Especializa-

das, ao ﬁnal de cada ano de gestão, as ocorrências e resultados de

suas atividades;

XVI - desempenhar outras funções que lhes forem cometidas pelo

Coordenador Executivo de Defensoria, sem prejuízo de suas fun-

ções regulares.

art. 64 - Os Subcoordenadores serão escolhidos dentre os membros

que compõem cada uma das Defensorias Públicas Especializadas, por

indicação de seu Coordenador Executivo de Defensoria, e nomeado por

ato do Defensor Público-Geral.

SEÇÃO III

Das Defensorias Públicas reGionais

art. 65 - As Defensorias Públicas Regionais têm por ﬁnalidade exercer

as funções institucionais e adotar as medidas judiciais e extrajudiciais

necessárias à consecução dos objetivos e diretrizes deﬁnidos no plano

bienal de atividades, metas e políticas institucionais aprovadas e nos

respectivos programas de atuação nas Comarcas do interior do Estado e

na Região Metropolitana de Salvador.

§

1º-Aplicam-seàsDefensoriasPúblicasRegionaisasmesmascompetências

conferidas às Defensorias Públicas Especializadas, com atuação na Capital,

descritas no art. 62 desta Lei.

§

2º - As Defensorias Públicas Regionais serão integradas por Defensores

Públicos.

DA ORGANIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA 61



art. 66 - As Defensorias Públicas Regionais, em número de 06 (seis) a

7 (vinte e sete), delimitadas e organizadas por proposta do Defensor

2

Público-Geral, aprovada pelo Conselho Superior da Defensoria, entrarão

em funcionamento, à medida que se implementem as condições

orçamentárias, levando-se em consideração, sempre que possível, os

territórios de identidade.

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação original: “ Art. 66 - As Defensorias Públicas Regionais, criadas por esta Lei,

em número inicial de 06 (seis), com área de abrangência delimitadas e organizadas

por Resolução do Defensor Público-Geral, serão constituídas por pelo menos 01 (um)

membro integrante da carreira, designado pelo Defensor Público-Geral.”∙

Parágrafo único- As Defensorias Públicas Regionais serão providas

de serviços auxiliares destinados a dar suporte administrativo ao

funcionamento e ao desempenho das atribuições dos Defensores Públicos

e serão ordenadas por ato do Defensor Público-Geral.

∙

RedaçãodeacordocomaLeiComplementarnº46de29deoutubrode2018.Redação

original: “Parágrafo único - As Defensorias Públicas Especializadas Regionais

serão providas de serviços auxiliares destinados a dar suporte administrativo ao

funcionamento e ao desempenho das atribuições dos Defensores Públicos.” ∙

art. 67 - Os Subcoordenadores das Defensorias Públicas Regionais terão

as mesmas competências descritas no art. 63 desta Lei, dentro de sua

área de atuação.

SEÇÃO IV

Dos Defensores Públicos

art. 68 - Os Defensores Públicos, órgãos de execução das funções da

Defensoria Pública, têm as seguintes atribuições:

I - atender às partes interessadas e, na medida do possível e da

conveniência da Instituição, promover a conciliação, a media-

ção ou arbitragem entre as partes antes do ajuizamento da ação

ou do procedimento, encaminhando-os, quando necessário, ao

atendimento multidisciplinar;

II - exercer a orientação jurídica de entidades e organizações civis

que incluam entre suas ﬁnalidades os direitos humanos e outros in-

6

2

Lei 26/2006 atuaLizada



teresses coletivos, demonstrada a insuﬁciência de recursos econô-

micos dessas entidades;

III - postular a concessão da gratuidade de justiça para os necessi-

tados, na forma da lei;

IV - assegurar, em sua atuação, a efetivação das garantias

constitucionais outorgadas ao processo, em especial do devido

processolegal,docontraditório,daampladefesaeàinafastabilidade

do direito de acesso à tutela jurisdicional;

V - acompanhar e impulsionar os processos judiciais e adminis-

trativos, comparecendo a todos os atos processuais, zelando pela

rigorosa observância dos prazos e diligências, pautando-se pelos

procedimentos legais e éticos;

VI - comparecer e permanecer no fórum ou nos locais destinados

ao atendimento das Defensorias Públicas, em expediente diá-

rio, salvo nos casos de realização de diligência indispensável ao

exercício de atribuições;

VII - esgotar todas as instâncias recursais judiciais e administrati-

vas, promover a revisão criminal e a ação rescisória cabíveis no caso

concreto, salvo se houver motivo justiﬁcado;

VIII - recorrer ao sistema internacional de proteção dos direitos hu-

manos, quando cabível, comunicando ao Defensor Público-Geral;

IX - atuar junto aos estabelecimentos policiais, penitenciários e de

internação de adolescentes, visando a assegurar às pessoas, sob

quaisquer circunstâncias, o exercício pleno de seus direitos e ga-

rantias fundamentais;

X - requisitar a cartórios, repartições ou autoridades competentes,

certidões, exames e esclarecimentos necessários ao exercício re-

gular de suas funções;

XI - expedir notiﬁcações e requisições no cumprimento do ofício

defensorial;

XII - remeter ao Defensor Público Geral as notiﬁcações de requi-

sições que tiverem como destinatários o Governador do Estado, a

DA ORGANIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA 63



Mesa e a Presidência da Assembléia Legislativa do Estado, o Pro-

curador Geral de Justiça do Ministério Público, os Presidentes dos

Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, o Prefeito e o Pre-

sidente da Câmara Municipal da capital e do interior e os Secretários

de Estado, para subseqüente encaminhamento;

XIII - promover a difusão do conhecimento do ordenamento jurídico,

da cidadania e dos direitos humanos;

XIV - participar dos conselhos de direito estaduais, municipais, tu-

telares e comunitários, afetos às funções institucionais da Defen-

soria Pública;

XV - substituir membro da Defensoria Pública, na forma desta Lei;

XVI - integrar comissão de concurso de ingresso na carreira da De-

fensoria Pública;

XVII - integrar comissão de procedimento administrativo;

XVIII - exercer funções nos órgãos da administração superior da De-

fensoria Pública, para os quais for designado;

XIX - oferecer sugestões para o aperfeiçoamento dos serviços da

Defensoria Pública;

XX - conservar, em arquivo, nas Defensorias Públicas Especializa-

das e Regionais, cópias de peças processuais e outros atos pratica-

dos no exercício da função;

XXI - encaminhar à Corregedoria Geral relatório semestral de ativi-

dades, até 30 (trinta) de maio e 30 (trinta) de novembro de cada ano,

nos termos das instruções por ela editadas;

XXII - exercer outras atribuições deﬁnidas em lei ou ato normativo,

desde que afetas à sua área de atuação.

art. 69

-

Os conﬂitos de atribuição deverão ser suscitados,

fundamentadamente, nos próprios autos em que ocorrerem, e serão

decididos pelo Defensor Público-Geral.

6

4

Lei 26/2006 atuaLizada



CAPÍTULO IV

Dos ÓrGÃos aUXiliares

SEÇÃO I

Da DireToria Geral

art. 70 - A Diretoria Geral tem por ﬁnalidade executar as atividades de ad-

ministração geral, modernização administrativa, informática, ﬁnanceira e

de contabilidade, de planejamento, programação, orçamentação, acom-

panhamento, avaliação de estudos e análises.

art. 71 - A Diretoria Geral será composta pela:

I - Coordenação de Modernização e Informática;

II - Diretoria Administrativa:

a) Coordenação de Serviços Administrativos;

b) Coordenação de Administração de Pessoal;

c) Coordenação de Acompanhamento de Contratos e Licitações;

III - Diretoria de Planejamento e Orçamento:

a) Coordenação de Programação e Gestão Orçamentária;

b) Coordenação de Estudos e Avaliação;

IV - Diretoria de Finanças:

a) Coordenação Financeira e Contábil;

b) Coordenação do Fundo.

Parágrafo único - A implantação da Coordenação do Fundo dar-se-á após

aprovação da lei de criação do Fundo de Assistência Judiciária.

art. 72 - As competências da Diretoria Geral e das unidades que a compõem

serão ﬁxadas em Regimento Interno.

SEÇÃO II

Da escola sUPerior Da Defensoria Pública

art.73-AEscolaSuperiordaDefensoriaPúblicatemporﬁnalidadepromover

o aperfeiçoamento proﬁssional e cultural dos membros da Instituição, de

DA ORGANIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA 65



seus auxiliares, servidores e estagiários, bem como a melhor execução de

seus serviços e racionalização de seus recursos materiais.

§

1º - Para consecução de suas ﬁnalidades a Escola Superior da Defensoria

Pública, entre outras atribuições a serem previstas no Regimento Interno

da Defensoria Pública, poderá instituir, realizar ou patrocinar cursos,

seminários, congressos, simpósios, pesquisas, atividades, estudos e

publicações, bem como promover a divulgação dos conhecimentos

decorrentes e o intercâmbio cultural e cientíﬁco com instituições públicas

ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

§

2º - A Escola Superior da Defensoria Pública poderá propor ao

Defensor Público-Geral a celebração de convênios com Defensorias

Públicas, com Associações de Defensores Públicos e de Defensorias

Públicas, com outras instituições jurídicas, com institutos educacionais

e universidades ou com outras instituições e entidades públicas ou

privadas, nacionais ou estrangeiras.

art. 74 - A Escola Superior será dirigida por Defensor Público, indicado

e nomeado pelo Defensor Público-Geral, dentre os integrantes da

carreira, exceto os de classe inicial, preferencialmente, com grau de

especialização, mestre ou doutor, para o período de 02 (dois) anos,

permitida uma recondução.

art. 75 - Compete à Escola Superior da Defensoria Pública:

I - ﬁxar as diretrizes e elaborar programas anuais de atuação, de

acordo com o planejamento bienal de atividades, metas e políticas

institucionais adotadas pelo Defensor Público-Geral;

II - promover a atualização, o aprimoramento proﬁssional e o aper-

feiçoamento técnico dos membros, estagiários e servidores da De-

fensoria Pública, por meio da realização de palestras, cursos, semi-

nários, conferências e outras atividades correlatas, de acordo com

a área de atuação e a missão da Defensoria Pública;

III - promover a capacitação funcional dos Defensores Públicos, ser-

vidores e estagiários, necessária ao exercício dos cargos e funções,

6

6

Lei 26/2006 atuaLizada



visando à incorporação de técnicas jurídicas, administrativas, de

gestão, relacionamento interpessoal e liderança;

IV - difundir e promover constantes e rápidas atualizações quanto

ao ordenamento jurídico, processual, administrativo, dos direitos

humanos, da cidadania, dos direitos fundamentais em matéria le-

gislativa, doutrinária e jurisprudencial, de interesse dos serviços;

V - manter intercâmbio com organizações oﬁciais e entidades da

sociedade civil, objetivando a qualidade do serviço, a difusão e cul-

tura dos direitos humanos e da cidadania;

VI - manter a biblioteca atualizada, efetuando o tombamento e a

classiﬁcação de livros, revistas, impressos, documentos, arquivos

eletrônicos e eletromagnéticos que componham o acervo;

VII - editar revistas, boletins periódicos e outros que abordem estu-

dos jurídicos e multidisciplinares voltados à difusão dos assuntos e

pesquisas de interesse institucional;

VIII - realizar pesquisas e estudos bibliográﬁcos solicitados por órgãos

da Defensoria Pública, relacionados ao desempenho das atividades;

IX - disponibilizar aos Defensores Públicos, estagiários e servidores,

por meio da internet ou outro meio eletrônico, ferramentas de pes-

quisa e espaço para a troca de informações;

X - custear as despesas dos membros e servidores da Defensoria

Pública relativas a cursos, conferências, palestras, seminários e

atividades correlatas de atualização proﬁssional e aperfeiçoamento

funcional realizados por outros órgãos e entidades;

XI - auxiliar na organização de concursos de ingresso à carreira da

Defensoria Pública e servidores;

XII - promover curso de preparação à carreira para os membros e

servidores da Defensoria Pública em estágio probatório;

XIII - esclarecer e incentivar a participação de Defensores Públicos

em conselhos estaduais, municipais e comunitários;

XIV - auxiliar os Coordenadores Executivos de Defensoria das Coor-

DA ORGANIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA 67



denadorias das Defensorias Públicas Especializadas e Regionais na

ﬁxação de parâmetros regulares de qualidade para atuação dos De-

fensores Públicos, oferecendo meios para seu alcance;

XV - coordenar a organização da Semana Anual dos Defensores Pú-

blicos, com a aprovação do Defensor Público-Geral, e programar,

dentre as atividades desenvolvidas, conferências e a formação de

grupos de trabalho para deﬁnir as teses institucionais que deverão

ser observadas por todos os Defensores Públicos, e que constitui-

rão parâmetros de qualidade de atuação;

XVI - editar, periodicamente, a Revista Jurídica da Defensoria Públi-

ca do Estado da Bahia, com o objetivo de difundir a cultura jurídica,

nos termos a serem deﬁnidos no Regimento Interno da Instituição;

XVII - exercer as demais funções inerentes à sua atividade.

SEÇÃO III

Da oUviDoria

art. 76 - A Ouvidoria da Defensoria Pública tem por ﬁnalidade receber, en-

caminhar e acompanhar as denúncias, reclamações e sugestões dos usuá-

rios, relacionados com os serviços prestados pelas Defensorias Públicas.

art. 77 - A Ouvidoria da Defensoria Pública será dirigida por um titular, não

integrante do quadro de Defensor Público, para mandato de 02 (dois) anos,

permitida uma única recondução.

Parágrafo único- Lei ordinária organizará a Ouvidoria da Defensoria Pública,

dispondo sobre a sua organização, estrutura e normas de funcionamento.

art. 78 - A Ouvidoria se pautará pelos princípios da transparência,

informalidade e celeridade.

art. 79 - À Ouvidoria da Defensoria Pública compete:

I - receber e encaminhar as reclamações e denúncias feitas por

qualquer pessoa, inclusive pelos próprios membros e servidores da

Defensoria Pública, de entidades ou órgãos públicos, relacionadas à

qualidade dos serviços prestados pela Instituição;

6

8

Lei 26/2006 atuaLizada



II - encaminhar as reclamações e sugestões, denúncias, solicita-

ções e elogios apresentados à área competente, acompanhando a

tramitação e zelando pela celeridade da resposta;

III - divulgar os serviços da Ouvidoria;

IV - manter contato permanente com as Coordenadorias e com a

Diretoria Geral objetivando repassar as expectativas e anseios dos

cidadãos, apurados quanto ao serviço, para alcançar sintonia com

os direitos dos usuários;

V - elaborar e divulgar relatórios semestrais sobre as atividades,

apresentando, simultaneamente, propostas para solução de situa-

ções recorrentes, ao Defensor Público-Geral;

VI - prestar esclarecimentos à população sobre os serviços e os de-

veres dos Defensores Públicos;

VII - preservar a identidade do denunciante, sempre que solicitado,

e manter sigilo sobre as informações;

VIII - desenvolver outras atividades de intercâmbio com a sociedade

civil que tenham por ﬁnalidade a otimização do serviço.

SEÇÃO IV

Dos cenTros De aTenDiMenTo MUlTiDisciPlinar

art. 80 - Aos Centros de Atendimento Multidisciplinar, implantados

na Capital e que têm a ﬁnalidade de servir às Defensorias Públicas

Especializadas e às Defensorias Públicas Regionais, compete:

I - promover o assessoramento técnico e interdisciplinar para o

desempenho das funções institucionais, realizando a mediação de

conﬂitos, atendimentos e perícias nas áreas de assistência social,

de psicologia, médica, laboratorial, ciências contábeis, estatística,

engenharia, dentre outras;

II - propor ao Defensor Público-Geral a celebração de convênios e

intercâmbios com universidades, órgãos públicos e entidades da

sociedade civil, visando à realização e ao aprimoramento de suas

DA ORGANIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA 69



funções, para atender o desempenho dos órgãos da administração

superior, de execução e auxiliares;

III - cooperar com a Escola Superior da Defensoria Pública nos pro-

gramas de capacitação e aprimoramento;

IV - exercer outras funções pertinentes que a necessidade do

serviço exigir.

Parágrafo único - Os serviços dos Centros de Atendimento Multidisciplinar

atenderão as demandas do Coordenador Executivo de Defensoria das

Coordenadorias das Defensorias Públicas Especializadas e do Diretor

Geral, conforme a especialidade que o serviço exigir.

art. 80-a - A Coordenação de Controle Interno será dirigida pelo

Controlador Interno, nomeado pelo Defensor Público-Geral do Estado.

§

1º - A Coordenação de Controle Interno tem por objetivo assistir, direta

e imediatamente, a Defensoria Pública-Geral no desempenho de suas

atribuições quanto aos assuntos e providências atinentes à defesa do

patrimônio da Instituição, ao controle interno, à auditoria e à transparência

na gestão pública , competindo-lhe:

I - exercer a coordenação geral, a orientação normativa, a supervisão

técnica e a realização de atividades inerentes ao controle interno;

II - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a

execução dos planos, programas e orçamento da Defensoria Pública;

III - realizar inspeções e auditorias de natureza contábil, orçamentá-

ria, ﬁnanceira, patrimonial e operacional e de pessoal nas unidades

administrativas;

IV - ﬁscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela

Defensoria Pública, mediante convênios, ajustes, acordos ou outro

instrumento congênere;

V - emitir certiﬁcado de auditoria atestando a regularidade ou a ir-

regularidade das prestações e tomadas de contas dos responsáveis

pela guarda e aplicação de valores e bens públicos administrados

pela Defensoria Pública;

7

0

Lei 26/2006 atuaLizada



VI - consolidar e analisar a prestação de contas anual da Defensoria

Pública e submetê-la ao Defensor Público-Geral antes de seu envio

ao Tribunal de Contas do Estado;

VII - submeter à aprovação do Defensor Público-Geral o plano anual

de controle interno, que também preverá a veriﬁcação do cumpri-

mento das metas previstas no orçamento participativo, para apro-

vação até o ﬁnal do exercício vigente;

VIII - submeter ao Defensor Público-Geral os resultados de audito-

rias e inspeções realizadas no âmbito das unidades administrativas

da Defensoria Pública, inclusive para o ﬁm disposto no inciso XV do

§

1º deste artigo;

IX - avaliar normas e procedimentos administrativos, recomendan-

do os pontos de controle necessários à segurança dos sistemas es-

tabelecidos;

X - avaliar o nível de execução de metas, o alcance de objetivos e a

adequação das ações dos gestores diretamente responsáveis;

XI - avaliar o cumprimento do orçamento participativo pelos gesto-

res da Defensoria Pública;

XII - auxiliar os gestores na gerência e nos resultados propostos,

por meio de recomendações que visem aprimorar procedimentos

e controles;

XIII - orientar as demais unidades na prática de atos administrati-

vos, garantindo a conformidade com a legislação especíﬁca e nor-

mas correlatas;

XIV - apoiar o controle externo do Estado e da União, zelando pelo

saneamento dos processos que devam ser submetidos ao seu

exame, acompanhando o cumprimento de suas determinações e

recomendações;

XV - veriﬁcar a conformidade da execução orçamentária com as

regras estabelecidas na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de

maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal e legislações aﬁns;

DA ORGANIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA 71



XVI - prestar assessoramento direto e imediato ao Defensor Público-

Geral, nos assuntos relativos ao controle interno, especialmente no

que diz respeito aos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XVII - propor normas e procedimentos de auditoria e ﬁscalização da

gestão da Defensoria Pública;

XVIII - elaborar e encaminhar, para a aprovação da Defensoria Pú-

blica Geral, Instruções Normativas referentes a sua área de atuação

que serão publicadas na Imprensa Oﬁcial;

XIX - organizar e manter atualizado o Manual de Normas e Procedimen-

to de Controle Interno, em meio documental ou em base de dados;

XX - ﬁscalizar a correta observância da legislação vigente, das Re-

soluções do Conselho Superior, das Instruções Normativas e de-

mais normas editadas pela Defensoria Pública;

XXI - elaborar estudos e propostas de metodologia com o objetivo de

avaliar e aperfeiçoar as atividades de controle interno da instituição;

XXII - efetuar análise e estudo dos casos propostos pelos órgãos de

execução e unidades administrativas, visando à solução de proble-

mas relacionados ao controle externo;

XXIII - representar ao Defensor Público-Geral a ocorrência de fatos

que contenham indícios de ilegalidade ou quaisquer irregularida-

des na gestão orçamentária, ﬁnanceira, operacional ou patrimonial

para adoção das providências cabíveis;

XXIV - ﬁscalizar a regularidade dos trabalhos da Comissão Perma-

nente de Licitação;

XXV - formular, propor, sugerir, acompanhar, coordenar e imple-

mentar ações para o desenvolvimento do sistema de controle inter-

no, bem como prevenir falhas e omissões na prestação dos serviços

da Defensoria Pública;

XXVI - executar outras atividades que lhe forem correlatas, ou con-

feridas legalmente, no âmbito de sua competência.

7

2

Lei 26/2006 atuaLizada



§

2º - À Coordenadoria de Controle Interno cabe formular, propor, sugerir,

acompanhar, coordenar e implementar ações para o desenvolvimento de

sistemadecontroleinterno,bemcomoprevençãodefalhas,riscoseomissões

na prestação dos serviços da Defensoria Pública do Estado da Bahia.

§

3º-AControladoria-Geral,nodesempenhodesuasfunções,poderásolicitar

às unidades componentes da estrutura administrativa da Defensoria Pública

quaisquer documentos ou informações relativos aos serviços e atividades

desempenhados, por meio do Defensor Público-Geral.

∙

Art. 80-A acrescido pela Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018. ∙

SEÇÃO V

Dos esTaGiários

Subseção I

Das Disposições Gerais

art. 81 - A Defensoria Pública manterá quadro de estagiários, designados

por ato do Defensor Público-Geral e coordenados pelos respectivos

Coordenadores Executivos de Defensoria das Coordenadorias das

Defensorias Públicas Especializadas e Regionais, para exercício de suas

funções, pelo prazo de 01 (um) ano, renovável por igual período.

Parágrafo único - O estágio não confere vínculo empregatício, sendo

vedado estender ao estagiário direitos ou vantagens assegurados aos

servidores públicos.

Subseção II

Da seleção, da investidura e do exercício

art. 82 - Compete ao Defensor Público-Geral, de acordo com a Lei de

Diretrizes Orçamentárias, ﬁxar o número de estagiários e a remuneração,

a título de bolsa de estudo, editar Resolução sobre o exame de seleção ao

estágio, a proclamação dos resultados e admissão, o prazo de validade da

seleção, observados, para investidura no estágio, os seguintes requisitos:

DA ORGANIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA 73



I - apresentar documento comprobatório de matrícula, nos 04 (qua-

tro) últimos semestres ou 02 (dois) anos correspondentes, do curso

de bacharelado em Direito;

II - apresentar histórico escolar;

III - apresentar declaração de inexistência de antecedentes criminais;

IV - apresentar documentos de identiﬁcação;

V - estar em dia com as obrigações militares;

VI - estar em gozo dos direitos políticos.

§

1º - A bolsa de estudos será concedida nos limites dos valores atribuídos

aos estagiários em outras áreas jurídicas do Estado.

§

2º - A jornada de atividade do estagiário será de 20 (vinte) horas semanais,

devendo corresponder ao expediente do foro e compatibilizar-se com a

duração do turno de funcionamento da Instituição.

§

3º - O estagiário servirá, de preferência, no órgão da Defensoria Pública

correspondente à sede da escola que freqüentar.

4º - A orientação do estágio e o controle da freqüência, que é obrigatória,

competirá ao membro da Defensoria Pública junto ao qual servir.

§

§

5º - O estagiário poderá ser removido da lotação inicial, após cumpridos

0

6 (seis) meses de atuação, ou por proposta fundamentada do membro

da Defensoria Pública perante o qual servir, dirigida ao Coordenador

Executivo de Defensoria das Coordenadorias das Defensorias Públicas

Especializadas ou Regionais, observado o disposto no art. 89 desta Lei.

§

6º - É permitido ao estagiário afastar-se de suas atividades nos dias de

seus exames, mediante prévia comunicação ao membro da Defensoria

Pública junto ao qual servir, ﬁcando, todavia, obrigado a comprovar a

prestação dos respectivos exames.

§

7º - A Escola Superior da Defensoria Pública promoverá cursos

visando a fornecer aos estagiários conhecimentos ligados ao exercício

das funções da Instituição.

art. 83 - Preenchidas todas as vagas remuneradas do estágio, através

7

4

Lei 26/2006 atuaLizada



do processo de seleção, é permitido estágio voluntário, para atender a

necessidade do serviço, com a concordância do candidato.

Parágrafo único- O estagiário voluntário estará submetido a todas as previ-

sões legais cometidas aos estagiários remunerados, salvo a remuneração.

art. 84 - Por meio de convênio com instituições de ensino superior

poderão ser admitidos, temporariamente, estagiários de áreas técnicas

especíﬁcas, para auxílio dos Centros de Atendimento Multidisciplinar ou

órgão da administração superior da Defensoria Pública.

art. 85 - Compete aos estagiários:

I - atender ao público, nos limites da orientação jurídica e extrajudi-

cial que receber;

II - desempenhar quaisquer outras atividades compatíveis com sua

condição acadêmica;

III - elaborar peças processuais, sob a supervisão do Defensor Pú-

blico, a serem aprovadas por este e assinadas concomitantemente;

IV - manter o controle da movimentação dos autos de processos ad-

ministrativos ou judiciais, acompanhando a realização dos corres-

pondentes atos e termos;

V - levantar dados de conteúdo doutrinário e jurisprudencial, necessá-

rios ou convenientes ao correspondente exercício de suas atividades;

VI - estudar matérias que lhes sejam conﬁadas, propondo a adoção

dos procedimentos conseqüentes;

VII - executar outras atividades correspondentes ao estágio;

VIII - participar de audiências e sessões dos Tribunais, auxiliando,

quando solicitados, o Defensor Público.

DA ORGANIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA 75



Subseção III

Dos Direitos, Deveres e vedações

art. 86 - São direitos do estagiário:

I - receber orientação precisa, clara e objetiva para o desenvol-

vimento regular de suas funções do órgão da Defensoria Pública

ao qual servir;

II - gozar férias anuais de 30 (trinta) dias, após o primeiro ano de es-

tágio, podendo dividi-las em 02 (dois) períodos iguais, sem prejuízo

da bolsa mensal, observada a legislação federal especíﬁca;

III - gozar licença, com prejuízo da bolsa mensal:

a) para realização de provas, até o máximo de 20 (vinte) dias por

ano, com prévia autorização do Coordenador Executivo de Defen-

soria das Coordenadorias das Defensorias Públicas Especializa-

das ou Regionais, conforme a atuação;

b) a juízo do Coordenador Executivo de Defensoria, por tempo que

não prejudique o desenvolvimento e as ﬁnalidades do estágio.

art. 87 - São deveres do estagiário:

I - atender à orientação que lhe for dada pelo órgão da Defensoria

Pública junto ao qual servir;

II - cumprir o horário que lhe for ﬁxado e assinar folha de freqüência;

III - apresentar, mensalmente, ao Coordenador Executivo de Defen-

soria das Coordenadorias das Defensorias Públicas Especializadas

ou Regionais, relatórios discriminativos de suas atividades;

IV - comprovar, no início de cada ano letivo, a renovação da matrí-

cula em curso de graduação em Direito, bem como a reprovação em

mais de uma disciplina do currículo;

V - manter sigilo sobre fatos relevantes de que tiver conhecimento

no exercício das funções;

VI - ter comportamento compatível com a natureza de sua atividade.

7

6

Lei 26/2006 atuaLizada



Parágrafo único - O Defensor Público a que estiver administrativamente

vinculado o estagiário encaminhará, mensalmente, a freqüência e o relató-

rio à Coordenadoria respectiva, após registrar as anotações que couberem.

art. 88 - Ao estagiário é vedado:

I - ter comportamento incompatível com a natureza de sua atividade;

II - identiﬁcar-se, invocando sua qualidade de estagiário, ou usar

papéis com o timbre da Defensoria Pública, em qualquer matéria

alheia ao serviço;

III - utilizar distintivos e insígnias privativos dos membros da Defen-

soria Pública;

IV - praticar quaisquer atos, processuais ou extraprocessuais, que

exꢀam qualidade postulatória ou que constituam atribuição ex-

clusiva de órgão de execução da Defensoria Pública, salvo assinar

peças processuais ou manifestações nos autos, juntamente com o

Defensor Público;

V - desempenhar qualquer cargo, emprego ou função pública,

bem como exercer atividade privada incompatível com sua con-

dição de estagiário.

§

1º - Na hipótese de violação das normas previstas neste artigo, o

estagiário poderá ser suspenso ou desligado pelo Coordenador Executivo

de Defensoria respectivo, após comunicação ao Defensor Público-Geral,

sem prejuízo de procedimento administrativo requerido pela gravidade

praticada, garantida ampla defesa.

§

2º - Caso a suspensão não venha a ser ratiﬁcada, nenhum prejuízo sofrerá

o estagiário.

Subseção IV

Da Avaliação e do Certiﬁcado de Estágio

art. 89 - Com o ﬁm de propiciar ao estagiário experiência da prática forense

nas diversas áreas de atuação, observado o seu interesse, poderá ele ser

DA ORGANIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA 77



removido para outras Defensorias Públicas Especializadas, ou unidades

de atuação, ao ﬁnal de cada semestre, devendo ﬁcar registrado no seu

prontuário a regularidade do estágio e o seu aproveitamento, por meio de

parecer emitido pelo Defensor Público ao qual serviu.

§

1º-AconclusãodoDefensorPúblicosobreoaproveitamento,desempenho

e freqüência do estagiário, após as considerações, deve ser expressada

em conceitos de ótimo, regular e aproveitamento insuﬁciente.

§

2º - Ao término do período de estágio será expedido certiﬁcado, válido

como título em concursos públicos para a Defensoria Pública do Estado

da Bahia, devendo, para tanto, cumprir o período mínimo de 01 (um) ano.

7

8

Lei 26/2006 atuaLizada



LIVRO II

Do esTaTUTo Da Defensoria Pública

TÍTULO I

Da carreira

CAPÍTULO I

Das DisPosiÇÕes Gerais

art. 90 - A Defensoria Pública compreende o cargo de Defensor Público,

estruturada em carreira e organizada nas seguintes classes:

I - Defensor Público de Instância Superior, com atuação nos Tribunais;

II - Defensor Público de Classe Final, com atuação em Defensorias

junto às Comarcas de Entrância Final;

III - Defensor Público de Classe Intermediária, com atuação em De-

fensorias junto às Comarcas de Entrância Intermediária;

IV - Defensor Público de Classe Inicial, com atuação em Defensorias

junto às Comarcas de Entrância Inicial.

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 39, de 11 de abril de 2014.

Redação original: “Art. 90 - A Defensoria Pública compreende os seguintes cargos de

Defensor Público, estruturados em carreira e organizados em classes: I - Defensor

Público de Instância Superior, com atuação nos Tribunais; II - Defensor Público

de classe Especial, com atuação em Defensorias junto à Comarca de Entrância

Especial; III - Defensor Público de 3ª classe, com atuação em Defensorias junto

às Comarcas de 3ª Entrância; IV - Defensor Público de 2ª classe, com atuação em

Defensorias junto às Comarcas de 2ª Entrância; V - Defensor Público de 1ª classe,

com atuação em Defensorias junto às Comarcas de 1ª Entrância.” ∙

§

1º - Os Defensores Públicos de qualquer classe poderão ser designados

para atuar nas cidades sedes de Tribunais Superiores ou de Organismo

Internacional de Proteção aos Direitos Humanos.

∙

§ 1º acrescido pela Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018. ∙

§

2º - Os Defensores Públicos de qualquer classe poderão ter atribuição de

atuar em processos administrativos.

∙

§ 2º acrescido pela Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018. ∙

DA CARREIRA 79



§

3º - O candidato aprovado no concurso de ingresso na carreira será

nomeado para o cargo de Defensor Público Inicial, com lotação em

qualquer unidade defensorial, que é a menor unidade de atuação funcional

individual no âmbito da Defensoria Pública do Estado da Bahia.

∙

§ 3º acrescido pela Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.∙

§

4º - As vagas abertas para Promoção ou Remoção deverão observar

os critérios estabelecidos no § 2º do art. 98 do Ato das Disposições

Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.” (NR)

∙

§ 4º acrescido pela Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.∙

art. 91 - São requisitos básicos para o ingresso na carreira de Defensor

Público, dentre outros constantes do edital do concurso público:

I - ser brasileiro ou ter nacionalidade portuguesa, nos termos do § 1º

do art. 12 da Constituição Federal;

II - ser regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil;

III - estar regular com o serviço militar e com as obrigações eleitorais;

IV - estar em gozo dos direitos políticos;

V - ter boa conduta pública, social e familiar;

VI - apresentar higidez física e mental, atestada por médicos oﬁciais;

VII - não apresentar antecedentes criminais incompatíveis com o

exercício da função, na forma da lei;

VIII - ter, à data da posse, no mínimo, 03 (três) anos de atividade

jurídica, a ser deﬁnida nos termos do Regimento Interno da De-

fensoria Pública;

IX - não possuir condenação em órgão de classe, em relação ao

exercício proﬁssional;

X - ter satisfeito os demais requisitos previstos no edital e na reso-

lução do concurso público.

8

0

Lei 26/2006 atuaLizada



CAPÍTULO II

Do ProviMenTo oriGinário

SEÇÃO I

Do concUrso De inGresso

art. 92 - O ingresso na carreira de Defensor Público dar-se-á mediante

aprovação em concurso público de provas e títulos.

§

1º - O concurso público será organizado e realizado pela Defensoria

Pública, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil.

2º - O concurso público terá validade de até 02 (dois) anos, contados da

homologação, prorrogável por igual período.

3º - A abertura do concurso público será determinada pelo Defensor

§

§

Público-Geral, através de edital publicado no Diário Oﬁcial ou na imprensa

oﬁcial, contendo o prazo de inscrição, o número de cargos que deverão

ser preenchidos, previsão do cronograma de realização das provas e os

demais requisitos previstos nesta Lei Complementar.

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação original: “§ 3º - A abertura do concurso público será determinada pelo

Defensor Público-Geral, através de edital publicado no Diário Oﬁcial do Estado,

contendo o prazo de inscrição, o número de cargos vagos na classe inicial da carreira,

o número de cargos que deverão ser preenchidos, as datas de realização das provas

e os demais requisitos previstos nesta Lei.∙

§

4º - É obrigatória a reserva de 05% (cinco por cento) das vagas abertas

para o ingresso, por meio de concurso público, para pessoas com

deﬁciência, vedado o arredondamento inferior, a não ser para evitar a

superação do limite máximo.

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação original: “§ 4º - É obrigatória a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas

abertas para o ingresso, por meio de concurso público, de pessoas portadoras de

deﬁciências.” ∙

§

4º-a - Fica instituída a reserva de vagas para a população negra e

indígena, nos concursos públicos e processos seletivos, correspondendo

respectivamente a 30% (trinta por cento) e 02% (dois por cento) das vagas a

serem providas, cujos critérios serão estabelecidos pelo Conselho Superior.

∙

§ 4º-A acrescido pela Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.∙

DA CARREIRA 81



§

5º - Durante o prazo de validade do concurso público, obedecida a ordem

de classiﬁcação, poderão ser nomeados os candidatos aprovados que não

foram classiﬁcados dentro do número de vagas inicialmente oferecidas.

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação original: “§ 5º - Durante o prazo de validade do concurso público, obedecida

a ordem de classiﬁcação dos aprovados, poderão ser nomeados tantos quantos

forem necessários ao preenchimento das vagas oferecidas.” ∙

§

6º - As questões de prova compreenderão obrigatoriamente as seguintes

matérias,podendooRegulamentodoconcursopúblicoincluiroutrasmatérias

atinentes às atividades desenvolvidas pela Defensoria Pública do Estado:

I - Direitos Humanos;

II - Direito Constitucional;

III - Direito Penal;

IV - Direito Processual Penal;

V - Criminologia;

VI - Direito Civil;

VII - Direito do Consumidor;

VIII - Direito Processual Civil;

IX - Direito da Criança e do Adolescente;

X - Direito Administrativo;

XI - Princípios e Atribuições Institucionais da Defensoria Pública do

Estado da Bahia;

XII - Filosoﬁa do Direito e Sociologia Jurídica;

XIII - Aspectos da constituição e formação da população e da Histó-

ria da Bahia.” (NR)

∙

§ 6º e incisos acrescidos pela Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.∙

art. 93 - O Conselho Superior da Defensoria Pública baixará as demais

normas para a Comissão de Concurso Público proceder ao referido

concurso para ingresso na carreira de Defensor Público e deliberará sobre

as matérias que serão exigidas, assim como os tipos de provas, que serão,

classiﬁcatórias, eliminatórias e de títulos.

8

2

Lei 26/2006 atuaLizada



Parágrafo único - A referida Resolução estabelecerá, ainda, que as

provas deverão conter, além de questões técnico-jurídicas, outras

relacionadas aos princípios e às funções inerentes à Defensoria Pública

e à carreira de Defensor Público.

SEÇÃO II

Da noMeaÇÃo

art. 94 - Os cargos de Defensor Público, da classe inicial, serão providos

em caráter efetivo, por nomeação do Defensor Público-Geral, observada

a ordem de classiﬁcação dos candidatos aprovados em concurso público,

nas vagas oferecidas.

art. 95 - O candidato aprovado em concurso público de ingresso na carreira

será nomeado para o cargo de Defensor Público de Classe Inicial, com

prerrogativas, vedações, remuneração e vantagens legalmente previstas.

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 39, de 11 de abril de 2014.

Redação original: “Art. 95 - O candidato aprovado no concurso público de ingresso

na carreira será nomeado para o cargo de Defensor Público de 1ª classe, com

prerrogativas, vedações, vencimentos e vantagens legalmente previstas.” ∙

Parágrafo único - O candidato aprovado poderá renunciar à nomeação

correspondente à sua classiﬁcação, antecipadamente ou até o termo

ﬁnal do prazo de posse, caso em que o renunciante será deslocado para o

último lugar da lista de classiﬁcados.

SEÇÃO III

Da Posse

art. 96 - Os candidatos serão empossados, em sessão solene, pelo

Defensor Público-Geral, com imediato exercício.

Parágrafo único- A posse será precedida da prestação do compromisso de

desempenhar, com retidão, as funções da Instituição e cumprir ﬁelmente

os deveres inerentes ao cargo.

art. 97 - O prazo para a posse dos Defensores Públicos será de 30 (trinta)

dias, contado da publicação do ato de nomeação.

DA CARREIRA 83



§

1º - Na data da posse deverão ser exigidas a:

I - revogado.

∙

Inciso I revogado pela Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação revogada: “ I - Comprovação de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil;”∙

II - comprovação de, no mínimo, 03 (três) anos de atividade jurídica, nos

termos a serem deﬁnidos no Regimento Interno da Defensoria Pública;

III - habilitação em exame de sanidade mental e capacidade física, com-

patível com o exercício das funções, realizado por junta médica oﬁcial;

IV - entrega de declaração de bens;

V - entrega de declaração sobre ocupação ou não de outro cargo,

função ou emprego público, bem como sobre o percebimento de

proventos ou pensões de inatividade;

VI - entrega de declaração relativa ao percebimento de proventos de

inatividade ou pensão originários de regime previdenciário próprio;

VII - comprovação acerca da regularidade com o serviço militar;

VIII - comprovação acerca do gozo dos direitos políticos;

IX - comprovação do atendimento de outros requisitos exigidos no

edital ou na Resolução de abertura do concurso público.

§

2º - Não será empossado o candidato nomeado que, nos prazos previstos

nesta Lei, deixar de cumprir o quanto exigido no § 1º deste artigo, caso em

que será tornada sem efeito a sua nomeação.

art. 98 - O prazo para o empossamento previsto no artigo anterior poderá

ser prorrogado pelo Defensor Público-Geral, em até 30 (trinta) dias, a

requerimento do interessado, por motivo justo, devidamente comprovado,

nos termos a serem deﬁnidos no Regimento Interno.

§

1º - A nomeação será tornada sem efeito se a posse não se der dentro dos

prazos previstos nesta Lei, mediante ato do Defensor Público-Geral.

§

2º - Após entrar em exercício, o Defensor Público participará do curso

de formação, a ser promovido pela Escola Superior da Defensoria Pública,

sob pena de exoneração.

8

4

Lei 26/2006 atuaLizada



CAPÍTULO III

Do esTáGio ProbaTÓrio e Da esTabiliDaDe

art. 99 - O Conselho Superior da Defensoria Pública disciplinará, mediante

Resolução, sobre o curso de formação a que serão submetidos os

Defensores Públicos recém-nomeados para a carreira.

art. 100 - A contar da data da posse, durante o período de 03 (três) anos,

o Defensor Público será avaliado por meio de relatórios individualizados,

elaborados pela Corregedoria Geral e enviados semestralmente, para a

apuração do atendimento ou não dos requisitos necessários à conﬁrmação

de sua estabilidade no cargo.

§

1º - São requisitos para a conﬁrmação da estabilidade no cargo, nos

termos a serem deﬁnidos no Regimento Interno da Defensoria Pública:

I - aproveitamento no curso de preparação à carreira;

II - dedicação e ﬁel cumprimento das funções inerentes ao seu cargo;

III - idoneidade moral;

IV- conduta, pública e particular, compatível com a dignidade do cargo;

V - eficiência, pontualidade e assiduidade no desempenho de

suas funções;

VI - presteza e segurança nas manifestações processuais.

§

2º - Durante o triênio a que se refere este artigo, a atuação do Defensor

Público será acompanhada e avaliada pela Corregedoria Geral, por meio de

inspeções, correições, análises dos trabalhos, devidamente registrados e

considerados nos relatórios ou outros meios ao seu alcance.

§

3º - A estabilidade do Defensor Público na carreira será deliberada pelo

Conselho Superior, ouvida sempre a Corregedoria Geral, cujo relatório

conclusivo deverá ser fundamentado.

§

4º - Não estará isento do estágio probatório, o Defensor Público que já

tenha sido submetido a estágio probatório em outro cargo.

art. 101 - O Conselho Superior regulamentará o estágio probatório, no

prazo de 06 (seis) meses da publicação desta Lei.

DA CARREIRA 85



art. 102 - Se a conclusão do relatório, emitido pelo Corregedor-Geral, for

desfavorável à estabilidade, o Conselho Superior ouvirá, no prazo de 10

(dez) dias, o Defensor Público interessado, que poderá apresentar defesa

e requerer provas nos 05 (cinco) dias seguintes, pessoalmente, por seu

advogado ou defensor.

§

1º - Encerrada a instrução, o interessado terá vista dos autos para as

alegações ﬁnais, pelo prazo de 05 (cinco) dias.

§

2º - Na primeira reunião ordinária subseqüente, o Conselho Superior

deliberará sobre a matéria, pelo voto da maioria absoluta dos seus

membros.

art. 103 - Cabe ao Conselho Superior proferir a decisão conﬁrmatória de

estabilidade ou não do Defensor Público na carreira, observado o quorum

previsto no §2º do artigo anterior.

§

1º - Se a decisão do Conselho Superior for no sentido da conﬁrmação

da estabilidade, o Defensor Público-Geral expedirá o respectivo ato

declaratório.

§

2º - Se a decisão for pela não-conﬁrmação da estabilidade, o Defensor

Público interessado receberá cópia integral da referida decisão e será de

imediato afastado do exercício do cargo, encaminhando-se o expediente

ao Defensor Público-Geral, que o exonerará imediatamente.

§

3º - O Conselho Superior proferirá sua decisão até 02 (dois) meses antes do

Defensor Público completar o prazo de 03 (três) anos de exercício no cargo.

§

4º - O Corregedor-Geral poderá propor ao Conselho Superior a apreciação

sobre a estabilidade do Defensor Público, antes do prazo previsto, na

ocorrência de quaisquer das hipóteses elencadas no art. 209 desta Lei,

observando-se, sempre, o procedimento previsto no art. 102 desta Lei.

art. 104 - Durante a tramitação do procedimento de que trata o parágrafo

4

º do artigo anterior, o Defensor Público ﬁcará suspenso do exercício

funcional, sem prejuízo dos seus vencimentos, aplicando-se, ao ﬁnal do

referido procedimento, o disposto no parágrafo 2º do art. 103 desta Lei.

8

6

Lei 26/2006 atuaLizada



CAPÍTULO IV

Da loTaÇÃo e Da DesiGnaÇÃo Dos Defensores Públicos

art. 105 - Cada Defensor Público será lotado em uma unidade defenso-

rial, na qual será assegurada a prerrogativa de inamovibilidade.

§

1º - A quantidade de unidades defensoriais abertas será igual à quantida-

de de Defensores Públicos, podendo ser maior, para atender ao interesse

público de provimento por substituição cumulativa, observando as regiões

com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional.

§

2º - A criação, a transformação e a extinção de unidades defensoriais

observarão, prioritariamente, a necessidade do serviço nas regiões com

maiores índices de exclusão social e adensamento populacional.

§

3º - A criação, transformação e extinção de unidades defensoriais exige

a demonstração de compatibilidade com a futura expansão da Instituição,

de modo que não represente concentrações desproporcionais e não cause

prejuízos ao acesso à justiça, à interiorização e à continuidade dos serviços.

§

4º - Até o cumprimento do § 1º do art. 98 do Ato das Disposições Constitu-

cionais Transitórias da Constituição Federal, no mínimo metade das novas

unidades defensoriais a serem criadas para provimento por titularidade

deverão ter atuação em comarcas sem unidades desta espécie, realizan-

do-se as veriﬁcações a cada grupo de 50 (cinquenta).

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação original: “Art. 105 - O preenchimento dos órgãos de execução da Defensoria

Pública será feito por lotação.” ∙

art. 106 - Os Defensores Públicos exercerão, enquanto órgãos de execu-

ção, função de titular ou de substituição, dependendo, esta, de ato do De-

fensor Público-Geral.

art. 107 - Os Defensores Públicos exercerão suas funções nas Defensorias

Públicas Especializadas ou nas Defensorias Públicas Regionais.

art. 108 - O Defensor Público-Geral lotará os novos defensores nas unida-

des defensoriais abertas, vagas e não destinadas a cobertura por subs-

tituição cumulativa, nas quais exercerão sua titularidade, respeitando o

DA CARREIRA 87



direito de escolha segundo a ordem classiﬁcatória do concurso de in-

gresso na carreira.

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação original: “Art. 108 - O Defensor Público-Geral, após o término do estágio

probatório, observada a ordem classiﬁcatória do concurso de ingresso na carreira,

concederá titularidade aos aprovados nas Defensorias Públicas das Comarcas

de 1ª Entrância que estiverem vagas, após o término do concurso de remoção dos

Defensores Públicos com estabilidade.” ∙

§

1º - Perderá o direito de escolha o candidato que não o exercer na data

ﬁxada, cabendo, neste caso, ao Defensor Público-Geral, indicar, após as

demais escolhas, em qual Unidade Defensorial ele será lotado.

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação original: “§ 1º - Perderá o direito de escolha o candidato que não o exercer

na data ﬁxada, cabendo, neste caso, ao Defensor Público-Geral, indicar em qual

Defensoria exercerá ele a titularidade.” ∙

§

2º - A prova da assunção ao cargo será feita mediante a apresentação

de “Termo de Assunção”, lavrado em livro próprio da Defensoria Pública,

por outro Defensor Público, preferencialmente o coordenador, ou, na

falta, por servidor da Defensoria Pública, e ﬁrmado pelo Defensor Públi-

co assuntor na unidade defensorial.

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação original: “§ 2º - A prova da assunção ao cargo será feita mediante a

apresentação de “Termo de Assunção” na Comarca, lavrado em livro próprio da

Defensoria Pública, pelo escrivão, ou por quem o substitua, e ﬁrmado pelo Defensor

Público, pelo juiz e/ou pelo representante do Ministério Público na Comarca.” ∙

art. 109 - Em caso de extinção do órgão no qual o Defensor Público esteja

exercendo suas funções, deverá ele ser removido, assegurado o seu direito

de escolha entre os órgãos vagos, considerada a necessidade do serviço.

8

8

Lei 26/2006 atuaLizada



CAPÍTULO V

Da ProMoÇÃo e Da reMoÇÃo

SEÇÃO I

Da ProMoÇÃo

art. 110 - A promoção será sempre voluntária e far-se-á, alternadamente,

pelos critérios de antiguidade e merecimento, de uma para outra classe

mais elevada da carreira, após 02 (dois) anos de efetivo exercício na classe

e integrar, o defensor, a primeira quinta parte da lista de antiguidade,

dispensados tais requisitos, se não houver quem os preencha ou se quem

os preencher recusar a promoção.

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação original: “Art. 110 - A promoção será sempre voluntária e far-se-á,

alternadamente, pelo critério de antiguidade ou merecimento, de uma para outra

classe mais elevada da carreira, após 2 (dois) anos de efetivo exercício na classe,

dispensado o interstício se não houver quem preencha tal requisito ou se quem o

preencher recusar a promoção.” ∙ Ver também: Art. 8º da Lei Complementar nº

0

33, de 05 de fevereiro de 2009: “A partir da vigência desta Lei e até novembro de

2

010 ﬁcam suspensas as promoções na carreira de Defensor Público, previstas nos

artigos 110 a 112 da Lei Complementar nº 26, de 28 de junho de 2006.” ∙

§

1º - Para concorrer à promoção o Defensor Público deverá se inscrever,

nos termos a serem estabelecidos em Resolução do Conselho Superior.

2º - Só poderão concorrer à promoção os Defensores Públicos

estáveis na carreira.

2º-a - A promoção não implica mudança de Unidade Defensorial, exceto

quando se der para a Instância Superior.

§

§

∙

§ 2º - A acrescido pela Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018. ∙

§

3º - As promoções serão efetivadas por ato do Defensor Público-Geral,

após aprovação do Conselho Superior.

§

4º - A promoção por merecimento será apurada pela atuação do Defensor

Público em toda a carreira e, para a sua aferição, o Conselho Superior, por

voto aberto e fundamentado de seus membros, levará em conta, dentre

outros, os seguintes critérios:

DA CARREIRA 89



I - conduta do Defensor Público, na vida pública e na particular;

II - conceito funcional, aferido nos relatórios semestrais, nos assen-

tamentos de inspeções permanentes realizadas pela Corregedoria

Geral, e nos elogios insertos em julgados;

III - eﬁciência, operosidade e assiduidade no cumprimento dos de-

veres funcionais e no exercício de suas atribuições;

IV - presteza e segurança nas manifestações processuais;

V - atenção às instruções emanadas da Defensoria Pública, bem

como o atendimento dos parâmetros mínimos de qualidade para

atuação e das diretrizes institucionais estabelecidas no Plano Anual

de Atuação;

VI - aprimoramento da cultura jurídica, aferido pela freqüência a cur-

sos especializados, publicação de livros, teses, estudos e artigos,

além da obtenção de prêmios relacionados à atividade funcional;

VII - contribuição à melhoria e à organização dos serviços da Defensoria.

VIII - tempo de cumulação não remunerada de funções;

∙

Inciso VIII acrescido pela Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.∙

IX - atuação em projetos institucionais;

∙

∙

Inciso IX acrescido pela Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018. ∙

X - elaboração e execução de projetos institucionais.

Inciso X acrescido pela Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018. ∙

§

5º - Os membros do Conselho Superior da Defensoria Pública que

pretendem concorrer à promoção por merecimento ﬁcarão impedidos de

participar das discussões e votações que cuidem desta matéria, hipótese

em que devem ser convocados os seus substitutos.

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação original: “§ 5º - Os membros do Conselho Superior da Defensoria Pública que

pretenderem concorrer à promoção e remoção por merecimento, ﬁcarão impedidos

de participar de todas as reuniões que cuidem destas matérias, hipótese em que

devem ser convocados os seus substitutos.” ∙

§

6º - Não poderão integrar a lista de merecimento os Defensores Públicos

que estiverem licenciados para tratar assunto de interesse particular.

9

0

Lei 26/2006 atuaLizada



§

7º - É obrigatória a promoção do Defensor Público que ﬁgurar, por 03

(três) vezes seguidas ou 05 (cinco) alternadas, em lista de merecimento,

ressalvado o impedimento decorrente de imposição de penalidade em

processo administrativo disciplinar.

§

8º-Nashipótesesdepromoçãopormerecimento,nãohaverárecomposição

das quintas partes da lista de antiguidade, só podendo concorrer os

integrantes das quintas partes subsequentes se não houver, na quinta parte

imediatamente anterior, candidato concorrendo ao cargo.” (NR)

∙

§ 8º acrescido pela Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018. ∙

art. 111 - A antiguidade será apurada na classe da carreira.

∙

Ver também: Art. 8º da Lei Complementar nº 033, de 05 de fevereiro de 2009: “A

partir da vigência desta Lei e até novembro de 2010 ﬁcam suspensas as promoções

na carreira de Defensor Público, previstas nos artigos 110 a 112 da Lei Complementar

nº 26, de 28 de junho de 2006.” ∙

§

1º - revogado.

∙

§ 1º revogado pela Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação revogada: “§ 1º - Para os ﬁns deste artigo, considerar-se-ão as alterações

ocorridas no quadro geral de antiguidade, até a data da publicação anual da lista de

antiguidade, decorrentes de promoção, remoção, aposentadoria e disponibilidade.” ∙

§

2º - Ocorrendo empate na classiﬁcação por antiguidade, terá preferência,

sucessivamente:

I - o mais antigo na carreira de Defensor Público;

II - o que tiver mais tempo de serviço público do Estado da Bahia;

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação original: “II - o que tiver mais tempo de serviço público;”

III - revogado.

∙

Revogado pela Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação revogada: “III - O mais idoso.” ∙

IV - revogado.

∙

Revogado pela Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação revogada: “IV- O que tiver maior número de ﬁlhos.” ∙

V - o que tiver mais tempo de serviço público geral;

∙

Inciso V acrescido pela Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018. ∙

DA CARREIRA 91



VI - o mais idoso;

∙

∙

Inciso VI acrescido pela Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018. ∙

VII - o melhor classiﬁcado no concurso de ingresso na Defensoria

Pública da Bahia.

Inciso VII acrescido pela Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018. ∙

§

3º - O desempate entre Defensores Públicos da classe inicial da carreira,

com o mesmo tempo de serviço, far-se-á segundo a classiﬁcação obtida

no concurso de ingresso.

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação original: “§ 3º - O desempate entre Defensores Públicos da classe inicial da

carreira, com o mesmo tempo de serviço, far-se-á segundo a classiﬁcação obtida no

concurso de ingresso.” ∙

art. 112 - No mês de abril de cada ano, o Defensor Público-Geral mandará

publicar, no Diário Oﬁcial do Estado, a lista de antiguidade dos Defensores

Públicos em cada classe, que conterá, em anos, meses e dias, o tempo de

serviço na classe, na carreira, no serviço público estadual, no serviço público

em geral e o computado para efeito de aposentadoria e disponibilidade.

∙

Ver também: Art. 8º da Lei Complementar nº 033, de 05 de fevereiro de 2009: “A

partir da vigência desta Lei e até novembro de 2010 ﬁcam suspensas as promoções

na carreira de Defensor Público, previstas nos artigos 110 a 112 da Lei Complementar

nº 26, de 28 de junho de 2006.” ∙

§

1º - As reclamações contra a lista poderão ser apresentadas no prazo de 5

(cinco) dias úteis, contado da respectiva publicação, cabendo ao Conselho

Superior a decisão.

§

2º - O Defensor Público, promovido ou removido, terá prazo de 5 (cinco)

dias, contado a partir da data da publicação do ato, para assumir as suas

novas funções.

§

3º - Caso a remoção ou promoção ocorra para Comarca diversa, o prazo

para assumir as novas funções será de 15 (quinze) dias, contado a partir

da data de publicação do ato, podendo ser prorrogado, em face de motivo

justiﬁcado, pelo Defensor Público-Geral.

9

2

Lei 26/2006 atuaLizada



SEÇÃO II

Da reMoÇÃo

art. 113 - A remoção é o deslocamento do Defensor Público dentre as uni-

dades defensoriais, podendo ser voluntária, compulsória ou por permuta.

§

1º - Apenas os defensores públicos da Instância Superior podem ser re-

movidos para unidades defensoriais com atribuição para atuar junto ao

Tribunal de Justiça.

§

2º - É facultada a renúncia da remoção a pedido, no prazo correspon-

dente à assunção na nova unidade defensorial na qual atuará, ﬁcando o

defensor público impedido, neste caso, de concorrer a nova remoção ou

promoção pelo período de 02 (dois) anos.

§

3º - Na hipótese de processo de remoção através do modelo de oferta su-

cessiva das vagas, a renúncia de qualquer candidato acarretará a anulação

dos resultados.

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação original: “Art. 113 - A remoção é o deslocamento do Defensor Público, sempre

para igual classe da carreira, podendo ser voluntária, compulsória ou por permuta.” ∙

art. 114 - A remoção a pedido far-se-á mediante requerimento ao Defensor

Público-Geral, nos 15 (quinze) dias seguintes à publicação, no Diário Oﬁcial,

do aviso de existência de vaga.

§

1º - Findo o prazo ﬁxado no caput deste artigo e, havendo mais de um

candidato à remoção, será removido o mais antigo na classe e, ocorrendo

empate, sucessivamente, o mais antigo na carreira, no serviço público do

Estado, no serviço público em geral, o mais idoso e o mais bem classiﬁca-

do no concurso para ingresso na Defensoria Pública.

§

2º - Havendo concorrência entre candidatos de classes distintas, terá

preferência sempre o de classe mais elevada.

3º - O Defensor Público-Geral poderá condicionar o início do período de

trânsito à possibilidade de suprimento da vaga por outro defensor público.

4º - Nos concursos de remoção, o Conselho Superior da Defensoria Pú-

§

§

blica poderá regulamentar a oferta imediata e concomitante das vagas

abertas durante o certame.

DA CARREIRA 93



§

5º - O regulamento previsto no § 4º deste artigo possibilitará a habilitação

por ordem de preferência.

§

6º - Na elaboração do regulamento previsto no § 4º deste artigo, o Defen-

sor Público-Geral poderá indicar unidades defensoriais que serão extintas

na hipótese de remoção do titular, as novas unidades que serão criadas

nos seus lugares ou as unidades que deixarão de ser providas por substi-

tuição cumulativa.

§

7º - Nos concursos de remoção a pedido, o prazo de desistência pode

correr concomitantemente ao período de inscrições.

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação original: “Art. 114 - A remoção voluntária dar-se-á, mediante concurso,

pelos critérios alternados de antiguidade e merecimento, aplicando-se-lhe, no que

couber, as disposições constantes da Seção III deste Capítulo.” ∙

art. 115 - A remoção compulsória somente poderá ser efetuada com fun-

damento no interesse público e será processada, mediante representação

do Defensor Público-Geral ou do Corregedor-Geral ao Conselho Superior,

assegurada ampla defesa, na forma desta Lei e dos termos a serem deﬁni-

dos no Regimento Interno.

§

1º - A remoção compulsória é sanção aplicada em razão do interesse público,

e tem como conseqüência a quebra da inamovibilidade do Defensor Público.

2º - Decretada a remoção compulsória, o Defensor Público ﬁcará em dis-

§

ponibilidade, quando não for possível a sua imediata lotação, sem prejuízo

das vedações, vencimentos e vantagens do cargo, estes últimos propor-

cionais, não permitida a percepção de gratiﬁcações de natureza pro labore

faciendo, até oportuna designação do Defensor Público-Geral.

§

3º - A vaga no órgão de atuação, decorrente de remoção compulsória,

será ocupada mediante promoção, salvo quando pertencente à classe ini-

cial da carreira.

§

4º - A remoção compulsória impede a promoção e a remoção por per-

muta, pelo prazo de 02 (dois) anos, e não confere direito à ajuda de custo.

art. 116 - A remoção por permuta dependerá de pedido escrito e conjunto dos

pretendentes, observado, no que couber, o disposto nas Seções anteriores.

9

4

Lei 26/2006 atuaLizada



§

1º - A remoção por permuta poderá ser indeferida pelo Conselho Supe-

rior, por motivo de interesse público.

§

2º - A remoção por permuta impede, pelo período de 01 (um) ano, a pro-

moção por antiguidade ou merecimento e, também, não conferirá direito

a ajuda de custo.

§

3º - A renovação de remoção por permuta só será admitida após o decur-

so de 02 (dois) anos.

§

4º - É vedada a remoção por permuta entre Defensores Públicos:

I - no período de 02 (dois) anos antes da aposentadoria por tempo de

serviço de quaisquer dos permutantes;

II - quando qualquer dos permutantes estiver inscrito em concur-

so público para outra carreira, mediante comprovação do fato por

qualquer Defensor Público;

III - quando um dos permutantes não estiver no efetivo exercício da

titularidade;

IV - quando um dos permutantes estiver habilitado para promoção

por antiguidade, em razão de existência de vaga na classe superior.

SEÇÃO III

Do ProceDiMenTo

art. 117 - Na existência de cargos vagos, a serem ocupados por promoção,

ou unidades defensoriais vagas a serem ocupadas por remoção, o Conse-

lho Superior, por meio de seu Presidente, fará publicar, no Diário Oﬁcial, o

edital de inscrição dos candidatos.

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação original: “Art. 117 - Na existência de vaga a ser ocupada por promoção ou

remoção, o Conselho Superior, por meio de seu Presidente, fará publicar, no Diário

Oﬁcial do Estado, o edital de inscrição dos candidatos.” ∙

§

1º -O Regimento Interno da Defensoria Pública, a ser aprovado pelo Con-

selho Superior, disciplinará os requisitos do edital de promoção ou remo-

ção e os critérios de votação, observado o disposto nesta Lei.

DA CARREIRA 95



§

2º - É condição indispensável à formalização e execução de promoção a

realização de estudo de impacto orçamentário, bem como a comprovação

da disponibilidade orçamentária e ﬁnanceira para o custeio das despesas

de pessoal geradas.

§

3º - Nos casos em que a análise do estudo de impacto orçamentário con-

siderar que a realização de promoções será prejudicial às contas da Defen-

soria Pública, ou havendo constatação de indisponibilidade orçamentária

e ﬁnanceira para o custeio das despesas geradas, ﬁcará impedida a Insti-

tuição de executar as promoções, facultado o ajuste da proposta inicial,

de modo a adequar-se às condições previstas neste parágrafo.

§

4º - O processo de promoções para a Classe de Instância Superior só

poderá ser aberto quando, após o surgimento da vaga, houver a reposição

da vaga aberta pela entrada de mais um Defensor Público nos quadros da

Defensoria Pública do Estado da Bahia.

∙

§ 4º acrescido pela Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018. ∙

§

5º - São vedadas a promoção durante o estágio probatório e a promoção

por salto.

∙

§ 5º acrescido pela Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018. ∙

§

6º - Não sendo possível disponibilizar todas as vagas para remoção ou

promoção, ou existindo mais unidades defensoriais que defensores, cabe-

rá ao Defensor Público-Geral deﬁnir quais vagas serão oferecidas e quais

unidades serão providas por substituição cumulativa.” (NR)

∙

§ 6º acrescido pela Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018. ∙

art. 118 - O Conselho Superior, tendo em vista as necessidades e o interes-

se do serviço, deliberará:

I - em se tratando de vaga única, se a ocupação da vaga dar-se-á por

remoção ou promoção, observada, neste caso, a alternância dos

critérios de merecimento e antiguidade;

II - em se tratando de vagas simultâneas, sobre quais serão ocupa-

das por remoção e por promoção, ﬁxando, a seguir, neste caso, os

critérios de antiguidade e merecimento.

9

6

Lei 26/2006 atuaLizada



§

1º - revogado.

∙

§ 1º revogado pela Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação revogada: “§ 1º - A deliberação de que trata este artigo deverá ser tomada

no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da desocupação da vaga, observando-

se o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 117 desta Lei.”∙

§

2º - revogado.

∙

§ 2º revogado pela Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação revogada: “§ 2º -Ocorrendo situações especiais, em conseqüência do

número de vagas existentes no quadro da Defensoria Pública do Estado, o prazo

para deliberação, previsto no parágrafo anterior, poderá ser prorrogado, por igual

período, pelo Conselho Superior, mediante decisão fundamentada.” ∙

art. 119 - Cumprido o disposto no artigo anterior, o Presidente do Conselho

Superior, nos 03 (três) dias subseqüentes, expedirá edital, com prazo de 10

(dez) dias, para inscrição dos candidatos.

Parágrafo único - O edital mencionará se a promoção será feita pelo crité-

rio de merecimento ou de antiguidade.

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação original: “Parágrafo único - O edital mencionará se a promoção ou remoção

será feita pelo critério de merecimento ou antiguidade e indicará a Defensoria

Pública correspondente à vaga a ser preenchida.” ∙

art. 120 - Sob pena de indeferimento, o pedido de inscrição para o concur-

so de promoção ou remoção será instruído com:

I - declaração de regularidade do serviço;

II - declaração de comparecimento regular à respectiva Defen-

soria Pública;

III - revogado.

∙

Inciso III revogado pela Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação revogada: “III- Prova de residência na Comarca, se titular.”∙

§

1º - As declarações referidas nos incisos I e II deste artigo não excluem a

possibilidadedeaveriguação,pelaCorregedoriaGeral,dasinformaçõespres-

tadas, inclusive por recomendação do Conselho Superior, sobrestando-se,

neste caso, o procedimento, até ulterior deliberação do referido Colegiado.

§

2º - Constatada a irregularidade de serviço, será recusada a promoção

DA CARREIRA 97



ou remoção do Defensor Público ou revogado o ato concessor, sem prejuí-

zo das penalidades cabíveis.

§

3º - revogado.

∙

§ 3º revogado pela Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação revogada: “§ 3º - A desistência da inscrição somente será admitida até 03

(três) dias antes da elaboração da lista.” ∙

§

4º - revogado.

∙

§ 4º revogado pela Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redaçãorevogada:“§4º-Éfacultadaarenúnciaàpromoção,noprazocorrespondente

à assunção no novo órgão onde atuará, ﬁcando o Defensor Público impedido, neste

caso, de concorrer a nova promoção, pelo período de 01 (um) ano.”∙

§

5º - revogado.

∙

§ 5º revogado pela Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação revogada: “§ 5º - A renúncia à promoção implica na manutenção do critério

de preenchimento da vaga recusada.”∙

art. 121 - Encerrado o prazo de inscrições para concursos de promoção, a

lista dos inscritos será aﬁxada em local visível e publicada no Diário Oﬁcial

do Estado, concedendo-se prazo de 03 (três) dias para impugnações, re-

clamações e desistências.

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação original: “Art. 121 - Encerrado o prazo de inscrições, a lista dos inscritos será

aﬁxada em local visível e publicada no Diário Oﬁcial do Estado, concedendo-se prazo

de 05 (cinco) dias para impugnações, reclamações e desistências.” ∙

art. 122 - Findo o prazo para impugnações, reclamações e desistências,

com o pronunciamento da Corregedoria Geral, o Conselho Superior terá 03

(três) dias para exame e, em sua primeira reunião, indicará 03 (três) nomes,

quando se tratar de promoção por merecimento.

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018. Redação

original: “Art. 122 - Findo o prazo para impugnações, reclamações e desistências,

com o pronunciamento da Corregedoria Geral, o Conselho Superior terá 05 (cinco)

dias para exame e, em sua primeira reunião, indicará 03 (três) nomes, quando se

tratar de promoção ou remoção por merecimento.” ∙

§

1º - A lista de merecimento será formada com os nomes dos 03 (três) can-

didatos mais votados, desde que obtida a maioria dos votos, procedendo-

9

8

Lei 26/2006 atuaLizada



se, para alcançá-la, a tantas votações quantas necessárias, examinados

em primeiro lugar os nomes dos remanescentes de lista anterior, cabendo

ao Defensor Público-Geral a escolha.

§

2º - Somente poderão ser indicados os candidatos que:

I - não tenham sofrido pena disciplinar ou remoção compulsória, no

período de 01 (um) ano anterior à elaboração da lista;

II - não tenham sido removidos por permuta, no período de 01 (um) ano

anterior à elaboração da lista;

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação original: “II - não tenham sido removidos, voluntariamente ou por permuta,

no período de 02 (dois) anos anteriores à elaboração da lista;” ∙

III - tenham completado 02 (dois) anos de exercício na classe anterior,

salvo se não houver com tais requisitos outro candidato, ou quando o

número limitado de inscritos inviabilizar a formação de lista tríplice e

o interesse do serviço exigir o imediato provimento do cargo.

art. 123 - Na formação da lista tríplice será observado o número de votos

de cada candidato, pela ordem dos escrutínios, prevalecendo, em caso de

empate, a antiguidade na entrância.

§

1º - Será obrigatória a indicação do Defensor Público que tenha ﬁgurado,

por 03 (três) vezes consecutivas ou 05 (cinco) alternadas, em lista de mereci-

mento, não se aplicando, neste caso, o disposto no caput deste artigo.

§

2º - A consecutividade será considerada interrompida se o candidato der

causa, direta ou indiretamente, a sua não-indicação.

3º - Consideram-se distintas as indicações procedidas na mesma reu-

§

nião do Conselho Superior.

art. 124 - O concurso de remoção na Instância Superior precede,

obrigatoriamente, ao de promoção para a Instância Superior.

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação original: “Art. 124 - O concurso de remoção precede, obrigatoriamente, ao

de promoção.” ∙

§

1º - A vaga desocupada em decorrência de remoção será preenchida,

obrigatoriamente, por promoção.

DA CARREIRA 99



§

2º - A remoção voluntária far-se-á mediante requerimento ao Defensor

Público-Geral, nos 15 (quinze) dias seguintes à publicação no Diário Oﬁcial

do Estado, do edital de existência de vaga.

§

3º - Findo o prazo ﬁxado no parágrafo anterior, e havendo mais de 01 (um)

candidato à remoção, aplicar-se-ão as disposições constantes nos §§ 2º e

º do art. 111 desta Lei.

3

art. 125 - O Conselho Superior somente poderá recusar a promoção ou

remoção por antiguidade pelo voto aberto de, no mínimo, 2/3 (dois terços)

de seus integrantes, fundamentado no interesse do serviço.

art. 126 - No caso de promoção, remoção ou designação de Defensor

Público, este comunicará imediatamente ao Defensor Público-Geral e ao

Corregedor-Geral a interrupção de suas funções anteriores e a data de

início nas suas novas funções.

art. 127 - O Defensor Público que for promovido ou removido, estando

em gozo de férias ou de licença, terá prazo de 3 (três) dias para assumir,

contado da data em que terminar o seu afastamento.

art. 128 - O Defensor Público promovido ou removido, que tenha que

mudar de cidade, assumirá suas novas funções, no prazo de 15 (quinze)

dias, contado da data de publicação do ato.

§

1º- Ao ocupar a vaga para o qual foi promovido ou removido, o Defensor

Público deverá encaminhar, ao Defensor Público-Geral e ao Corregedor-

Geral,declaraçãoacercadaregularidadedeserviçoafetoaocargoassumido.

§

2º - O Defensor Público-Geral poderá designar o Defensor Público,

promovido ou removido, para, voluntariamente, no período de trânsito,

que ﬁcará suspenso, exercer suas atribuições na Defensoria Pública

anteriormente ocupada, visando a assegurar a continuidade do serviço.

§

3º - Finda a designação prevista no parágrafo anterior, será restituído ao

Defensor Público o período de trânsito remanescente.

1

00 Lei 26/2006 atuaLizada



CAPÍTULO VI

Da DisPonibiliDaDe e Do aProveiTaMenTo

SEÇÃO I

Da DisPonibiliDaDe

art. 129 - O Defensor Público, exceto aquele emestágio probatório, poderá,

por interesse público, ser posto em disponibilidade, por deliberação de, no

mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Superior, assegurada

ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

I - quando o órgão em que atua for extinto e não possa ser removido

para outro igual ou equivalente, assegurada, neste caso, a remune-

ração integral;

II - quando escassa ou insuﬁciente a sua capacidade de trabalho,

atestada por junta médica oﬁcial, podendo o Conselho Superior da

Defensoria Pública, sempre que entender necessário, requerer dili-

gências e ouvir outros proﬁssionais da área que integrem o serviço

médico oﬁcial;

§

1º - Na disponibilidade prevista no inciso II deste artigo, será garantido

ao Defensor Público o pagamento de remuneração proporcional ao tempo

de serviço, subtraídas as parcelas relativas às gratiﬁcações de natureza

pro labore faciendo, se houver, assegurada, entretanto, no mínimo, a terça

parte da remuneração que lhe seria devida.

§

2º - O Conselho Superior da Defensoria Pública, de ofício ou a

requerimento do interessado, a qualquer tempo, a partir do termo inicial

da disponibilidade, examinará a ocorrência ou não, da cessação do motivo

de interesse público que a determinou.

art. 130 - O Defensor Público em disponibilidade remunerada continuará

sujeito às vedações constitucionais e será classiﬁcado em quadro

especial, devendo ser aproveitado, imediatamente após o surgimento de

vaga em órgão equivalente ao que ocupava, cessado o motivo de interesse

público que determinou a referida disponibilidade.

DA CARREIRA 101



SEÇÃO II

Do aProveiTaMenTo

art. 131 - O aproveitamento é o retorno ao exercício funcional do Defensor

Público posto em disponibilidade, quando o órgão de sua atuação for

extinto ou declarada a sua desnecessidade.

Parágrafo único - O Defensor Público, cessado o motivo de interesse

público que determinou a sua disponibilidade, será aproveitado no

mesmo órgão ou assemelhado daquele que ocupava quando posto em

disponibilidade, salvo se aceitar outro de igual classe ou se for promovido.

art. 132 - O aproveitamento terá precedência sobre as promoções,

remoções, reintegrações e reversões.

art. 133 - Havendo mais de um concorrente ao mesmo órgão, terá

preferência o de mais tempo de disponibilidade e, em caso de empate, o

mais antigo na carreira de Defensor Público.

art. 134 - Será tornado sem efeito o aproveitamento, e cassada a

disponibilidade, se o Defensor Público, cientiﬁcado expressamente do ato

de aproveitamento, não reassumir o cargo, no prazo de 30 (trinta) dias, salvo

doença comprovada por junta médica oﬁcial, assegurada ampla defesa.

CAPÍTULO VII

Do ProviMenTo DerivaDo

art. 135 - São formas de provimento derivado dos cargos da Defen-

soria Pública:

I - reintegração;

II - reversão.

SEÇÃO I

Da reinTeGraÇÃo

art. 136 - A reintegração é o retorno do Defensor Público ao cargo em

decorrência de sentença transitada em julgado, ou de decisão deﬁnitiva em

processo administrativo, com ressarcimento da remuneração não percebida

em razão do afastamento, inclusive quanto ao cômputo do tempo de serviço.

1

02 Lei 26/2006 atuaLizada



§

1º - A reintegração será feita no órgão anteriormente ocupado e na

mesma classe da carreira.

§

2º - Caso o órgão onde atuava o Defensor Público reintegrado não possua

disponibilidade de vaga, o Defensor Público ocupante poderá ser:

I - reconduzido ao seu órgão de origem;

II - aproveitado em outro órgão equivalente;

III - posto em disponibilidade remunerada, até o seu aproveita-

mento, sem prejuízo de sua remuneração.

§

3º-Seoórgãodesuaatuaçãotiversidoextintooudeclaradodesnecessário,

o Defensor Público reintegrado será posto em disponibilidade remunerada,

até ser aproveitado em outro órgão.

§

4º - O Defensor Público reintegrado será submetido à junta médica oﬁcial

e, se considerado incapaz, será aposentado por invalidez, observadas as

regras previstas na legislação pertinente.

SEÇÃO II

Da reversÃo

art. 137 - Reversão é o retorno à atividade do Defensor Público

aposentado por invalidez, quando for veriﬁcada, por junta médica oﬁcial,

a insubsistência dos motivos da aposentadoria, salvo se tenha atingido a

idade da aposentadoria compulsória.

§

1º - A reversão dar-se-á de ofício pelo Defensor Público-Geral, após

deliberação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho

Superior da Defensoria Pública, na classe em que se aposentou o Defensor

Público, em vaga a ser ocupada pelo critério de merecimento.

§

2º - Encontrando-se ocupado o cargo, o Defensor Público que houver rever-

tido exercerá suas atribuições como excedente, até o surgimento de vaga.

§

3º - Será cassada a aposentadoria se o aposentado não comparecer à

junta médica oﬁcial para inspeção, ou não entrar em exercício, dentro do

prazo de 30 (trinta) dias, assegurada ampla defesa.

DA CARREIRA 103



CAPÍTULO VIII

Da oPÇÃo

art. 138 - revogado.

§

§

§

1º - revogado.

2º - revogado.

3º - revogado.

∙

Art. 138 e seus parágrafos revogados pela Lei Complementar nº 46 de 29 de

outubro de 2018.

Redação revogada: “Art. 138 - A elevação de entrância da Comarca não acarreta a

promoção do respectivo Defensor Público, ﬁcando-lhe, apenas, assegurado o direito

de perceber a diferença de vencimento. § 1º - Quando promovido, o Defensor Público da

Comarca cuja entrância tiver sido elevada, poderá requerer, no prazo de 10 (dez) dias,

que sua promoção se efetive na Comarca onde se encontre, ouvido o Conselho Superior

da Defensoria Pública. § 2º - Ao Defensor Público, referido no parágrafo anterior, será

assegurado o direito de preferência à permanência na Comarca. § 3º - O disposto neste

artigo não se aplica em caso de reclassiﬁcação de todas as Comarcas da mesma

entrância, caso em que o Defensor Público-Geral expedirá os atos necessários para

as adequações legais.” ∙

art. 139 - revogado.

∙

Art. 139 revogado pela Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação revogada: “Art.139- Deferida a opção, nos termos do §1º do artigo anterior,

o Defensor Público-Geral expedirá ato de promoção, contando-se da publicação a

antiguidade na classe.” ∙

CAPÍTULO IX

Das sUbsTiTUiÇÕes

art. 140 - Os Defensores Públicos são substituídos:

I - uns pelos outros, automaticamente, conforme escala homologa-

da pelo Defensor Público-Geral;

II - por Defensor Público, mediante convocação regular;

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação original: “II - por Defensor Público de classe igual ou imediatamente inferior,

mediante convocação regular;” ∙

III - por Defensor Público designado pelo Defensor Público-Geral,

para exercício cumulativo de atribuições, prioritariamente através

1

04 Lei 26/2006 atuaLizada



de rodízio e de acordo com a proximidade temática, de modo a ga-

rantir a continuidade ou a adequação dos serviços, quando a substi-

tuição não puder ser feita de outra forma.

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação original: “III - por Defensor Público designado pelo Defensor Público-Geral,

para exercício cumulativo de atribuições, quando a substituição não puder ser feita

de outra forma.” ∙

Parágrafo único - Somam-se para aferição de tempo, as substituições

contínuas e ininterruptas, ainda que decorrentes de motivos distintos.”

∙

Parágrafo único acrescido pela Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018. ∙

art. 141 - Dar-se-á a substituição automática:

I - no caso de suspeição ou impedimento, declarado pelo Defensor

Público ou contra ele reconhecido;

II - no caso de falta ao serviço;

III - quando o Defensor Público, em razão de férias individuais, licen-

ça ou qualquer afastamento, deixar o exercício das funções, por até

0

3 (três) meses consecutivos.

§

1º - O Defensor Público substituído encaminhará ao substituto, até 05

(cinco) dias antes do seu afastamento previsto, comunicação escrita sobre

as audiências e prazos dos quais se encontra intimado para o período.

§

2º - O Defensor Público substituído é responsável pelo atendimento das

intimações de atos processuais, até o último dia de serviço antes de seu

afastamento regular, podendo deixá-lo ao cumprimento do seu substituto

somente quando do referido prazo restar pelo menos a metade do tempo

para sua expiração.

§

3º - Cabe ao Defensor Público substituto, sem prejuízo de suas funções

regulares, responder pelas audiências e prazos em curso, independente

do número de substituições realizadas, cabendo-lhe a percepção de

gratiﬁcação equivalente a 1/3 (um terço) de seu vencimento básico, desde

que tenha exercido período mínimo de 10 (dez) dias em qualquer delas.

∙

Redação de acordo com o art. 4º da Lei Complementar nº 033, de 05 de fevereiro de

009. Redação original: “§ 3º - O Defensor Público substituto, sem prejuízo de suas

2

funções regulares, responderá pelas audiências e prazos em curso no período da

DA CARREIRA 105



substituição e perceberá gratiﬁcação com valor equivalente a 1/3 (um terço) do seu

vencimento, independente do número de substituições realizadas.” ∙

art. 142 - O Defensor Público poderá exercer substituição, em face de

convocação regular feita pelo Defensor Público-Geral ou em caso de

afastamento de Defensor Público de suas funções, por período superior a

0

3 (três) meses consecutivos.

Parágrafoúnico-ODefensorPúblicopoderáserdispensadodaconvocação

regular, a pedido, devidamente fundamentado, ou quando o substituído

reassumir o exercício do cargo, ou, ainda, por conveniência do serviço.

art. 143 - A substituição cumulativa dar-se-á quando o Defensor Público

responder por mais de uma Unidade Defensorial, pelo que perceberá

gratiﬁcação com valor equivalente a 1/3 (um terço) do seu subsídio, por

mês, independentemente do número de substituições realizadas.

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação original: “Art. 143 substituição cumulativa dar-se-á quando

-

A

o

Defensor Público responder por mais de uma unidade da Defensoria Pública,

além do desempenho de sua titularidade, pelo que perceberá gratiﬁcação com

valor equivalente a 1/3 (um terço) do seu vencimento, independente do número de

substituições realizadas. Parágrafo único - O Defensor Público-Geral procederá às

designações e editará ato sobre o procedimento das substituições cumulativas.” ∙

§

1º - O Conselho Superior editará ato sobre o procedimento das

substituições cumulativas, estabelecendo sempre que possível o regime

de rodízio e priorizando as cumulações que guardem proximidade temática

e a vinculação ao território de identidade, após o que o Defensor Público-

Geral procederá às designações.

∙

§ 1º acrescido pela Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018. ∙

§

2º - O exercício da substituição cumulativa, quando veriﬁcado pelo

Conselho Superior o inequívoco interesse público, a sua viabilidade, a

impossibilidade e o suprimento da demanda de outra forma e a inexistência

de interessados voluntários, é dever do defensor público.

∙

§ 2º acrescido pela Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018. ∙

§

3º - Não será devida a gratiﬁcação nas seguintes hipóteses:

1

06 Lei 26/2006 atuaLizada



I -substituição em feitos determinados;

II - atuação conjunta de membros da Defensoria Pública;

III - atuação em regime de plantão;

IV - atuação durante período de recesso ou de férias coletivas.

§ 3º acrescido pela Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

∙

CAPÍTULO X

Da vacÂncia

art. 144 - Dar-se-á a vacância dos cargos da carreira de Defensor Público,

na data do fato ou da publicação do ato, conforme o caso, por:

I - exoneração a pedido ou ex ofício;

II - demissão;

III - aposentadoria, nos termos da lei e das Constituições Federal e

Estadual;

IV - falecimento.

art. 145 - A data da abertura da vaga, para efeito de determinação do

critério de provimento, será:

I - a do falecimento do Defensor Público;

II - a dos efeitos do ato de aposentadoria ou de exoneração do De-

fensor Público;

III - a da publicação do ato que decretar a demissão do cargo.

art. 146 - A exoneração ex ofício ocorrerá:

I - no caso de não-aprovação no estágio probatório;

II - quando, tendo o Defensor Público tomado posse, não assumir as

funções do cargo;

III - quando o Defensor Público tomar posse em outro cargo efetivo,

salvo se permitida a acumulação.

Parágrafo único - A exoneração a pedido será concedida ao Defensor

Público que não esteja sujeito a processo administrativo ou judicial.

DA CARREIRA 107



CAPÍTULO XI

Das GaranTias e PrerroGaTivas

SEÇÃO I

Das GaranTias

art. 147 - Os Defensores Públicos sujeitam-se a regime jurídico especial,

previsto nesta Lei, e têm as seguintes garantias:

I - independência funcional no exercício de suas atribuições;

II - estabilidade, após 03 (três) anos de exercício na função;

III - inamovibilidade, salvo a aplicação da remoção compulsória;

IV - irredutibilidade de vencimentos.

SEÇÃO II

Das PrerroGaTivas

art. 148 - Constituem prerrogativas dos Defensores Públicos:

I - representar os sujeitos de direito, destinatários das funções ins-

titucionais da Defensoria Pública ou a coletividade, em processo

administrativo ou judicial, independente de mandato, ressalvado os

casos para os quais a lei exꢀa poderes especiais;

II - receber intimação pessoal em qualquer processo administrativo

ou judicial e em qualquer instância administrativa ou grau de jurisdi-

ção, contando-se-lhe em dobro todos os prazos;

III - agir, em juízo ou fora dele, com dispensa de emolumentos e custas;

IV - ter vista pessoal dos autos dos processos fora dos cartórios e

secretarias, ressalvadas as vedações legais;

V - solicitar, se necessário, o auxílio e a colaboração das autoridades

públicas para o desempenho de suas funções;

VI - requisitar, no exercício de suas funções, exames, perícias, vis-

torias, certidões, informações, diligências, autos, documentos e

esclarecimentos de autoridades federais, estaduais ou municipais,

bem como dos órgãos e entidades da administração direta e indi-

1

08 Lei 26/2006 atuaLizada



reta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados e Municípios e

dos permissionários, concessionários, prestadores ou delegatários

de serviços públicos, sem qualquer despesa, encargo ou custo, po-

dendo, ainda, acompanhar as diligências que requerer;

VII - receber o mesmo tratamento protocolar dispensado aos mem-

bros do Poder Judiciário e demais titulares dos cargos das funções

essenciais à Justiça;

VIII - usar as vestes talares e as insígnias privativas da Defensoria Pública;

IX - gozar de inviolabilidade pelas opiniões que externar ou pelo teor

de suas manifestações processuais ou procedimentais, nos limites

de sua independência funcional, no âmbito de suas competências;

X - dispor, em tribunais, fóruns e demais locais de funcionamento

de órgãos judiciários, em estabelecimentos penais, nos destinados

à internação de adolescentes e em delegacias de polícia, de insta-

lações condignas e compatíveis com o exercício de suas funções,

especialmente no que respeita ao atendimento público, devendo as

respectivas direções fornecer o apoio logístico necessário para a

execução das suas atividades;

XI - ingressar e transitar livremente, no exercício de suas funções:

a) nas salas de sessões de Tribunais;

b) nas salas e dependências de audiências, secretarias, cartó-

rios, tabelionatos, ofícios da justiça e edifícios dos fóruns;

c) em qualquer edifício ou recinto em que funcione repartição judicial,

policial ou estabelecimento de internação coletiva onde deva praticar

ato, colher prova ou informação útil ao desempenho de suas funções,

assegurado o acesso à documentação dos presos e internos;

XII - examinar, em qualquer juízo ou tribunal, autos de processos ﬁn-

dos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo

copiar peças e tomar apontamentos;

XIII - examinar, em qualquer repartição policial, autos de ﬂagrante

ou inquérito, ﬁndos ou em andamento, ainda que conclusos à auto-

ridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos;

DA CARREIRA 109



XIV - comunicar-se, pessoal e reservadamente, com seus assis-

tidos, ainda quando estes se achem presos, detidos, internados

ou incomunicáveis;

XV - ser custodiado ou recolhido à prisão domiciliar ou a sala espe-

cial do Estado Maior, com direito a privacidade, antes da sentença

condenatória transitada em julgado, e ser recolhido em dependên-

cia em separado no estabelecimento em que tiver de cumprir pena;

XVI - não ser preso, senão por ordem judicial escrita, salvo em

ﬂagrante de crime inaﬁançável, caso em que a autoridade fará,

no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a comunicação ao

Defensor Público-Geral, que designará um Defensor Público para

acompanhar a apuração;

XVII - ter assegurado o direito de acesso e de requerer retiﬁcação e

complementação dos dados e informações, relativos à sua pessoa,

existentes nos órgãos da Instituição;

XVIII - ser processado e julgado originariamente pelo Tribunal de

Justiça do Estado da Bahia nos crimes comuns, ressalvadas as ex-

ceções de ordem constitucional;

XIX - ter vista dos autos após a distribuição, perante quaisquer ór-

gãos colegiados, bem como intervir nas sessões de julgamento para

sustentação oral ou esclarecimento de matéria de fato;

XX - ser ouvido, como testemunha ou ofendido, em qualquer pro-

cedimento, processo ou inquérito, em dia, hora e local previamente

ajustados com a autoridade competente;

XXI - deixar de patrocinar ação, quando ela for considerada inca-

bível ou inconveniente aos interesses da parte sob seu patrocínio,

comunicando o fato ao Defensor Público-Geral, com as suas razões,

podendo este, caso delas discorde, designar outro Defensor Público

para patrociná-la;

XXII - manifestar-se em autos administrativos e judiciais por meio

de cota;

XXIII - não ser indiciado em inquérito policial sem observância do §1º

deste artigo;

1

10 Lei 26/2006 atuaLizada



XXIV - possuir carteira de identidade funcional, com validade em todo

território nacional, emitida pelo Defensor Público-Geral, em modelo

aprovado pelo Conselho Superior, que consignará o livre acesso do

Defensor Público, no exercício de suas atribuições, a locais públicos;

XXV - atuar na defesa de interesses ou direitos individuais, difusos,

coletivos ou individuais homogêneos, em processo administrativo,

independentemente de mandato, ressalvados os casos em que a lei

exꢀa poderes especiais.

§

1º - Quando no curso da investigação houver indício da prática de

infração penal por parte de Defensor Público, a autoridade policial, civil,

ou militar, comunicará imediatamente o fato ao Defensor Público-Geral,

que designará membro da Defensoria para acompanhar a apuração.

§

2º - Ao Defensor Público aposentado são assegurados, em razão do cargo

que exerceu, nas condições estabelecidas nesta Lei, a carteira funcional,

com o registro da condição funcional de aposentado, e o exercício das

prerrogativas previstas nos incisos XV, XVI, XVII e XVIII deste artigo.

art. 149 - As garantias e prerrogativas dos Defensores Públicos são

inerentes e irrenunciáveis ao exercício de suas funções e não excluem

outras estabelecidas em lei.

CAPÍTULO XII

Dos venciMenTos e vanTaGens

SEÇÃO I

Dos venciMenTos e vanTaGens PecUniárias

art. 150 - Os vencimentos percebidos pelos ocupantes de cargos e

funções da Defensoria Pública do Estado da Bahia estão sujeitos ao teto

constitucional previsto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal.

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação original: “Art. 150 - O Defensor Público será remunerado mediante o

pagamento de vencimento, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou

temporárias, conferidas em diplomas legais diversos, sem prejuízo das vantagens

pecuniárias adiante enumeradas:” ∙

DA CARREIRA 111



I - revogado.

∙

Inciso I revogado Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação revogada: “I- Gratiﬁcação pelo exercício de cargos em comissão ou cheﬁa,

junto aos órgãos da administração superior, órgãos de execução e órgãos auxiliares

da Defensoria Pública, na forma desta Lei.”∙

II - revogado.

∙

∙

Inciso II revogado Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018. ∙

Redação de acordo com o art. 5º da Lei Complementar nº 033, de 05 de fevereiro

de 2009.

Redaçãorevogada:“II-Verbaderepresentação,concedidaaoDefensorPúblico-Geral,

ao Subdefensor Público-Geral, ao Corregedor-Geral, aos Coordenadores Executivos

de Defensoria e ao Coordenador da Escola Superior da Defensoria Pública, segundo

a aplicação dos índices de, respectivamente, 40% (quarenta por cento), 30% (trinta

por cento), 30% (trinta por cento), 20% (vinte por cento) e 20% (vinte por cento) sobre

o vencimento, e ao Corregedor Adjunto e aos Subcoordenadores das Defensorias

Públicas Especializadas e Regionais segundo a aplicação do índice de 15% (quinze

por cento) sobre o vencimento, observado o seguinte: a) Garantia da percepção

da correspondente diferença de percentual, em caso de substituição de função,

cujo índice seja maior do que o percebido pelo substituto; b) Incompatibilidade,

restrita ao Defensor Público-Geral, Subdefensor Público-Geral, Corregedor-Geral e

Coordenadores Executivos de Defensoria, da percepção da verba de representação

com gratiﬁcação devida pelo exercício cumulativo ou substituição automática de

cargos ou funções de execução, prevista no inciso III deste artigo;”

Redação original: “II - verba de representação, concedida ao Defensor Público-Geral,

ao Subdefensor Público-Geral, ao Corregedor-Geral e aos Coordenadores Executivos

de Defensoria, segundo a aplicação dos índices de, respectivamente, 100% (cem por

cento), 80% (oitenta por cento), 70% (setenta por cento) e 60% (sessenta por cento)

sobre o vencimento, e ao Corregedor Adjunto, aos Subcoordenadores das Defenso-

rias Públicas Especializadas e Regionais e ao Coordenador da Escola Superior da

Defensoria Pública, segundo a aplicação do índice de 20% (vinte por cento) sobre o

vencimento, observado o seguinte:” ∙

III - revogado.

∙

Inciso III revogado Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redaçãorevogada:“III-Gratiﬁcação,emcasodeexercíciocumulativoousubstituição

automática de cargo ou funções de execução, na mesma, ou em outra Defensoria

Pública, no valor de 1/3 (um terço) do vencimento, independente do número de

substituições, nos termos a serem disciplinados no Regimento Interno; ” ∙

IV - gratiﬁcação natalina;

V - gratiﬁcação adicional por tempo de serviço, calculada sobre o

valor do respectivo vencimento, observado o disposto no inciso XIV

do art. 37 da Constituição Federal;

1

12 Lei 26/2006 atuaLizada



VI - ajuda de custo, destinada à cobertura de despesas de transpor-

te e mudança, considerada vantagem de natureza indenizatória;

VII - diárias, consideradas vantagem de natureza indenizatória.

§

§

1º - revogado.

∙

§ 1º revogado Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação revogada: “§ 1º - Caso a solicitação destine-se à cobertura de despesas

realizadas para o exercício de substituição, o pagamento da gratiﬁcação prevista no

inciso III deste artigo será incompatível com a percepção das vantagens previstas

nos incisos VI e VII deste artigo.”∙

2º - Os Defensores Públicos inativos e os pensionistas perceberão,

respectivamente, seus proventos e pensões, na forma do disposto nas leis

correspondentes e nas Constituições Federal e Estadual.

§

3º - Ficam excluídas da incidência do teto remuneratório - constitucional

as seguintes verbas:

I - de caráter indenizatório, previstas em lei:

a) ajuda de custo para mudança e transporte;

b) auxílio-alimentação;

c) auxílio-moradia;

d) diárias;

e) indenização de férias não gozadas;

f) indenização de transporte;

g) gratiﬁcação natalina;

h) gratiﬁcação de férias;

i) outras parcelas indenizatórias previstas em lei;

II - benefícios percebidos de planos de previdência instituídos por

entidades fechadas, ainda que extintas;

III - devolução de valores tributários ou de contribuições previden-

ciárias indevidamente recolhidos.

∙

§ 3º acrescido pela Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018. ∙

§

4º - A concessão do auxílio-moradia, na forma e nos limites a serem

deﬁnidos em ato do Defensor Público-Geral, somente será devida em caso

DA CARREIRA 113



de exercício de cargo de cheﬁa, correição, assessoramento ou conﬁança

que exꢀa residência em local distinto da lotação, bem como quando houver

designação para atuação em sede de Tribunais Superiores ou Organização

Internacional de Proteção aos Direitos Humanos fora do Estado da Bahia,

desde que o cônjuge ou o companheiro residente no mesmo local não

receba auxílio-moradia de qualquer ente público.

∙

§ 4º acrescido pela Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018. ∙

§

5º - Não podem exceder o valor do teto remuneratório, embora não

se somem entre si nem com a remuneração do mês em que se der o

pagamento:

I - adiantamento de férias;

II - 13º Salário;

III - terço constitucional de férias;

IV - trabalho extraordinário.

∙

§ 5º acrescido pela Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

§

6º - Será concedida gratiﬁcação aos órgãos de administração

superior, auxiliares, cargos de cheﬁa, cargos de correição, cargos de

assessoramento e cargos de conﬁança segundo os seguintes parâmetros:

I - ao Defensor Público-Geral, no valor de 40% (quarenta por cento)

do subsídio;

II - ao Subdefensor Público-Geral, no valor de 30% (trinta por cento)

do subsídio;

III - ao Corregedor-Geral, no valor de 30% (trinta por cento) do subsídio;

IV - aos Coordenadores Executivos de Defensoria, no valor de 20%

(vinte por cento) do subsídio;

V - ao Diretor da Escola Superior da Defensoria Pública, no valor de

2

0% (vinte por cento) do subsídio;

VI - ao Corregedor Adjunto, no valor de 15% (quinze por cento) do

subsídio;

VII - aos coordenadores das Defensorias Públicas Especializadas e

Regionais, no valor de 15% (quinze por cento) do subsídio;

1

14 Lei 26/2006 atuaLizada



VIII - aos Defensores-Assessores do Gabinete, no valor de 15% (quin-

ze por cento) do subsídio.

∙

§ 6º acrescido pela Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018. ∙

§

7º - É garantida a percepção da correspondente diferença de percentual,

em caso de substituição de função, cujo índice seja maior do que o

percebido pelo substituto.

∙

§ 7º - Acrescido pela Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018. ∙

§

8º - Defensor Público-Geral, Subdefensor Público-Geral, Corregedor-

Geral Coordenadores Executivos de Defensoria não receberão

e

gratiﬁcação devida pelo exercício cumulativo ou substituição automática

de cargos ou funções de execução.

∙

§ 8º acrescido pela Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018. ∙

art. 151 - A remuneração não sofrerá descontos além dos previstos em lei,

nem será objeto de arresto ou penhora, salvo quando se tratar de:

I - prestação de alimentos, determinada judicialmente;

II - reposição ou ressarcimento, descontados em parcelas mensais,

não excedentes à décima parte da remuneração;

III - desconto facultativo, a pedido, não excedente a 1/3 (um terço)

da remuneração.

§

1º - Não haverá reposição nos casos em que a percepção indevida da

remuneração tiver decorrido de ato normativo ou entendimento aprovado

por órgão administrativo competente, salvo se comprovada má-fé do

Defensor Público.

§

2º - O Defensor Público-Geral regulamentará a forma da inclusão de

descontos facultativos em folha de pagamento.

art. 152 - O Defensor Público convocado ou designado para auxiliar ou para

substituir na Instância Superior, terá direito à diferença de subsídios entre

o seu cargo e o que ocupar, vedada a percepção de diárias.

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação de acordo com o art. 5º da Lei Complementar nº 033, de 05 de fevereiro de

2

009: “Art. 152 - O Defensor Público convocado ou designado para auxiliar ou para

DA CARREIRA 115



substituir na Instância Superior, terá direito à diferença de subsídios entre o seu

cargo e o que ocupar, vedada a percepção de diárias.”

Redação original: “Art. 152 - O Defensor Público convocado ou designado para auxiliar

ou para substituir, em entrância superior, terá direito à diferença de vencimentos

entre o seu cargo e o que ocupar, vedada a percepção de diárias.” ∙

Parágrafo único - A diferença de subsídios mencionada no caput deste

artigo será paga em valor integral na hipótese de substituição por 30 (trinta)

dias e, proporcionalmente, nos casos em que se der por prazo diverso.

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação de acordo com o art. 5º da Lei Complementar nº 033, de 05 de fevereiro

de 2009: “Parágrafo único - A diferença de subsídios mencionada no caput deste

artigo será paga em valor integral na hipótese de substituição por 30 (trinta) dias e,

proporcionalmente, nos casos em que se der por prazo diverso.” Redação original:

“

Parágrafo único - A diferença de vencimentos mencionada no caput deste artigo

será paga em valor integral na hipótese de substituição por 30 (trinta) dias e,

proporcionalmente, nos casos em que se der por prazo diverso. “ ∙

art. 153 - A remuneração dos membros da Defensoria Pública do Estado

da Bahia será ﬁxada em nível condizente com a relevância da função,

observando-se os seguintes critérios:

I - observância ao disposto no § 1º do art. 39 e às regras e princípios

previstos no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal;

II - ﬁxação dos subsídios por lei ordinária, com diferença não supe-

rior a 07% (sete por cento) de uma para outra classe, observado o

disposto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal.” (NR)

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação anterior de acordo com o art. 6º da Lei Complementar nº 033, de 05 de

fevereiro de 2009: “Art. 153 - Os vencimentos dos Defensores Públicos serão ﬁxados

por lei ordinária, observado o disposto no inciso VI do art. 32 desta Lei.”

Redação original: “Art. 153 - Os vencimentos dos Defensores Públicos serão ﬁxados

por lei ordinária, com diferença de 10% (dez por cento) de uma para outra classe,

observado o disposto no inciso VI do art. 32 desta Lei.” ∙

art. 154 - No âmbito da Defensoria Pública, ﬁca estabelecido, como limite

máximo de remuneração, os valores percebidos em espécie, a qualquer

título, pelo Defensor Público-Geral, ressalvadas as vantagens de caráter

individual e as de caráter indenizatório.

∙

Redação de acordo com o art. 7º da Lei Complementar nº 033, de 05 de fevereiro de

1

16 Lei 26/2006 atuaLizada



2

009. Redação original: “Art. 154 - No âmbito da Defensoria Pública ﬁca estabelecido,

como limite máximo de remuneração, os valores percebidos em espécie, a qualquer

título, pelo Defensor Público-Geral, ressalvadas as vantagens de caráter individual,

de caráter indenizatório e as relativas à natureza e ao local do trabalho.” ∙

Subseção I

Da Gratiﬁcação Natalina

art. 155 - A gratiﬁcação natalina corresponde a 1/12 (um doze avos) da

remuneração a que o Defensor Público ﬁzer jus, no mês do exercício, no

respectivo ano.

§

1º - A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias será considerada como

mês integral.

2º - Ao Defensor Público inativo será paga igual gratiﬁcação, em valor

equivalente aos respectivos proventos.

3º - A gratificação será paga até o dia 20 (vinte) do mês de dezembro

§

§

de cada ano.

art. 156 - O adiantamento será pago no ensejo das férias ou da data de

aniversário do Defensor Público, sempre que este o requerer, até 30

(trinta) dias antes do período de gozo, desde que em conformidade com

ato do Defensor Público-Geral, ou da data do respectivo aniversário, não

podendo exceder à metade da remuneração por este percebida no mês.

art. 157-ODefensorPúblico,quandoexoneradooudemitido,perceberásua

gratiﬁcação natalina proporcionalmente aos meses de efetivo exercício,

calculada sobre a remuneração do mês da exoneração ou demissão.

Parágrafo único - Na hipótese de ter havido adiantamento em valor

superior ao devido no mês da exoneração ou demissão, o excesso será

devolvido, no prazo de 30 (trinta) dias, ﬁndo o qual, sem devolução, será o

débito inscrito em dívida ativa.

art. 158 - A gratiﬁcação natalina não será considerada para cálculo de

qualquer parcela remuneratória.

DA CARREIRA 117



Subseção II

Do adicional por Tempo de serviço

art. 159 - O Defensor Público com mais de 05 (cinco) anos de efetivo

exercício no serviço público, terá direito por anuênio, contínuo ou não, à

percepção de adicional calculado à razão de 1% (um por cento) sobre o

valor do vencimento básico do cargo de que seja ocupante.

§

1º - Para efeito do adicional, considera-se de efetivo exercício o tempo

de serviço prestado, sob qualquer regime de trabalho, na Administração

Pública Estadual direta, autárquica e fundacional, bem como nas empresas

públicas e sociedades de economia mista estaduais.

§

2º - Para cálculo do adicional, não serão computadas quaisquer parcelas

pecuniárias, ainda que incorporadas ao vencimento para outros efeitos

legais, exceto se já houver outra deﬁnição de vencimento prevista em lei.

art. 160 - O adicional será devido a partir do mês em que o Defensor Público

completar o anuênio.

Subseção III

Da ajuda de custo

art. 161 - A ajuda de custo será devida ao Defensor Público nas hipóteses de

remoção, exceto a compulsória ou por permuta, designação ou promoção

que importe em alteração de domicílio, para ressarcir despesas de mu-

dança, transporte e instalação na nova sede de exercício, independente-

mente de comprovação, e corresponderá a 1/3 (um terço) do subsídio do

cargo que deva assumir.

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018. Redação

original: “Art. 161 - A ajuda de custo será devida ao Defensor Público nas hipóteses de

remoção, exceto a compulsória, designação ou promoção que importe em alteração de

domicílio, para ressarcir despesas de mudança, transporte e instalação na nova sede

de exercício, independentemente de comprovação, e corresponderá a 1/3 (um terço) do

vencimento do cargo que deva assumir.” ∙

§

1º - A ajuda de custo será paga, independentemente do Defensor Público

assumir o cargo, e será restituída, caso a assunção não se efetive.

1

18 Lei 26/2006 atuaLizada



§

2º - A comprovação da assunção referida no parágrafo anterior dar-se-á,

nos moldes previstos no § 2º do art. 108 desta Lei.

§

3º - Não terá direito à ajuda de custo o Defensor Público que tiver

residência no lugar onde passar a exercer o cargo.

§

4º - O defensor público que se remover voluntariamente pela segunda vez

em um intervalo de tempo menor ou igual a dois anos não receberá ajuda

de custo.” (NR)

∙

§ 4º acrescido pela Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018. ∙

Subseção IV

Das Diárias

art. 162 - O Defensor Público ou servidor que, em razão do serviço, se

deslocar temporariamente da sede ou da Comarca em que tiver exercício,

terá direito à percepção de diárias para indenização de despesas, cujos

critérios para concessão serão deﬁnidos por ato do Defensor Público-

Geral, observado como parâmetro as diárias estipuladas pelo Poder

Executivo Estadual.

§

1º - O direito previsto no caput deste artigo se estende ao Defensor

Público que se afastar da sede ou Comarca para participar, indicado pelo

Defensor Público-Geral, de congressos, simpósios, seminários e outros

eventos, nos termos de regulamentação do Conselho Superior, desde

que por período não superior a 15 (quinze) dias, por mês, e a 180 (cento e

oitenta) dias, por ano.

§

2º - A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela

metade quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede.

§

3º - Na hipótese do Defensor Público retornar à sede em prazo inferior

ao previsto para o seu afastamento, restituirá as diárias recebidas em

excesso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

DA CARREIRA 119



SEÇÃO II

Das vanTaGens nÃo PecUniárias

art. 163 - Além dos vencimentos e vantagens, tratados nos artigos

anteriores, asseguram-se aos Defensores Públicos os seguintes direitos:

I - férias;

II - licenças e afastamentos previstos em lei;

III - aposentadoria e pensão por morte, nos termos da Constituição

Federal e da legislação vigente.

Subseção I

Das férias

art. 164 - Os Defensores Públicos terão direito a férias após cada período

de 12 (doze) meses de efetivo exercício na carreira, correspondentes a 60

(sessenta) dias anuais, na seguinte proporção:

I - 60 (sessenta) dias, quando não houver tido mais de 05 (cinco) faltas;

II - 48 (quarenta e oito) dias, quando houver tido de 06 (seis) a 14 (ca-

torze) faltas;

III - 36 (trinta e seis) dias, quando houver tido de 15 (quinze) a 23 (vin-

te e três) faltas;

IV - (vinte e quatro) dias, quando houver tido de 24 (vinte e quatro) a

3

2 (trinta e duas) faltas.

§

1º - É proibida a acumulação de férias, salvo por absoluta necessidade

do serviço, reconhecida pelo Defensor Público-Geral, pelo prazo máximo

de 02 (dois) anos consecutivos, não podendo ser fracionadas em períodos

inferiores a 15 (quinze) dias.

§

2º - Na organização da escala de férias dos Defensores Públicos, o

titular das Defensorias Públicas conciliará as exigências do serviço com

as necessidades dos seus membros, consideradas as sugestões que lhe

forem remetidas até o dia 31 de outubro de cada ano.

§

3º - Independentemente de solicitação, será pago ao Defensor Público,

1

20 Lei 26/2006 atuaLizada



por ocasião das férias, 1/3 (um terço) da remuneração correspondente ao

período de gozo.

§

4º- É facultado ao Defensor Público converter 1/3 (um terço) das férias

em abono pecuniário, desde que requeira, conforme ato do Defensor

Público-Geral.

§

5º - O disposto no §1º deste artigo não se aplica ao Defensor Público-Geral,

ao Subdefensor Público-Geral, ao Corregedor Geral e aos Coordenadores

Executivos, ressalvado o direito de gozo oportuno.

art. 165 - No interesse do serviço, o Defensor Público-Geral poderá adiar

o período de férias ou determinar que o Defensor Público reassuma,

imediatamente,oexercíciodeseucargo,ressalvadoodireitodegozooportuno.

art. 166 - O Defensor Público, ao entrar em gozo de férias ou reassumir o

exercício de seu cargo, fará as devidas comunicações ao Defensor Público-

Geral e ao Corregedor-Geral.

§

1º - Da comunicação do início das férias deverão constar:

I - a certidão de regularidade do serviço;

II - o endereço onde poderá ser encontrado;

III - a prova do encaminhamento ao titular da Defensoria Pública,

ao qual esteja vinculado, da pauta de audiências e da indicação dos

prazos processuais abertos, na forma da substituição automática

prevista nesta Lei.

§

2º - Constatada a ausência de regularidade do serviço afeto ao Defensor

Público, o gozo de férias individuais será imediatamente suspenso por ato

do Defensor Público-Geral, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

art. 167 - As férias elicenças dos Defensores Públicos serãoconcedidas pelo

respectivo superior hierárquico, mediante ato do Defensor Público-Geral.

Parágrafo único - No caso do Defensor Público-Geral, as férias e licenças

serão concedidas pelo Subdefensor Público-Geral.

DA CARREIRA 121



Subseção II

Das licenças

art. 168 - Aos Defensores Públicos, conceder-se-á licença:

I - para tratamento de saúde;

II - por acidente em serviço;

III - por motivo de doença em pessoa da família;

IV - à gestante;

V - paternidade;

VI - por motivo de adoção;

VII - para casamento, por 08 (oito) dias consecutivos;

VIII - por luto, em virtude de falecimento de pessoa da família, por

0

8 (oito) dias;

IX - licença-prêmio;

X - em caráter especial;

XI - em outros casos previstos em lei.

§

1º - Não será concedida licença para o exercício de função pública ou

particular, salvo as exceções expressamente previstas nesta Lei.

§

2º - As licenças previstas nos incisos VII e VIII deste artigo dar-se-ão por

comunicação ao Defensor Público-Geral, mediante requerimento.

art. 169 - A licença para tratamento de saúde por prazo superior a 15

(quinze) dias depende de inspeção por junta médica oﬁcial, inclusive em

virtude de prorrogação.

§

1º - A licença para tratamento de saúde será deferida, até 15 (quinze) dias,

mediante atestado médico.

2º - A licença concedida dentro de 60 (sessenta) dias do término da

anterior é considerada prorrogação.

3º - O Defensor Público que, no curso de 12 (doze) meses imediatamente

§

§

anteriores ao requerimento de nova licença, houver se licenciado por

período contínuo ou descontínuo de 03 (três) meses, deverá submeter-se

à veriﬁcação de invalidez.

1

22 Lei 26/2006 atuaLizada



§

4º - A perícia será feita por junta médica oﬁcial, se necessário na residência

do examinando ou no estabelecimento hospitalar em que estiver internado.

5º - Declarada a incapacidade deﬁnitiva para o serviço, o Defensor

§

Público será afastado de suas funções e aposentado ou, se considerado

apto, reassumirá o cargo imediatamente ou ao término da licença.

§

6º - No curso da licença, o Defensor Público poderá requerer inspeção

médica, caso se julgue em condições de reassumir o exercício do cargo.

7º - O Defensor Público licenciado para tratamento de saúde, perceberá

§

remuneração integral e não perderá sua posição na lista de antiguidade.

art. 170 - O Conselho Superior da Defensoria Pública, de ofício ou em

virtude de representação do Corregedor-Geral, em caso de fundados

indícios de incapacidade física ou mental do Defensor Público, determinará

a suspensão do exercício funcional.

§

1º - O Defensor Público-Geral também poderá determinar a suspensão

de que trata o caput deste artigo, ad referendum do Conselho Superior de

Defensoria Pública.

§

2º - Os indícios de incapacidade física ou mental do Defensor Público

deverão ser apurados em investigação sumária, observado o disposto no

artigo anterior.

art. 171 - A licença por acidente em serviço, concedida a pedido ou de

ofício, observará as seguintes condições:

I - conﬁgura acidente em serviço o dano físico ou mental que se re-

lacione, mediata ou imediatamente, com as funções exercidas;

II - equipara-se ao acidente em serviço o dano decorrente de agres-

são não provocada e sofrida no exercício funcional, bem como o

dano sofrido em trânsito, quando se relacionar com deslocamentos

em razão da atividade laboral;

III - o acidentado em serviço que necessite de tratamento especia-

lizado não disponível em instituição pública, poderá ser tratado em

instituição privada, à conta de recursos públicos, desde que o trata-

mento seja recomendado por junta médica oﬁcial;

DA CARREIRA 123



IV - a prova do acidente deverá ser feita no prazo de 10 (dez) dias,

contado de sua ocorrência, prorrogável por igual período, quando as

circunstâncias o exigirem, sob pena de indeferimento.

Parágrafo único - Aplica-se à licença por acidente em serviço, no que

couber, o disposto no art. 170 desta Lei.

art. 172 -A licença por motivo de doença em pessoa da família será concedida

com remuneração integral, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias.

§

1º - A licença somente será concedida se a assistência direta do Defensor

Público for comprovada por inspeção médica realizada por junta oﬁcial do

Estado, e a assistência for de natureza indispensável e não puder se dar

simultaneamente com o exercício do cargo.

§

2º - Consideram-se pessoas da família, para efeito deste artigo, o cônjuge

ou companheiro, os ﬁlhos, os enteados, os pais, o padrasto ou madrasta,

avós, criança ou adolescente sob guarda ou tutela e, desde que vivam sob

sua dependência, irmãos e netos.

§

3º - Havendo necessidade de prorrogação, dar-se-á esta sem direito à

percepção de remuneração.

art. 173 - Será concedida a licença gestante ou maternidade, por 180 (cento

e oitenta) dias, observadas as seguintes condições:

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação original: “Art. 173 - Será concedida a licença gestante ou maternidade, por

1

20 (cento e vinte) dias, observadas as seguintes condições:” ∙

I - poderá ter início no primeiro dia do nono mês de gestação ou da

comprovada data do parto, salvo antecipação por prescrição médica;

II - no caso de nascimento prematuro, a licença terá início a partir

do parto;

III - no caso de natimorto, decorridos 30 (trinta) dias do evento, a

mãe será submetida a exame médico e, se julgada apta, reassumirá

as suas funções;

IV - em caso de aborto atestado por médico oﬁcial, a licença dar-

se-á por 30 (trinta) dias, a partir da sua ocorrência.

1

24 Lei 26/2006 atuaLizada



Parágrafo único - Ao término da licença a que se refere o artigo anterior,

serão concedidos à Defensora Pública lactante, pelo prazo de 02 (dois)

meses, durante a jornada de trabalho, 02 (dois) descansos especiais para

este ﬁm, de 01 (uma) hora cada.

art. 174 - A licença paternidade será concedida ao pai, pelo nascimento de

ﬁlho ou ﬁlha, por 08 (oito) dias consecutivos.

art. 175 - A Defensora Pública, quando adotar criança de até 07 (sete)

anos, terá direito à licença maternidade, com os mesmos direitos e van-

tagens do seu cargo, a partir do termo de concessão da adoção, ou quan-

do obtiver judicialmente a sua guarda, para ﬁns de adoção, pelo prazo de

1

80 (cento e oitenta) dias.

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redaçãooriginal:“Art.175-ADefensoraPública,quandoadotarcriançadeaté07(sete)

anos, terá direito à licença maternidade, com os mesmos direitos e vantagens do seu

cargo, a partir do termo de concessão da adoção, ou quando obtiver judicialmente a

sua guarda, para ﬁns de adoção, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias.” ∙

§

1º - A licença a que se refere o caput deste artigo será também concedida

ao Defensor Público, caso seja o único adotante.

§

2º- Ocorrendo a cessação da guarda, o fato deverá ser imediatamente

comunicado ao Coordenador Executivo de Defensoria respectivo,

cessando, concomitantemente, a fruição da licença.

§

3º- Somente poderá ser concedida nova licença-adoção 1 (um) ano após

a data da concessão da licença anterior.

§

4º- A licença paternidade de 08 (oito) dias será concedida ao Defensor

Público, em virtude de adoção ou obtenção judicial de guarda, para ﬁns de

adoção, quando não for o único adotante.

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação original: “§ 4º - A licença paternidade de 08 dias será concedida ao Defensor

Público, em virtude de adoção conjunta. “ ∙

§

5º - Em caso de adoção homoafetiva ou reprodução assistida que envolva

dois integrantes da carreira de Defensor Público, estes indicarão quem

fruirá cada uma das licenças previstas no caput e no § 4º deste artigo.

∙

§ 5º acrescido pela Complementar nº 45 de 29 de outubro de 2018. ∙

DA CARREIRA 125



art. 176 - Art. 176 - A licença para casamento será concedida pelo prazo

de 08 (oito) dias, ﬁndo o qual deverá haver comprovação da celebração do

matrimônio, sob pena de desconto em folha dos dias licenciados, e sem

prejuízo das penalidades disciplinares cabíveis.

art. 177 - A licença por luto, em virtude de falecimento de pessoa da família,

será deferida pelo prazo de 08 (oito) dias, contado da data do óbito de cônjuge

ou companheiro, de ﬁlho ou enteado, de pai, mãe, padastro, madrasta, irmão,

criança ou adolescente sob guarda ou tutela, avô ou avó, sogro ou sogra.

art. 178 - Após cada qüinqüênio de efetivo e ininterrupto exercício, o

Defensor Público fará jus a 03 (três) meses de licença, a título de prêmio

por assiduidade.

§

1º - O período de licença será considerado de efetivo exercício para todos

os efeitos legais e não acarretará desconto algum na remuneração.

§

§

2º - Às licenças-prêmio aplicar-se-á o disposto no art. 165 desta Lei.

3º - Não se concederá licença-prêmio ao Defensor Público que, durante

o período aquisitivo:

I - sofrer penalidade disciplinar de suspensão;

II - afastar-se do cargo em virtude de licença sem remuneração.

§

4º - A licença-prêmio poderá ser gozada parcialmente, em períodos não

inferiores a 30 (trinta) dias, atendendo à conveniência do serviço.

art. 179 - Conceder-se-á, a critério do Defensor Público-Geral, licença em

caráter especial, não remunerada, para tratar de assuntos particulares, pelo

prazo máximo de até 03 (três) anos consecutivos, observado o seguinte:

I - poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do interes-

sado ou no interesse do serviço;

II - não será concedida nova licença antes de decorridos 05 (cinco)

anos do término da anterior;

III - perderá sua posição na classiﬁcação da lista de antiguidade.

Parágrafo único - O período de afastamento do Defensor Público para

tratar de interesse particular não será computado como tempo de serviço.

1

26 Lei 26/2006 atuaLizada



Subseção III

Dos afastamentos

art. 180 - O Defensor Público poderá afastar-se do cargo para:

I - missão oﬁcial ou de estudo, com duração máxima de 02 (dois) anos;

II - exercer o cargo de Presidente em entidade de representação de

classe da Defensoria Pública, exceto quando em estágio probatório,

desde que a referida entidade atenda aos seguintes requisitos:

a) ter existência legal superior a 01 (um) ano;

b) possuir, pelo menos, 2/3 (dois terços) de integrantes da Defen-

soria Pública associados, tratando-se de entidade local;

c) congregar, pelo menos, 2/3 (dois terços) das representações

estaduais, na hipótese de entidade de âmbito nacional.

§

1º - Os afastamentos previstos neste artigo somente ocorrerão após a

expedição do competente ato do Defensor Público-Geral, observado,

quanto aos incisos II e III deste artigo o procedimento estabelecido nos

incisos III e VI do art. 47 desta Lei.

§

2º - O afastamento dar-se-á sem prejuízo do vencimento e demais

vantagens do cargo, nas hipóteses previstas nos incisos III e IV deste artigo.

§

3º - revogado.

∙

§ 3º revogado Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação revogada: “O afastamento previsto no inciso II deste artigo dar-se-á sem ônus

para a Defensoria Pública, podendo ser celebrado convênio para ressarcimento.” ∙

§

4º - O período de afastamento da carreira será considerado de efetivo

exercício para todos os efeitos legais, exceto para remoção ou promoção

por merecimento, nos casos dos incisos I e II deste artigo.

§

5º - Ao Defensor Público afastado é vedado o exercício de função pública

ou particular, ressalvado o exercício nos cargos e funções referidos nos

incisos I e II deste artigo.

art. 181 - O afastamento para missão oﬁcial ou de estudo, no interesse

da Defensoria Pública do Estado, será autorizado pelo Defensor Público-

Geral, observado o disposto no inciso VI do artigo 47 desta Lei.

DA CARREIRA 127



§

1º - O afastamento de que trata este artigo somente será concedido pelo

Defensor Público-Geral, após estágio probatório, e pelo prazo máximo de

0

2 (dois) anos.

§

2º - Quando o interesse público o exigir, o afastamento poderá ser

interrompido, mediante ato fundamentado do Defensor Público-Geral.

art. 182 - O afastamento para estudo será disciplinado pelo Conselho

Superior, observadas as seguintes normas gerais:

I - o pedido de afastamento deverá ser justiﬁcado e instruído com

projeto no qual conste o nome e a comprovação da qualidade da

instituição de ensino, a descrição do curso e das matérias que o

compõem, a vinculação do objeto de estudo com os princípios e as

funções institucionais da Defensoria Pública e proposta de aprovei-

tamento dos conhecimentos adquiridos;

II - o Defensor Público afastado deverá comprovar a freqüência e

o aproveitamento no curso ou seminário realizado, fornecendo ao

Conselho Superior, quando de seu retorno, relatório contendo a re-

lação das disciplinas cursadas, a carga horária, a comprovação de

controle de aproveitamento e conclusão, com a versão ﬁnal da pro-

posta de aproveitamento a que alude o inciso anterior;

III - o Defensor Público não poderá afastar-se por mais de 02 (dois)

anos, consecutivos ou não, a cada período de 08 (oito) anos, a con-

tar da data de sua conﬁrmação na carreira.

§

1º - Não será permitido o afastamento do Defensor Público durante o

estágio probatório.

§

2º - Na hipótese de afastamento para freqüentar curso ou seminário, se

o Defensor Público exonerar-se da carreira no prazo de 24 (vinte e quatro)

meses após o término do curso ou seminário, ﬁcará obrigado à devolução

da remuneração percebida durante o período de afastamento.

1

28 Lei 26/2006 atuaLizada



CAPÍTULO XIII

Do TeMPo De serviÇo

art. 183 - A apuração do tempo de serviço dos Defensores Públicos

será feita em dias, convertidos em anos, sendo este de 365 (trezentos e

sessenta e cinco) dias.

art. 184 - O tempo de serviço público e privado será computado nos

termos da lei.

§

1º - Computar-se-á, para todos os efeitos, o tempo de serviço público estadual.

§

2º - O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado

para efeito de aposentadoria, e o tempo de serviço correspondente, para

efeito de disponibilidade.

§

3º - Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca

do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada,

rural e urbana, nos termos da Constituição Federal.

§

4º - É vedada a contagem cumulativa ou recíproca de tempo de serviço

prestado concomitantemente em mais de um cargo, função ou emprego

em órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, dos Municípios,

do Distrito Federal, bem como em autarquias, fundações públicas,

sociedades de economia mista e empresas públicas.

art. 185 - O tempo de serviço será comprovado com a apresentação de

certidão expedida pelo órgão competente, computando-se, para efeito de

aposentadoria, o tempo de contribuição aos regimes de Previdência.

art. 186 - São considerados como de efetivo exercício, para todos os

efeitos legais, os dias em que o Defensor Público estiver afastado de suas

funções em razão de:

I - férias;

II - licenças, previstas nesta Lei, salvo licença em caráter especial e

o tempo superior a 90 (noventa) dias na licença por motivo de doen-

ça em pessoa da família;

III - missão oﬁcial ou de estudos;

DA CARREIRA 129



IV - convocação para serviço militar e demais serviços obrigató-

rios por lei;

V - período de trânsito;

VI - disponibilidade remunerada;

VII - desempenho de cargo, emprego ou função de alta relevância;

VIII - exercício de cargo ou função de presidência de associação re-

presentativa de classe, na forma desta Lei;

IX - de desempenho de função eletiva ou na hipótese de concorrer

à respectiva eleição;

X - outras hipóteses deﬁnidas em lei.

Parágrafo único - O Defensor Público de férias ou licenciado não poderá

exercer quaisquer de suas funções.

CAPÍTULO XIV

Dos Deveres, Das veDaÇÕes, Dos iMPeDiMenTos e Da

resPonsabiliDaDe fUncional

SEÇÃO I

Dos Deveres

art. 187 - São deveres funcionais dos Defensores Públicos, além de outros

previstos em lei e nas Constituições Federal e Estadual:

I - zelar pela observância dos princípios e cumprimento das funções

institucionais;

II - pugnar pela realização da justiça e velar pela dignidade de suas

funções, mantendo pública e particularmente, conduta ilibada;

III - respeitar os direitos dos destinatários das funções institucio-

nais da Defensoria Pública, previstos no art. 9º desta Lei;

IV - humanizar o atendimento ao público e desempenhar, com eﬁ-

ciência, qualidade, urbanidade e respeito, as funções e os serviços

a seu cargo e os que, na forma da lei, lhes forem atribuídos pelo De-

1

30 Lei 26/2006 atuaLizada



fensor Público-Geral, pelos Órgãos Superiores, Órgãos de Execução

e Órgãos Auxiliares da Instituição;

V - cumprir com zelo e observar as formalidades e os prazos legais,

esgotando as medidas e recursos cabíveis no desempenho de sua

atuação funcional, inclusive patrocinar a revisão criminal e a ação

rescisória, sempre que encontrar fundamentos na lei, jurisprudên-

cia ou prova dos autos, remetendo cópia à Corregedoria Geral;

VI - atender pessoalmente os assistidos e comparecer, diariamen-

te, no horário normal do expediente, no seu local de trabalho, in-

clusive, nos casos urgentes, a qualquer momento, salvo nos casos

em que tenha de proceder a diligências indispensáveis ao exercí-

cio de sua função;

VII - racionalizar, simpliﬁcar e desburocratizar os procedimentos,

evitando solicitar aos usuários documentos ou diligências não ne-

cessárias à prestação do serviço;

VIII - observar sigilo funcional, indicar os fundamentos jurídicos de

seus pronunciamentos e requerimentos processuais, inclusive ad-

ministrativos, afetos a sua área de atuação, nos termos da lei;

IX - participar pessoalmente dos atos judiciais, quando necessária

a sua presença;

X - tratar com urbanidade os colegas, magistrados, promotores de

justiça, advogados, as partes, testemunhas, servidores e auxiliares

da Justiça, não prescindindo de igual tratamento;

XI - zelar pelo prestígio da justiça, por suas prerrogativas e pela dig-

nidade de suas funções;

XII - declarar-se suspeito ou impedido, nos termos da lei;

XIII - residir, se titular, ou estando em estágio probatório, na sede

da respectiva Comarca ou na sede do Tribunal perante o qual oﬁcie,

salvo autorização expressa do Defensor Público-Geral, em caso de

justiﬁcada e relevante razão, após ouvido o Conselho Superior;

DA CARREIRA 131



XIV - adotar, nos limites de suas atribuições, as providências cabí-

veis em face de irregularidade de que tenha conhecimento ou que

ocorra nos serviços a seu cargo;

XV - velar pela boa aplicação dos bens conﬁados à sua guarda;

XVI - exercer permanente fiscalização sobre os servidores su-

bordinados;

XVII - representar ao Defensor Público-Geral ou ao Corregedor-Ge-

ral sobre as irregularidades que diﬁcultem ou impeçam o desempe-

nho de suas funções;

XVIII - prestar informações solicitadas ou requisitadas pelos órgãos

da Instituição, nos prazos ﬁxados;

XIX - zelar pelo recolhimento ou promover a cobrança de honorá-

rios advocatícios, sempre que o assistido for vencedor da demanda,

quando houver arbitramento judicial, bem como quaisquer despe-

sas adiantadas pelo Fundo de Assistência Judiciária, tais como ho-

norários periciais, a serem recolhidos ao próprio Fundo, a ser criado

por lei especíﬁca;

XX - apresentar à Corregedoria Geral relatório semestral de suas

atividades, regulamentado pelo Conselho Superior, salvo os mem-

bros que estiverem em gozo de férias nesse período, os quais deve-

rão remetê-lo após 10 (dez) dias, contados do retorno;

XXI - manter atualizados os dados pessoais junto ao órgão compe-

tente da Defensoria Pública;

XXII - comparecer às reuniões de qualquer órgão colegiado da Insti-

tuição ao qual pertencer, bem como às reuniões de órgãos de exe-

cução que componha, salvo por motivo justiﬁcado;

XXIII - exercer o direito de voto, desde que obrigatório, nas eleições

previstas nesta Lei, salvo motivo de força maior;

XXIV - praticar os atos de ofício, cumprir e fazer cumprir as disposi-

ções legais, com independência, serenidade e exatidão;

1

32 Lei 26/2006 atuaLizada



XXV - observar ﬁelmente o plano bienal, aprovado como meta para

a Instituição;

XXVI - acatar, no plano administrativo, as decisões e os atos norma-

tivos dos superiores hierárquicos da Defensoria Pública;

XXVII - apresentar, no início do gozo de férias individuais, declara-

ção de regularidade de serviço e informação do local onde possa ser

encontrado, bem como encaminhar ao seu substituto a pauta de au-

diência e prazos dos quais se encontra intimado;

XXVIII - apresentar, ao término de substituição de Defensor Público

em gozo de férias ou licença, declaração de regularidade de serviço,

acompanhada de relatório de atividades desempenhadas no período;

XXIX - apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da entrada

em exercício na Defensoria Pública, declaração referente aos pro-

cessos e outros procedimentos cujos autos estejam com vista para

a Defensoria Pública;

XXX - apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, contado do término do

exercício da função na Defensoria Pública respectiva, declaração de

regularidade de serviço.

Parágrafo único - O Defensor Público, dando-se por suspeito ou impedido,

deverá comunicar motivadamente o fato ao superior hierárquico ao qual

esteja subordinado.

DA CARREIRA 133



SEÇÃO II

Das veDaÇÕes

art. 188 - Além das vedações decorrentes do exercício de cargo público,

aos Defensores Públicos não é permitido:

I - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários,

porcentagens ou custas processuais;

II - exercer advocacia fora das atribuições institucionais;

III - exercer atividade empresarial como pessoa física ou participar

de sociedade, exceto como cotista ou acionista;

IV - exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função

pública, salvo uma de magistério, desde que haja compatibilidade

de horários;

V - requerer ou praticar, em juízo ou fora dele, atos que de qualquer

forma colidam com as funções inerentes ao seu cargo ou com os

preceitos éticos de sua proﬁssão;

VI - ausentar-se da Comarca ou local do exercício de suas funções

nos dias úteis, exceto para dar cumprimento a dever funcional, ou

mediante prévia autorização do Defensor Público-Geral, ou por con-

vocação do Corregedor-Geral, o qual dará ciência ao Defensor Pú-

blico-Geral.

VII - negar atendimento e orientação jurídica aos necessitados da

unidade judiciária para a qual fora designado como titular ou substi-

tuto, salvo nos casos previstos nesta Lei;

VIII - valer-se da qualidade de Defensor Público para obter vantagem

pessoal;

Parágrafo único - Não constituem acumulação, para os efeitos do inciso

IV, deste artigo, as atividades exercidas em organismos estatais afetos à

área de atuação da Defensoria Pública, na Escola Superior da Defensoria

Pública, em entidades de representação de classe e o exercício de cargos

em comissão na administração superior e junto aos órgãos de execução

ou auxiliares da Defensoria Pública.

1

34 Lei 26/2006 atuaLizada



SEÇÃO III

Dos iMPeDiMenTos

art. 189 - É defeso ao Defensor Público exercer as suas funções em

processo ou procedimento:

I - em que seja parte ou de qualquer forma interessado;

II - em que haja atuado como representante de parte, como perito,

magistrado, membro do Ministério Público, autoridade policial, es-

crivão de polícia, auxiliar de justiça ou prestado depoimento como

testemunha;

III - em que for interessadoseucônjuge, companheiro, parenteconsan-

güíneo ou aﬁm, em linha reta, ou na colateral, até o 3º (terceiro) grau;

IV - no qual haja postulado como advogado de qualquer das pessoas

mencionadas no inciso anterior;

V - em que qualquer das pessoas mencionadas no inciso III deste

artigo, funcione, ou haja funcionado, como magistrado, membro do

Ministério Público, autoridade policial, escrivão de polícia ou auxiliar

de justiça;

VI - em que houver dado à parte contrária parecer verbal ou escrito

sobre o objeto da demanda;

VII - em unidade em que haja atuação do titular, excetuando-se no

caso de colidência de interesses das partes;

VIII - nos demais casos previstos em lei.

art. 190 - O Defensor Público não poderá servir junto a juízo do qual seja

titular qualquer das pessoas mencionadas no artigo anterior.

art. 191 - O Defensor Público não poderá participar de comissão ou banca

de concurso, intervir no seu julgamento e votar sobre organização de

lista para nomeação, promoção ou remoção, quando concorrer parente

consangüíneo ou aﬁm, em linha reta, ou colateral até o 3º (terceiro) grau,

bem como seu próprio cônjuge ou companheiro.

DA CARREIRA 135



art. 192 - Não poderão servir sob a cheﬁa imediata de Defensor Público

o seu cônjuge, companheiro e parentes consangüíneos ou aﬁns, em linha

reta ou colateral, até o 3º (terceiro) grau.

art. 193 - O Defensor Público dar-se-á por suspeito quando:

I - houver atuado em defesa da parte contrária;

II - houver motivo de foro íntimo que o impeça de atuar;

III - ocorrer qualquer dos casos previstos na legislação processual

vigente.

§

1º - Na hipótese prevista no inciso II deste artigo, o Defensor Público

comunicará ao superior hierárquico, em expediente reservado, o motivo

de sua suspeição.

§

2º - O desrespeito às regras contidas neste Capítulo somente levará à

punição em caso de conduta dolosa.

SEÇÃO IV

Da resPonsabiliDaDe fUncional

art. 194 - A atividade funcional dos Defensores Públicos estará sujeita a:

I - inspeção permanente;

II - visita de inspeção;

III - correição ordinária;

IV - correição extraordinária.

Parágrafo único - Qualquer pessoa poderá reclamar à Corregedoria Geral

sobre abusos, erros, omissões ou conduta incompatível dos membros e

servidores da Defensoria Pública.

art. 195 - A inspeção permanente será procedida pelo Corregedor-Geral,

ao examinar os autos de atuação do Defensor Público, através de notas

reservadas acerca da qualidade dos trabalhos dos Defensores Públicos.

Parágrafo único - O Corregedor-Geral, de ofício, quando for o caso, fará

aos Defensores Públicos, oralmente ou por escrito, em caráter reservado,

1

36 Lei 26/2006 atuaLizada



as recomendações ou observações para que sejam tomadas medidas de

adequação que julgar cabíveis, dando-lhes, também, ciência dos elogios,

mandando consignar em seus assentamentos as devidas anotações.

art. 196 - A visita de inspeção será realizada, a qualquer tempo, em caráter

informal,peloCorregedor-GeralouCorregedorAdjunto,objetivandoauferir

a regularidade administrativa dos serviços, a distribuição e devolução de

processos e a qualidade de atendimento ao público.

art. 197 - A correição ordinária será efetuada, pessoalmente, pelo

Corregedor-Geral ou pelo Corregedor Adjunto.

§

1º - A correição ordinária destina-se a veriﬁcar a regularidade do serviço,

a eﬁciência e a pontualidade dos Defensores Públicos no exercício de suas

funções, o cumprimento dos deveres do cargo, das obrigações legais e das

determinações do Defensor-Público-Geral e da Corregedoria Geral, bem

como sua participação nas atividades desenvolvidas pelas Defensorias

Públicas Especializadas e Regionais, para execução dos programas

institucionais.

§

2º - A Corregedoria Geral realizará, anualmente, correições ordinárias,

em no mínimo 1/3 (um terço) das Defensorias Públicas da Capital e do

interior do Estado.

§

3º - O relatório, circunstanciado, da correição ordinária, será sempre

levado ao conhecimento da administração da Defensoria Pública.

art. 198 - A correição extraordinária será realizada exclusivamente pelo

Corregedor-Geral, de ofício, por determinação do Defensor Público-Geral

ou do Conselho Superior, para imediata apuração de:

I - abusos, erros ou omissões que incompatibilizem o Defensor Pú-

blico para o exercício do cargo ou função;

II - atos que comprometam o prestígio ou a dignidade da Instituição;

III - descumprimento do dever funcional ou procedimento incorreto.

§

1º - Concluída a correição, o Corregedor-Geral elaborará relatório

circunstanciado, mencionando os fatos observados, as providências

DA CARREIRA 137



adotadas e propondo as de caráter disciplinar ou administrativo, que

excedam suas atribuições, bem como informando sobre os aspectos

moral, intelectual e funcional dos Defensores Públicos.

§

2º - O relatório da correição extraordinária será sempre levado ao

conhecimento do Defensor Público-Geral e do Conselho Superior da

Defensoria Pública.

art. 199 - Com base nas observações feitas nas correições e visitas, o

Corregedor-Geral, ouvidos o Defensor Público-Geral e o Conselho Superior,

poderá baixar instruções e propor normas para orientar a conduta dos

Defensores Públicos.

art. 200 - Sempre que em correição ou visita de inspeção for veriﬁcada

a violação dos deveres impostos aos Defensores Públicos, o órgão de

correição tomará notas reservadas do que coligir no exame dos autos,

livros e papéis e das informações que obtiver, determinando a instauração

do procedimento disciplinar adequado.

1

38 Lei 26/2006 atuaLizada



TÍTULO II

Do reGiMe DisciPlinar

CAPÍTULO I

Das infraÇÕes DisciPlinares

art. 201 - Constituem infrações disciplinares por parte dos Defensores

Públicos:

I - violação de vedação prevista no art. 188, ou de impedimento es-

tabelecido no art. 189, ambos desta Lei, bem como de outras veda-

ções e impedimentos de ordem constitucional ou legal;

II - acumulação proibida de cargo ou função pública;

III - abandono de cargo por prazo superior a 30 (trinta) dias;

IV - lesão aos cofres públicos, dilapidação do patrimônio público ou

de bens conﬁados à sua guarda;

V - cometimento de crimes contra a administração e a fé pública;

VI - descumprimento de dever funcional previsto no art. 187 desta Lei;

VII - declaração falsa a respeito das matérias referidas nos arts. 97,

IV, V e VI e 166, § 1º, I e III desta Lei.

VIII - declaração, manifestação ou representação institucional sem

a prévia autorização do Defensor Público-Geral;

IX - violação de outros deveres e funções institucionais.

CAPÍTULO II

Das PenaliDaDes

art. 202 - Os Defensores Públicos são passíveis das seguintes san-

ções disciplinares:

I - advertência;

II - censura;

III - suspensão por até 90 (noventa) dias;

IV - remoção compulsória;

DO REGIME DISCIPLINAR 139



V - disponibilidade com vencimento proporcional ao tempo de serviço;

VI - cassação de aposentadoria ou da disponibilidade;

VII - demissão.

§

1º - Compete ao Defensor Público-Geral aplicar as sanções disciplinares

previstas nos incisos VI e VII deste artigo.

2º - Compete ao Conselho Superior aplicar as sanções disciplinares

previstas nos incisos III, IV e V deste artigo.

3º - Compete ao Corregedor-Geral aplicar as sanções disciplinares

previstas nos incisos I e II deste artigo.

4º - Na aplicação das penas disciplinares deverão ser consideradas a

§

§

§

natureza e a gravidade da infração, os danos que dela provenham para o

serviço e os antecedentes do infrator.

§

5º - As decisões referentes à imposição de pena disciplinar constarão do

prontuário do infrator, com menção dos fatos que lhe deram causa.

art. 203-Apenadeadvertênciaseráaplicadaporescrito,reservadamente,

no caso de descumprimento de dever funcional de pequena gravidade.

art. 204 - A pena de censura será aplicada, por escrito e reservadamente,

ao infrator que, já punido com advertência, vier a praticar outra infração

disciplinar que o torne passível da mesma pena ou se a gravidade da

infração justiﬁcar, desde logo, a aplicação da pena de censura.

art. 205 - A pena de suspensão será aplicada no caso de:

I - Infrator que, já punido com censura, vier a praticar outra infração

disciplinar que o torne passível da mesma pena ou se a gravidade da

infração justiﬁcar, desde logo, a aplicação da pena de suspensão;

II - Infração disciplinar prevista no inciso VIII do art. 201 desta Lei;

III - Violação de vedação prevista no art. 188, com exceção do exercício

da advocacia, em face do disposto no inciso III do art. 209 desta Lei.

§

1º - O tempo de suspensão será aplicado levando-se em conta a

gravidade da infração.

1

40 Lei 26/2006 atuaLizada



§

2º - Enquanto perdurar, a suspensão acarretará a perda dos direitos e

vantagens decorrentes do exercício do cargo, não podendo ter início

durante as férias ou licenças do infrator.

art. 206 - A remoção compulsória de Defensor Público será aplicada sempre

que a falta praticada, pela sua gravidade e repercussão, tornar incompatível

a permanência do faltoso no órgão de sua atuação ou lotação, em razão do

interesse público e será determinada pelo Conselho Superior, em sessão se-

creta, pelo voto de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus integrantes, após

julgamento realizado com base em processo administrativo ordinário.

Parágrafo único - Decretada a remoção compulsória, o Defensor Público

ﬁcará em disponibilidade, com vedações, vencimentos e vantagens do

cargo, até nova designação do Defensor Público-Geral.

art. 207 - A pena de disponibilidade será aplicada ao Defensor Público

sempre que a sua conduta, consistente em abusos, erros ou omissões o

comprometa para o exercício do cargo ou acarrete prejuízo ao prestígio ou

à dignidade da Instituição, observado o disposto no art. 129.

art. 208 - A pena de cassação de disponibilidade ou aposentadoria será

aplicada ao Defensor Público que praticou, quando em atividade, falta

passível de demissão.

Parágrafo único - A aplicação da pena de cassação de disponibilidade terá

como efeito imediato a demissão do Defensor Público.

art. 209 - A pena de demissão será aplicada ao Defensor Público, nos

casos seguintes:

I - Prática de crime incompatível com o exercício do cargo, após

decisão em julgado;

II - Abandono de cargo por prazo superior a 30 (trinta) dias;

III - Exercício da advocacia, fora das atribuições institucionais;

IV - Lesão aos cofres públicos, dilapidação do patrimônio público ou

de bens conﬁados à sua guarda;

V - Cometimento de crimes contra a administração e a fé pública;

DO REGIME DISCIPLINAR 141



VI - revogado.

∙

Inciso VI revogado Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação revogada: “ VI -Descumprimento de dever funcional previsto no art. 189

desta Lei;” ∙

VII - revogado.

∙

Inciso VII revogado Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação revogada: “VII- Fazer declaração falsa a respeito das matérias referidas

nos arts. 97, IV, V e VI e 166, § 1º, I e II desta Lei.” ∙

art. 210 - Instaurado o processo administrativo disciplinar ordinário, o Defen-

sor Público ﬁcará, automaticamente, suspenso do exercício funcional, até

deﬁnitivo julgamento, sem prejuízo dos vencimentos e vantagens percebi-

dos, excetuando-se o pagamento da gratiﬁcação especial de produtividade.

art. 211 - Decorridos 05 (cinco) anos da imposição da sanção disciplinar,

sem cometimento de nova infração, não poderá ela ser considerada em

prejuízo do infrator, inclusive para efeito de reincidência.

art. 212 - Considera-se reincidente, o Defensor Público que praticar nova

infração antes de obtida a reabilitação ou veriﬁcada a prescrição de falta

funcional anterior.

Parágrafo único. revogado.

∙

Parágrafo único do art. 212 revogado Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação revogada: “ Parágrafo único. Em caso de reincidência, contar-se-ão em dobro

os prazos prescricionais.” ∙

art. 213-Asdecisõesdeﬁnitivasreferentesàimposiçãodepenadisciplinar,

salvo as de advertência e de censura, serão publicadas na imprensa oﬁcial.

art. 214 - Somente ao infrator poderá ser fornecida certidão relativa

à imposição das penas de advertência e de censura, salvo se for

fundamentadamente requerida para defesa de direitos e esclarecimento

de situações de interesse pessoal.

art. 215-Serádecretada,comoprovidênciacautelar,poratofundamentado

do Defensor Público-Geral, ouvido o Conselho Superior, pelo voto de,

no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus integrantes, a disponibilidade do

Defensor Público, quando inconveniente o exercício das funções.

1

42 Lei 26/2006 atuaLizada



§

1º - A disponibilidade cautelar, que terá duração determinada pelo Conselho

Superior, pressupõe a instauração de sindicância ou de procedimento

disciplinar administrativo e não excederá o trânsito em julgado da decisão

neste proferida.

§

2º - A disponibilidade prevista neste artigo assegura ao Defensor Público

a percepção de vencimentos e vantagens do cargo.

art. 216 - O Defensor Público que praticar infração punível com censura,

suspensão ou remoção compulsória não poderá aposentar-se até expirar-

se o procedimento disciplinar administrativo, salvo por implemento de idade.

art. 217 - Dar-se-á a prescrição da punibilidade:

I - Em 06 (seis) meses, para as infrações puníveis com a pena de

advertência;

II - Em 01 (um) ano, se censura;

III - Em 02 (dois) anos, se suspensão, remoção compulsória ou

disponibilidade;

IV - Em 05 (cinco) anos, para as infrações puníveis com as penas de

cassação da aposentadoria e da disponibilidade e demissão.

§

1º - A infração também definida como crime prescreverá juntamente

com a ação penal.

§

2º - A prescrição começa a correr:

I - Do dia em que a infração for cometida;

II - Do dia em que tenha cessado a continuação ou permanência, nas

infrações continuadas ou permanentes.

§

3º-A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar inter-

rompe a prescrição até a decisão ﬁnal proferida por autoridade competente.

art. 218 - Pelo exercício irregular da função pública, o Defensor Público

responde penal, civil e administrativamente, observado o disposto nesta

Lei e na Constituição Federal.

DO REGIME DISCIPLINAR 143



CAPÍTULO III

Do Processo DisciPlinar

SEÇÃO I

Das DisPosiÇÕes PreliMinares

art. 219 - A apuração das infrações disciplinares será feita mediante:

I - Processo administrativo sumário, quando cabíveis as penas de

advertência, censura, suspensão, por até 90 (noventa) dias;

II - Processo administrativo ordinário, quando cabíveis as penas de

remoção compulsória, disponibilidade, cassação da aposentadoria

ou da disponibilidade e demissão.

Parágrafo único - O processo administrativo poderá ser precedido de sindi-

cância, de caráter meramente investigatório, quando não houver elementos

suﬁcientes para se concluir pela ocorrência de infração ou de sua autoria.

art. 220 - Compete ao Corregedor-Geral a instauração de sindicância ou

processo administrativo.

I - De ofício;

II - Por provocação do Defensor Público-Geral ou do Conselho Supe-

rior da Defensoria Pública;

III - Por provocação de qualquer pessoa, vedada a denúncia anônima

e a que não forneça indícios consistentes de infração disciplinar.

art. 221 - Ressalvada a hipótese de férias ou licenças, desde que

concedidas em data anterior à instauração da sindicância ou do processo

administrativo, o Defensor Público-Geral, por solicitação do Corregedor-

Geral, poderá afastar o sindicado ou o indiciado do exercício do cargo, sem

prejuízo de seus vencimentos e vantagens.

Parágrafo único - O afastamento dar-se-á, por decisão fundamentada na

conveniência do serviço, na imprescindibilidade da apuração dos fatos,

para assegurar a normalidade dos serviços ou a tranqüilidade pública,

e não excederá a 60 (sessenta) dias, podendo, justiﬁcadamente, ser

prorrogado por igual período.

1

44 Lei 26/2006 atuaLizada



art. 222 - No processo administrativo ﬁca assegurado aos Defensores

Públicos o exercício da ampla defesa pessoal, por advogado ou defensor,

que será intimado dos atos e termos do procedimento, por meio de

publicação no Diário Oﬁcial do Estado.

art. 223 - A sindicância, o processo administrativo sumário e o processo

administrativo ordinário serão processados em sigilo, somente tendo

acesso o denunciado e seu advogado ou defensor.

art. 224 - Os autos de sindicância e de processos administrativos ﬁndos

serão arquivados na Corregedoria Geral da Defensoria Pública.

art. 225 - A Comissão Sindicante ou Processante deverá iniciar seus

trabalhos dentro de 05 (cinco) dias de sua constituição.

art. 226 - Não sendo encontrado o sindicado ou processado, a citação será

feita por edital, publicado por 02 (duas) vezes no Diário Oﬁcial do Estado,

com prazo de 15 (quinze) dias para comparecimento, a contar da segunda

e última publicação.

Parágrafo único - Em caso de revelia, o presidente da Comissão designará

um Defensor Público para apresentar defesa por escrito e acompanhar

o processo até o ﬁnal, caso o processado permaneça ausente ou ﬁque

ciente quanto a constituição de patrono de sua livre escolha.

art. 227 - Aplicam-se, subsidiariamente, ao processo disciplinar, as

normas do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia.

SEÇÃO II

Da sinDicÂncia

art. 228 - A sindicância será processada na Corregedoria Geral e terá

como sindicante o Corregedor-Geral da Defensoria Pública.

§

1º - O Corregedor-Geral poderá delegar as funções de sindicante ao

Corregedor Adjunto.

2º - Estando na condição de sindicado o Defensor Público-Geral ou o

§

Corregedor-Geral, a sindicância será processada perante o Conselho

Superior da Defensoria Pública, tendo como sindicante um dos

Conselheiros, escolhido mediante sorteio.

DO REGIME DISCIPLINAR 145



§

§

3º - Da instalação dos trabalhos lavrar-se-á ata resumida.

4º - A sindicância terá caráter reservado e deverá estar concluída dentro do

prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de instalação dos trabalhos, pror-

rogável por igual período, mediante despacho fundamentado do sindicante.

art. 229 - Colhidos os elementos necessários à comprovação do fato e da

autoria, será imediatamente ouvido o sindicado.

art. 230 - Nos 03 (três) dias seguintes à sua oitiva, o sindicado ou seu

advogado poderá oferecer ou indicar as provas de seu interesse, que serão

deferidas a critério do sindicante.

art. 231 - Concluída a produção de provas, o sindicado será intimado para,

dentro de 05 (cinco) dias, oferecer defesa escrita, pessoalmente ou por

advogado, ﬁcando os autos à sua disposição, em mãos do sindicante ou de

pessoa por ele designada.

§

1º - A critério do sindicante, o advogado do sindicado poderá ter vista

dos autos fora da Corregedoria Geral, mediante carga, pelo prazo de até

0

5 (cinco) dias.

§

2º - Decorrido o prazo de que trata este artigo, o sindicante, em 10 (dez) dias,

elaborará relatório, em que examinará os elementos da sindicância e conclui-

rá pela instauração de processo administrativo ou pelo seu arquivamento.

§

3º - Se na sindicância ﬁcarem apurados fatos que recomendem a

disponibilidade ou a remoção compulsória, ambas por interesse público, o

Corregedor-Geral representará para este ﬁm ao Conselho Superior.

SEÇÃO III

Do Processo aDMinisTraTivo sUMário

art. 232 - O processo administrativo sumário, para apuração das faltas discipli-

nares apenadas nos termos dos incisos I, II e III do art. 202 desta Lei, será instau-

rado e conduzido pelo Corregedor-Geral quando o infrator for Defensor Público.

§

1º - O Corregedor-Geral poderá delegar os atos instrutórios ao Cor-

regedor Adjunto.

2º - O Corregedor-Geral designará servidor para secretariar os trabalhos.

§

1

46 Lei 26/2006 atuaLizada



art. 233 - A portaria de instauração deve conter a qualiﬁcação do indiciado, a ex-

posição sumária dos fatos imputados e a previsão legal sancionadora e será ins-

truída com a sindicância, se houver, ou com os elementos de prova existentes.

art. 234 - Compromissado o Secretário da Comissão, autuada a portaria, a

sindicância e os documentos que a acompanha, o Corregedor-Geral delibe-

rará sobre a realização de provas e diligências necessárias à comprovação

dos fatos e da sua autoria, bem como designará a data para a audiência de

instrução, ocasião em que serão ouvidos o indiciado e as testemunhas arro-

ladas pela acusação e pela defesa, até o máximo de 03 (três) para cada uma.

§

1º - O Corregedor-Geral, na audiência referida neste artigo, poderá ouvir

o denunciante, caso entenda que os fatos não foram suﬁcientemente

detalhados na representação.

§

2º - O indiciado será desde logo citado da acusação, recebendo cópia da

portaria e do despacho referido neste artigo.

3º - No prazo de 05 (cinco) dias, contado da citação, o indiciado, pessoal-

§

mente ou por seu advogado, poderá apresentar defesa prévia, com o rol de

testemunhas, oferecendo e especiﬁcando as provas que pretende produzir.

§

4º - Se o indiciado não for encontrado ou furtar-se à citação, será citado

por edital publicado no Diário Oﬁcial do Estado, com prazo de 03 (três) dias.

5º - Se o indiciado não atender à citação e não se ﬁzer representar por advo-

§

gado, será declarado revel, caso em que o Defensor Público-Geral designará,

para promover a defesa, Defensor Público de igual classe ou superior, o qual não

poderá escusar-se da incumbência, sem justo motivo, sob pena de advertência.

§

6º - O processado, seu advogado ou defensor, terá vista dos autos na

Corregedoria Geral.

7º - O Corregedor-Geral determinará a intimação das testemunhas

§

de acusação e de defesa, salvo se, quanto as últimas, houver expressa

dispensa na defesa prévia.

§

8º - O Corregedor-Geral poderá indeferir provas impertinentes ou que

tenham intuito meramente protelatório.

§

9º - O indiciado, depois de citado, não poderá, sob pena de prosseguir o

DO REGIME DISCIPLINAR 147



processo à sua revelia, deixar de comparecer, sem justo motivo, aos atos

processuais para os quais tenha sido regularmente intimado.

§

10 - A qualquer tempo o indiciado revel poderá constituir advogado, que

substituirá o Defensor Público designado como defensor.

art. 235 - Se a autoridade processante veriﬁcar que a presença do

indiciado poderá inﬂuir no ânimo do denunciante ou da testemunha, de

modo que prejudique a tomada do depoimento, solicitará a sua retirada,

prosseguindo na inquirição com a presença de seu advogado ou defensor.

Parágrafo único- Na ocorrência da hipótese prevista nocaput deste artigo,

o fato deve constar do termo da audiência, inclusive com os motivos que

a determinaram.

art. 236 - Concluída a instrução, o indiciado terá o prazo de 10 (dez) dias

para apresentar alegações ﬁnais, por escrito.

art. 237 - A instrução deverá ser concluída no mesmo dia e, não sendo

possível, será designada nova data de audiência, procedendo-se, de logo,

a intimação de todos os interessados.

art. 238 - Finda a instrução, o Corregedor-Geral terá prazo de 15 (quinze)

diasparaproferiradecisãoouelaborarrelatórioconclusivo,encaminhando

os autos ao Conselho Superior.

art. 239 - O processo deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias,

prorrogável por até igual período.

art. 240 - O indiciado será intimado pessoalmente da decisão, salvo se

for revel ou furtar-se à intimação, casos em que será feita por publica-

ção no Diário Oficial do Estado.

SEÇÃO IV

Do Processo aDMinisTraTivo orDinário

art. 241 - O processo administrativo ordinário para apuração das faltas disci-

plinares apenadas nos termos dos incisos IV, V, VI e VII do art. 202 desta Lei,

será presidido pelo Corregedor-Geral, quando o infrator for Defensor Público.

Parágrafo único - O processo administrativo ordinário deverá estar

concluído no prazo de 120 (cento e vinte) dias, prorrogável por igual período.

1

48 Lei 26/2006 atuaLizada



art. 242 - A portaria de instauração de processo administrativo ordinário

será expedida pelo Corregedor-Geral e conterá a qualiﬁcação do indiciado,

a exposição circunstanciada dos fatos imputados, a previsão legal violada,

bem como indicará as provas e diligências necessárias à comprovação dos

fatos e da sua autoria, designará a data para realização do interrogatório e

determinará a citação do indiciado.

Parágrafo único-Na portaria poderão ser arroladas até 08 (oito) testemunhas.

art. 243 - A citação do indiciado será pessoal, com antecedência mínima

de 05 (cinco) dias da data do interrogatório, sendo-lhe entregue cópia da

portaria de instauração do processo.

§

1º - Se o indiciado não for encontrado, ou furtar-se à citação, será citado

por edital publicado no Diário Oﬁcial do Estado, com prazo de 10 (dez) dias.

2º - Se o indiciado não atender à citação e não se ﬁzer representar por advoga-

§

do, será declarado revel, caso em que o Defensor Público-Geral designará, para

promover a defesa, Defensor Público de igual classe ou superior, o qual não po-

derá escusar-se da incumbência, sem justo motivo, sob pena de advertência.

§

3º - O indiciado, depois de citado, não poderá, sob pena de prosseguir o

processo à sua revelia, deixar de comparecer, sem justo motivo, aos atos

processuais para os quais tenha sido regularmente intimado.

§

4º - A qualquer tempo o indiciado revel poderá constituir advogado, que

substituirá o Defensor Público designado como defensor.

art. 244 - O indiciado será interrogado sobre os fatos constantes da

portaria, lavrando-se o respectivo termo.

art. 245 - O indiciado terá prazo de 05 (cinco) dias, contado do interroga-

tório, para apresentar defesa prévia, oferecer e especiﬁcar provas, poden-

do arrolar até 08 (oito) testemunhas.

Parágrafo único- No prazo da defesa prévia os autos poderão ser retirados,

mediante carga, pelo indiciado ou seu advogado.

art. 246 - Findo o prazo para defesa prévia, o Corregedor-Geral designará

data para audiência de instrução, podendo indeferir, fundamentadamente,

as provas desnecessárias, impertinentes ou que tiverem intuito protelatório.

DO REGIME DISCIPLINAR 149



art. 247 - Serão intimados para comparecer a audiência, as testemunhas

de acusação e da defesa, bem como o indiciado, seu advogado ou defensor.

§

1º - As testemunhas serão obrigadas a comparecer às audiências, quando

regularmente intimadas.

2º - As testemunhas serão inquiridas pelo Corregedor-Geral, facultado o

direito de repergunta.

3º - Na impossibilidade de inquirir todas as testemunhas na mesma audiên-

§

§

cia, o Corregedor-Geral poderá, desde logo, designar tantas datas quantas fo-

rem necessárias para tal ﬁm, de onde sairão intimadas para a nova audiência.

art. 248 - Encerrada a produção de provas, será concedido o prazo de 03

(três) dias para requerimento de diligências.

Parágrafo único- Transcorrido este prazo, o Corregedor-Geral decidirá sobre

as diligências requeridas e poderá determinar outras que julgar necessárias.

art. 249 - Concluídas as diligências, o indiciado terá vista dos autos, pelo

prazo de 10 (dez) dias, para oferecer alegações ﬁnais por escrito.

art. 250 - Esgotado o prazo de que trata o artigo anterior, o Corregedor-

Geral, em 15 (quinze) dias, apreciará os elementos do processo,

elaborando relatório, no qual proporá, justiﬁcadamente, a absolvição ou a

punição do indiciado, indicando a pena cabível e o seu fundamento legal,

encaminhando, a seguir, todo expediente ao Defensor Público-Geral, que

proferirá a decisão, no prazo de 20 (vinte) dias.

§

1º - Se o Defensor Público-Geral não se considerar habilitado a decidir,

poderá converter o julgamento em diligência, devolvendo os autos à

Corregedoria Geral da Defensoria Pública, para os ﬁns que indicar, com

prazo máximo de 15 (quinze) dias.

§

2º - Retornando os autos, o Defensor Público-Geral decidirá, no prazo

de 20 (vinte) dias.

art. 251 - O indiciado, em qualquer caso, será intimado da decisão na forma

prevista no art. 222 desta Lei.

art. 252 - Os atos e termos, para os quais não foram ﬁxados prazos em lei,

serão determinados pelo Corregedor-Geral.

1

50 Lei 26/2006 atuaLizada



SEÇÃO V

Do recUrso

art. 253 - Das decisões condenatórias proferidas pelo Defensor Público-

Geral ou pelo Corregedor-Geral caberá recurso, com efeito suspensivo,

para o Conselho Superior da Defensoria Pública, na sua composição plena,

o qual não poderá agravar a pena imposta.

§

1º - O recurso terá efeito meramente devolutivo nos seguintes casos de:

I - Suspensão do Defensor Público, sujeito à pena de demissão;

II - Afastamento do exercício do cargo, imposto pelo Defensor Públi-

co-Geral, na hipótese do art. 221 desta Lei.

§

2º - O recurso deverá ser interposto pelo indiciado, seu advogado ou

defensor, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação da decisão,

por petição dirigida ao Presidente do Conselho Superior, devendo conter,

desde logo, as razões do recorrente.

§

3º - Recebida a petição, o Presidente do Conselho Superior determinará

sua juntada aos autos, salvo se o recurso for intempestivo, caso em que,

certiﬁcado nos autos, mandará devolvê-lo ao subscritor.

§

4º - Em sessão extraordinária convocada pelo Presidente do Conselho

Superior, no prazo de 48 horas do recebimento do recurso, serão

sorteados o relator e o revisor, dentre os membros do Conselho Superior,

dele excluídos o referido Presidente e o Corregedor-Geral, e determinada

nova reunião para 20 (vinte ) dias depois.

§

5º - O processo será entregue na própria sessão ao relator, que terá prazo

de 10 (dez) dias para apresentar o relatório, encaminhando-o, em seguida,

ao revisor, que o devolverá no prazo de 06 (seis) dias ao Conselho Superior,

onde permanecerá para exame dos demais membros.

art. 254-Ojulgamentorealizar-se-ádeacordocomasnormasregimentais,

intimando-se o recorrente da decisão por meio do Diário Oﬁcial do Estado.

DO REGIME DISCIPLINAR 151



SEÇÃO VI

Da revisÃo Do Processo aDMinisTraTivo e Da reabiliTaÇÃo

art. 255 - Admitir-se-á, a qualquer tempo, a revisão de processo disciplinar

de que tenha resultado imposição de pena, sempre que forem alegados fa-

tos ou circunstâncias ainda não apreciados, ou vícios insanáveis do procedi-

mento, que possam justiﬁcar, respectivamente, nova decisão ou anulação.

§

1º - A simples alegação da injustiça da decisão não será considerada

como fundamento para a revisão.

§

§

2º - Não será admitida a reiteração de pedido pelo mesmo fundamento.

3º - A revisão somente será admitida após a preclusão do recurso previsto

no art. 254 desta Lei.

§

4º - A instauração do processo revisional poderá ser requerida pelo

próprio interessado ou, se falecido ou interdito, por seu curador, cônjuge

ou companheiro, ascendente, descendente ou irmão.

§

5º - O pedido de revisão será dirigido ao Conselho Superior, por petição

instruída com as provas que o infrator possuir ou com indicação daquelas

que pretenda produzir, cabendo ao referido Conselho, se o admitir,

determinar o seu apensamento aos autos originais e designar a Comissão

Revisora composta por 03 (três) Conselheiros.

§

6º - O julgamento realizar-se-á de acordo com as normas regimentais.

§

7º - Deferida a revisão, a autoridade competente poderá alterar a

classiﬁcação da infração, absolver o punido, modiﬁcar a pena ou anular o

processo, vedado, em qualquer caso, o agravamento da pena.

§

8º - Julgada procedente a revisão, restabelecer-se-ão em sua plenitude

os direitos atingidos pela punição.

art. 256 - O Defensor Público que houver sido punido disciplinarmente

com advertência ou censura poderá obter do Conselho Superior o can-

celamento das respectivas notas nos assentos funcionais, decorridos 02

(dois) anos do trânsito em julgado da decisão condenatória, salvo se tiver

sofrido nova sanção disciplinar.

1

52 Lei 26/2006 atuaLizada



LIVRO IlI

TÍTULO llI-

Das DisPosiÇÕes finais e TransiTÓrias

art. 257 - revogado.

∙

Art. 257 revogado Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação revogada: ”Art.257 - O Conselho Superior da Defensoria Pública baixará

Resolução, especiﬁcando, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da promulgação

desta Lei, a quantidade de Defensorias Públicas em cada Comarca, bem como o número

de Defensores que atuará em cada uma dessas Defensorias.”∙

art. 258 - Os cargos da Defensoria Pública terão as seguintes denominações:

I - Defensor Público-Geral ou Defensora Pública-Geral, para designar

o dirigente máximo da Defensoria Pública;

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação original: “I - Defensor Público-Geral, para designar o dirigente máximo da

Defensoria Pública;” ∙

II - Defensor Público de Instância Superior ou Defensora Pública de

Instância Superior, para designar o Defensor Público pertencente à

classe de Instância Superior;

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação original: “II - Defensor Público de Instância Superior, para designar o

Defensor Público com atuação junto aos Tribunais;” ∙

III - Defensor Público ou Defensora Pública, para designar o Defen-

sor Público.

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação original: “III - Defensor Público, para designar o Defensor Público com

atuação no 1º grau de jurisdição.” ∙

§

1º - À nomenclatura das unidades defensoriais poderão ser acrescidos,

isolada ou cumulativamente, os nomes da Comarca, da região e do tema

de atuação.

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação original: “§ 1º - A nomenclatura dos cargos de Defensor Público destinados à

Capital do Estado poderá ser acrescida da expressão “da Capital”, ou da designação

da localidade do respectivo foro regional, ou de indicativo das funções, sejam

das disposições finais transitórias 153



especializadas ou não.” ∙

§

2º - A nomenclatura dos cargos de Defensor Público terá a designação da

Classe a que pertençam.

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018. Redação

original: “§ 2º - A nomenclatura dos cargos de Defensor Público destinados ao interior

do Estado terá a designação da sede da Comarca ou da localidade a que pertençam.” ∙

§

3º - Havendo, na mesma Comarca ou região, unidades defensoriais de idênti-

ca nomenclatura, estas serão precedidas por números que indiquem a ordem

de sua criação.

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018. Redação

original: “§ 3º - Havendo, na mesma Comarca ou localidade, cargos com idêntica

nomenclatura, esta será precedida por número que indique a ordem de sua criação.” ∙

§

4º - A designação da Comarca ou da região na nomenclatura da unidade

defensorial ﬁxa o âmbito territorial dentro do qual poderão ser exercidas

as respectivas funções.

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018. Redação

original: “§ 4º - A designação da Comarca ou da localidade na nomenclatura do cargo

ﬁxa o âmbito territorial, dentro do qual poderão ser exercidas as respectivas funções.”∙

§

5º - revogado.

∙

Revogado pela Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação revogada: § 5º - Os cargos de Defensor Público poderão ser:

I - Especializados, quando na sua nomenclatura houver indicativo de espécie de

infração penal, de relação jurídica de direito civil ou de órgão jurisdicional, com

competência deﬁnida, exclusivamente, em razão da matéria;

II - Criminais, quando na sua nomenclatura houver a expressão “Criminal”, sem

distinção da espécie de infração penal ou de órgão jurisdicional, com competência

deﬁnida, exclusivamente, em razão da matéria;

III - Cíveis e de família, quando na sua nomenclatura houver a expressão “Cível ou de

Família”, sem distinção da natureza da relação jurídica de direito civil ou de órgão

jurisdicional com competência deﬁnida, exclusivamente, em razão da matéria;

IV - Cumulativos ou de atribuição plena, quando na sua nomenclatura não houver

qualquer dos indicativos referidos nos incisos anteriores. ∙

§

6º - A todas as unidades defensoriais é atribuída a função de atendimento

ao público, na respectiva área de atuação.

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

1

54 Lei 26/2006 atuaLizada



Redação original: “§ 6º - Aos cargos de Defensor Público é atribuída a função de

atendimento ao público, na respectiva área de atuação.”∙

art. 259 - revogado.

∙

Art. 259 revogado Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação revogada: “ Art.259 - As áreas de atuação dos Defensores Públicos nas

unidades judiciárias e extrajudiciárias, respeitadas as disposições especiais desta Lei,

serão deﬁnidas no Regimento Interno da Defensoria Pública, para efeito de deﬁnição de

titularidade e substituição cumulativa nos processos de remoção e promoção.”∙

art. 260 - revogado.

∙

Art. 260 revogado Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação revogada: “ Art.260 - Poderão ser reorganizadas, mediante decisão

do Conselho Superior da Defensoria Pública, as unidades administrativas das

Defensorias Públicas Especializadas

e

das Defensorias Públicas Regionais,

destinadas a coordenar e prestar auxílio material e técnico às atividades das

Defensorias Públicas locais, acima especiﬁcadas.” ∙

art. 261 - revogado.

∙

Art. 261 revogado Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação revogada: “Art.261 - Aos Defensores Públicos que atuam nas áreas criminal,

cível ou de família são atribuídas todas as funções judiciais e extrajudiciais da

Defensoria Pública, respectivamente, na sua área de atuação, salvo aqueles que, na

mesma Comarca, exerçam atribuição de cargos especializados ou de cargos com

designação de determinada localidade.

Parágrafo único - Os cargos com designação de determinada localidade, sejam

especializados, cumulativos ou de atribuição plena, terão as funções judiciais e

extrajudiciais da Defensoria Pública em correspondência com a competência do

órgão jurisdicional da referida localidade.”∙

art. 262 - Aos cargos cumulativos ou de atribuição plena são conferidas

todas as funções judiciais e extrajudiciais da Defensoria Pública, nas suas

áreas de atuação, respeitadas as limitações previstas no artigo anterior.

art. 263 - Aplicam-se, subsidiariamente, aos Defensores Públicos do

Estado as regras constantes no Estatuto dos Servidores Públicos Civis do

Estado da Bahia.

das disposições finais transitórias 155



art. 264 - O disposto nesta Lei não se aplica aos atuais integrantes do

Conselho Superior da Defensoria Pública, quanto às suas condições de

elegibilidade e ao seu número, até o término dos respectivos mandatos,

observadas as vedações e incompatibilidades previstas em lei.

art. 265 - A Defensoria Pública, por meio de seus órgãos de execução, ﬁca

autorizada a promover a execução de verbas de sucumbência das causas

em que atuar, exceto contra entes públicos da administração pública direta

e indireta, destinando-as ao Fundo de Assistência Judiciária, a ser criado

por lei especíﬁca, cujos recursos serão revertidos em benefício do aperfei-

çoamento e capacitação dos membros e servidores da Defensoria Pública.

∙

Ver também: Lei nº 11.045, de 13 de maio de 2008 - Cria o Fundo de Assistência

Judiciária da Defensoria Pública do Estado da Bahia - FAJDPE/BA, previsto no art.

65 da LC nº 26/2006, e dá outras providências.∙

2

art. 266 - A Defensoria Pública sucederá a Secretaria da Justiça e Direitos

Humanos do Estado, nos convênios e contratos ﬁrmados pelo Estado por

intermédio da referida Secretaria.

art. 267 - O material permanente e os bens imóveis adquiridos com os

recursos da Secretaria da Justiça e Direitos Humanos do Estado, de uso

da Defensoria Pública do Estado, passarão, em conseqüência, a constituir

patrimônio da mencionada Defensoria e serão por ela administrados.

Parágrafo único- Cabe à Secretariada Justiça e Direitos Humanos do Estado

promover o inventário, a baixa no tombamento e a transferência dos bens de

que trata o caput deste artigo, em articulação com os órgãos competentes.

art. 268 - O Defensor Público-Geral, no prazo de 01 (um) ano, contado a partir

da publicação desta Lei, expedirá os atos e baixará as normas necessárias às

adaptações a esta Lei, ressalvados os prazos especiais nela previstos.

art. 269 - Fica mantida a concessão da medalha do mérito da Defensoria Pú-

blica, em razão de relevantes serviços prestados à Instituição, cuja regula-

mentação se dará por Resolução do Conselho Superior da Defensoria Pública.

Parágrafo único - A medalha será conferida pelo voto da maioria absoluta

dos membros do Conselho Superior da Defensoria Pública.

1

56 Lei 26/2006 atuaLizada



art. 270 - O quadro permanente dos membros da Defensoria Pública é o

constante do Anexo I desta Lei Complementar.

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018. Redação

original: “Art. 270 - O quadro permanente dos membros da Defensoria Pública é o

constante do Anexo I desta Lei, que estabelece o quadro “Quantitativo de Cargos” para a

carreira de Defensor Público, bem como a sua correspondente “Tabela de Vencimentos”.∙

Parágrafo único - Os subsídios dos membros da Defensoria Pública têm

os valores constantes do Anexo II desta Lei Complementar, resguardado o

direito individual à não redução dos subsídios.

∙

Parágrafo único acrescido na redação dada pela Lei Complementar nº 46 de 29 de

outubro de 2018. ∙

art. 271 - O quadro permanente de cargos das carreiras de assistente

técnico administrativo e analista técnico é o constante do Anexo III desta

Lei Complementar.

§

1º - As carreiras de que trata o caput deste artigo ﬁcam submetidas ao

regime de 40 (quarenta) horas semanais.

§

2º - A tabela de vencimentos, as atribuições, o ingresso e o

desenvolvimento nas carreiras referidas no caput deste artigo, bem como

outras questões relacionadas com o desempenho funcional, serão ﬁxadas

em lei ordinária especíﬁca, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar

da publicação desta Lei Complementar.

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018. Redação

original: “Art. 271 - Ficam criadas as carreiras de Assistente Técnico-Administrativo

e Analista Técnico, com seus cargos efetivos, dispostos segundo o “Quantitativo

de Cargos”, constante no Anexo II, sob o regime de trabalho de 40 (quarenta) horas

semanais. Parágrafo único - A tabela de vencimentos, as atribuições, o ingresso e

o desenvolvimento nas carreiras referidas no caput deste artigo, bem como outras

questões relacionadas com o desempenho funcional, serão ﬁxadas em lei ordinária

especíﬁca, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação desta Lei.” ∙

art. 272 - O provimento dos cargos de Instância Superior acontecerá gra-

dativamente, conforme a disponibilidade orçamentária, não podendo su-

perar a quantidade de desembargadores no Estado e de acordo com os

seguintes limites:

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

das disposições finais transitórias 157



Redação original: “Art. 272 - Os atuais ocupantes do cargo de Defensor Público ﬁcam

enquadrados nas novas classes da carreira, de acordo com as seguintes regras:” ∙

I - 30 (trinta) cargos, enquanto o quadro total de Defensores for in-

ferior a 350 (trezentos e cinquenta);

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação original: “I - na 1ª classe , os atuais ocupantes da 3ª classe;” ∙

II - 35 (trinta e cinco) cargos, enquanto o quadro total de Defensores

for maior ou igual a 350 (trezentos e cinquenta) e inferior a 450 (qua-

trocentos e cinquenta);

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação original: “II - na 2ª classe, os atuais ocupantes da 2ª classe;”∙

III - 40 (quarenta) cargos, quando o quadro total de Defensores for

maior ou igual a 450 (quatrocentos e cinquenta).

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação original: “III - na 3ª classe , os atuais ocupantes da 1ª classe;”∙

IV - revogado.

∙

IV revogado pela Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação revogada: “ IV - Na classe Especial, os atuais ocupantes da classe Especial.”∙

§

§

1º -revogado.

∙

§ 1º revogado pela Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação revogada: “ § 1º - A ascensão funcional para a classe de Defensor Público

de Instância Superior dar-se-á mediante promoção, realizada entre os ocupantes de

vagas na classe Especial.” ∙

2º -revogado.

∙

§ 2º revogado pela Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação revogada: “§ 2º O tempo de efetivo exercício na classe ocupada anteriormente

ao enquadramento promovido conforme as regras dos incisos I a IV deste artigo,

apurado até a data de início da vigência desta Lei, será computado para efeito de

contagem de interstício de tempo para a promoção por antiguidade.” ∙

art. 273 - Os cargos em comissão da Defensoria Pública do Estado da

Bahia são os constantes do Anexo IV desta Lei Complementar.

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação original: “Art. 273 - Os cargos em comissão da Defensoria Pública do Estado

da Bahia são os constantes do Anexo III que integra esta Lei.” ∙

1

58 Lei 26/2006 atuaLizada



art. 274 - A Tabela dos valores dos símbolos dos cargos em comissão da

Defensoria Pública do Estado da Bahia é a constante no Anexo V desta

Lei Complementar, ﬁcando os valores correspondentes aos símbolos

sujeitos a majorações.

Parágrafo único - Os cargos de cheﬁa, correição, assessoramento e

conﬁança são os constantes do Anexo VI desta Lei Complementar.

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018.

Redação original: “Art. 274 - A Tabela dos Valores dos Símbolos dos cargos em

comissão da Defensoria Pública do Estado da Bahia são ﬁxados no Anexo IV desta

Lei, ﬁcando os valores correspondentes aos símbolos sujeitos a majorações.” ∙

art. 275 - As tabelas de valores constantes dos Anexos I e IV desta Lei já

incorporam o reajuste concedido para o exercício de 2006.

art. 276-As alterações dos Anexos I, II, III, IV, V e VI desta Lei Complementar

serão efetuadas por lei ordinária.

∙

Redação de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018. Redação

original: “Art. 276 - As alterações dos Anexos I, II, III e IV desta Lei serão efetuadas por lei

ordinária, mediante proposta do Defensor Público-Geral ao Chefe do Poder Executivo.” ∙

art. 277 - Aplica-se o disposto nesta Lei ao processo disciplinar

administrativo em curso.

art. 278 - O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia

poderá, mediante o atendimento de critérios pré-estabelecidos, baixar

Resolução, no sentido de reconhecer entidades de representação de

classe, observados os requisitos estabelecidos nesta Lei.

Parágrafo único - Fica reconhecida como entidade de representação de

classe a Associação dos Defensores Públicos do Estado da Bahia - ADEP/BA.

art. 279 - Os cargos de Defensor Público-Geral, Subdefensor Público-Geral,

Corregedor-Geral, Coordenador Executivo de Defensoria, Corregedor

Adjunto e de Coordenador da Escola Superior da Defensoria Pública são

privativos de Defensor Público.

Parágrafo único- Enquanto não for editada a lei a que se refere o parágrafo

único do art. 77 desta Lei, o cargo de Ouvidor da Defensoria Pública poderá

ser exercido por Defensor Público da classe especial.

das disposições finais transitórias 159



art. 280 - Ficam extintos, na estrutura de cargos em comissão da

Secretaria da Justiça e Direitos Humanos - SJDH, os cargos em comissão

alocados na Defensoria Pública do Estado da Bahia, anteriormente unidade

administrativa vinculada àquela Secretaria.

art. 281 - Os atuais ocupantes do cargo de Defensor Público da estrutura

da SJDH passam a compor o quadro de lotação da Defensoria Pública do

Estado da Bahia.

art. 282 - Caberá à Defensoria Pública o gerenciamento do cadastro dos

servidores aposentados que integravam a carreira de Defensor Público.

art. 283 - Até que seja implantado o quadro de pessoal administrativo da

Instituição, as suas atividades poderão ser desenvolvidas por servidores

públicos estaduais de outros órgãos e entidades, colocados à disposição

da Defensoria Pública.

art. 284 - Ficam criadas as gratiﬁcações em Regime de Tempo Integral e

Dedicação Exclusiva - RTI e por Condições Especiais de Trabalho - CET,

respeitados os limites máximos de 150% (cento e cinqüenta por cento) e

1

25% (cento e vinte e cinco por cento) sobre o símbolo, respectivamente,

dirigidas aos ocupantes de cargos em comissão, que serão pagas segundo

a forma e os critérios deﬁnidos em Regulamento, a ser editado pelo

Defensor Público-Geral.

Parágrafo único - As gratiﬁcações de que trata o caput deste artigo são

incompatíveis com a Gratiﬁcação Especial de Produtividade, criada pela

Lei Estadual nº 9.647, de 24 de agosto de 2005, e com a gratiﬁcação

prevista no inciso III do art. 150 desta Lei.

art. 285 - Fica o Poder Executivo autorizado a promover, no prazo de 120

(cento e vinte) dias a partir da entrada em vigor desta Lei, os atos necessários:

I - à regulamentação, instrumentação e adequação decorrentes da

organização promovida por esta Lei;

II - às alterações que se ﬁzerem necessárias no orçamento esta-

dual vigente, bem como as modiﬁcações de natureza orçamentária

1

60 Lei 26/2006 atuaLizada



decorrentes da aplicação desta Lei, inclusive no que diz respeito à

abertura de créditos adicionais;

III - à continuidade dos serviços, até a estruturação deﬁnitiva da au-

tonomia da Defensoria Pública do Estado da Bahia.

art. 286 - O Defensor Público-Geral e os ocupantes de cargos ou funções

da administração superior e dos órgãos de execução e auxiliares,

que se encontrem no exercício de suas normais atribuições na data

imediatamente anterior ao início da vigência desta Lei, permanecerão no

exercício de suas respectivas atribuições, até que os prazos dos cargos

eletivos e de nomeação para os quais foram designados se esgotem.

art. 287 - Aos Defensores Públicos empossados até a data da promulga-

ção da Constituição Federal de 1988 é conferido o direito de exercer a ad-

vocacia particular concomitante ao desempenho de suas funções insti-

tucionais, exceto nos processos onde já funcionaram como membros da

Defensoria Pública.

art. 288 - Os cargos de Defensor público criados e providos na forma do

art. 3º, inciso I e seu parágrafo único, da Lei nº 2.315, de 15 de março de

1

966, constituem quadro suplementar de pessoal da Defensoria Pública

do Estado da Bahia, com os mesmos direitos e vantagens concedidos aos

membros do Ministério Público pela Lei nº 4.264, de 20 de junho de 1984,

cargos esses que serão extintos por vacância.

art. 289 - Ficam ratiﬁcados os atos administrativos, de pessoal e de gestão

ﬁnanceira e orçamentária, praticados pelo Defensor Público-Geral, no

exercício de suas atribuições normais, durante o período compreendido

entre 1º de janeiro de 2006 e a data de publicação desta Lei, decorrentes

da condição de Unidade Gestora conferida à Defensoria Pública pela Lei

nº 9.842, de 27 de dezembro de 2005, quando foi iniciado o processo de

transição para a implementação da sua autonomia, passando a exercê-

la em conformidade com o disposto no § 2º do art. 134 da Constituição

Federal; e no § 1º do art. 144 da Constituição Estadual, com redação dada

pela Emenda nº 11, de 28 de junho de 2005.

das disposições finais transitórias 161



art. 290 - Todos os atos da Defensoria Pública do Estado, sujeitos à

publicação, deverão ser veiculados no Diário Oﬁcial do Estado.

Parágrafo único - Para ﬁns desta Lei Complementar, entende-se como

Diário Oﬁcial do Estado, todo e qualquer Diário editado por qualquer dos

três poderes ou pela Defensoria Pública do Estado da Bahia.

∙

Parágrafo único acrescido pela Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018. ∙

art. 291 - Fica instituída a data de 19 de maio como o “Dia da Defensoria

Pública do Estado da Bahia”.

art. 292 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

art. 293 - Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a

Lei nº 8.253, de 02 de maio de 2002.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 28 de junho de 2006.

PAULO SOUTO

Governador

Ruy Tourinho

secretário de Governo

Ana Lúcia Barbosa Castelo Branco

secretária da administração

1

62 Lei 26/2006 atuaLizada



ANEXOS



aneXo único

aneXo i

QUADRO GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA

Anexo II de acordo com a Lei Complementar nº 46, de 29 de outubro de 2018

classe

carGos

Defensor Público de

Instância Superior

4

0

Defensor Público

de Classe Final

2

50

Defensor Público de

Classe Intermediária

1

50

43

Defensor Público

de Classe Inicial

1

aneXo ii

SUBSÍDIO

Anexo II de acordo com a Lei Complementar nº 39, de 11 de abril de 2014

classe

sUbsÍDio

8.115,57

0.128,58

2.365,27

4.850,50

Defensor Público

de Classe Inicial

1

Defensor Público de

Classe Intermediária

2

Defensor Público

de Classe Final

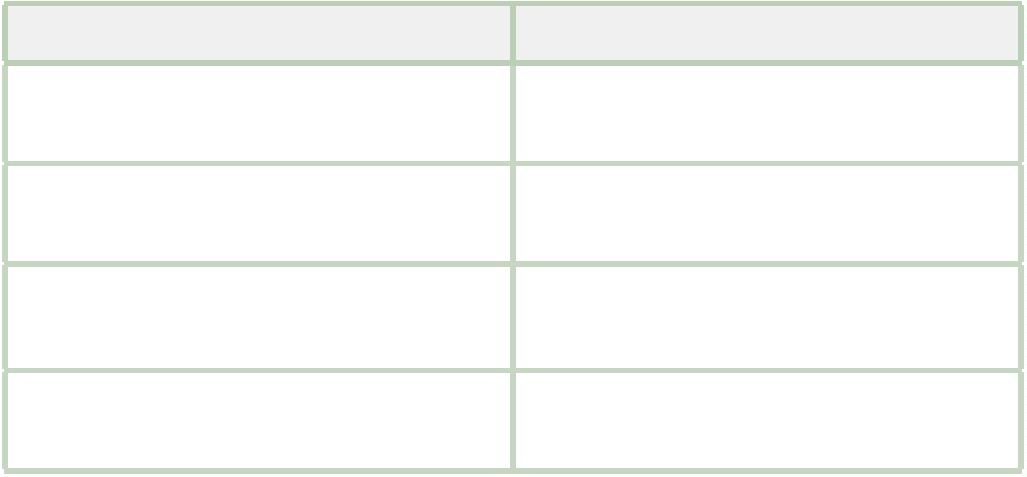
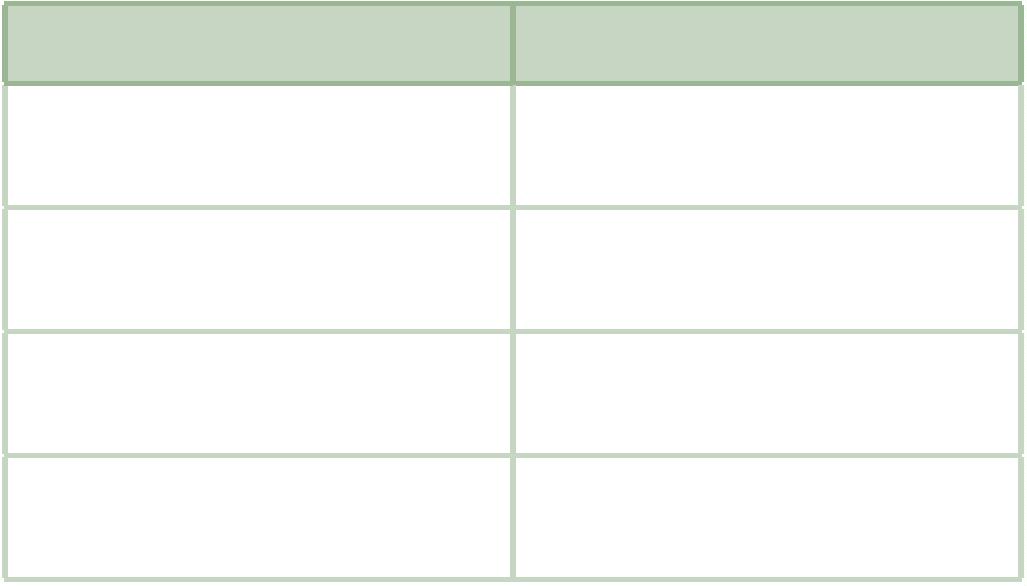
2

Defensor Público de

Instância Superior

2

Anexos 165



aneXo iii

ASSISTENTE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO E ANALISTA TÉCNICO

Anexo II de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018

assisTenTe

Técnico-aDMinisTraTivo

classe

analisTa Técnico

I

20

15

15

10

07

05

II

III

IV

10

05

aneXo iv

QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DA BAHIA

Anexo II de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018

carGo

sÍMbolo

DAS-2B

DAS-2B

QUanTiDaDe

Diretor Geral

Ouvidor Geral

01

01

Coordenador de

Controle Interno

DAS-2B

01

Assessor Especial

Coordenador I

DAS-2C

DAS-2C

DAS-2C

DAS-2D

02

05

03

05

Diretor

Coordenador Técnico

Assessor de

Comunicação Social I

DAS-3

01

Assessor Técnico

Coordenador II

DAS-3

DAS-3

DAS-3

08

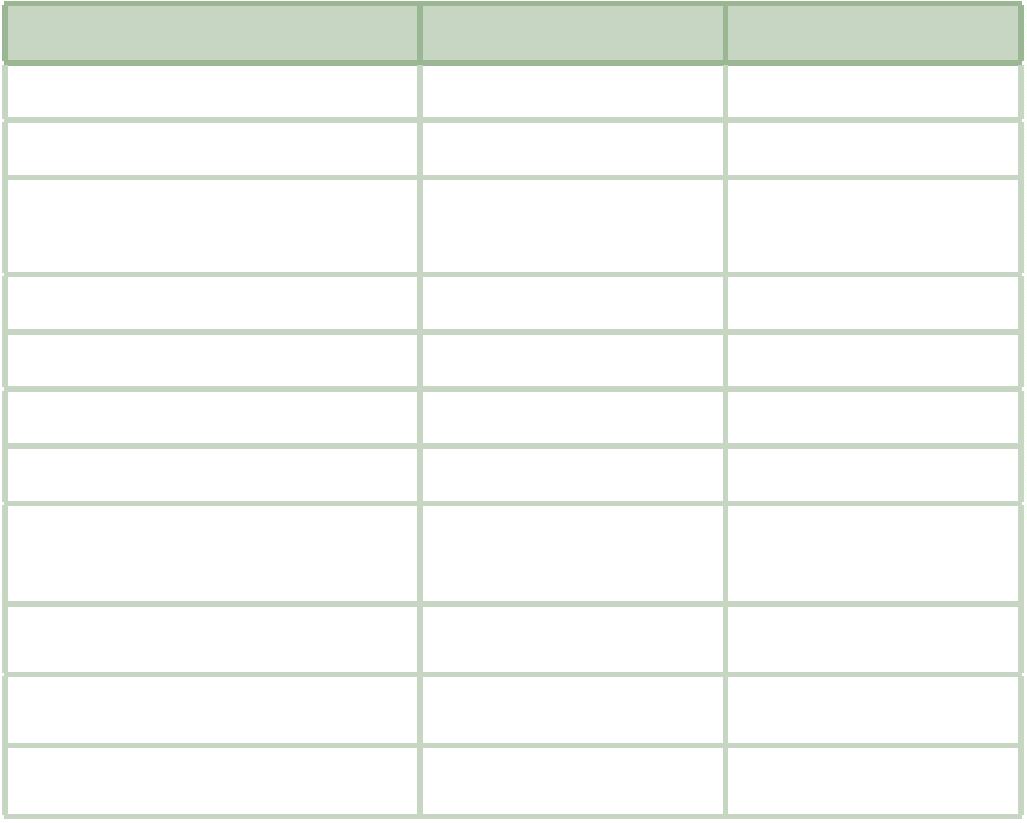
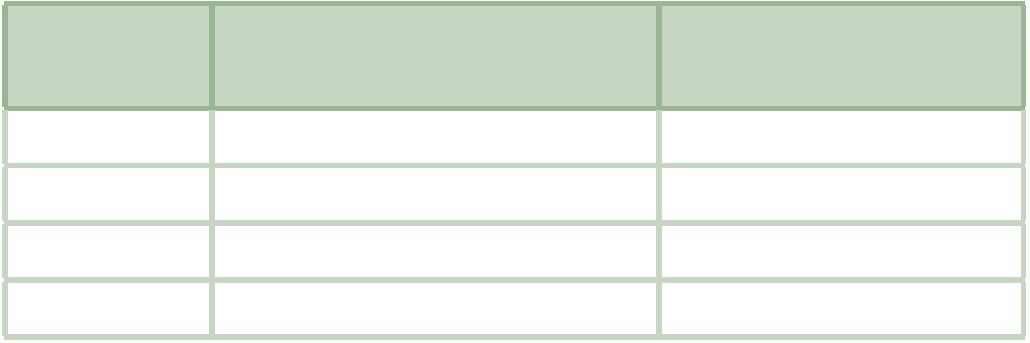
11

Secretário de Gabinete

05

1

66 Lei 26/2006 atuaLizada



carGo

sÍMbolo

QUanTiDaDe

Ouvidor Adjunto

DAS-3

01

Assessor Administrativo

Coordenador III

DAI-4

DAI-4

DAI-4

DAI-5

DAI-5

DAI-5

02

12

Assistente Orçamentário

Coordenador IV

02

03

02

01

Assistente IV

Oﬁcial de Gabinete

Assistente de Execução

DAI-5

01

Orçamentária

Secretário Administrativo I

DAI-5

DAI-6

DAI-6

06

04

04

Coordenador V

Secretário Administrativo II

aneXo v

TABELA DOS VALORES DOS SÍMBOLOS DOS CARGOS EM COMISSÃO

DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA

Anexo II de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018

sÍMbolo

venciMenTo

DAS-2B

DAS-2C

DAS-2D

DAS-3

DAI-4

5.117,63

3.721,91

2.907,74

2.326,19

1.395,76

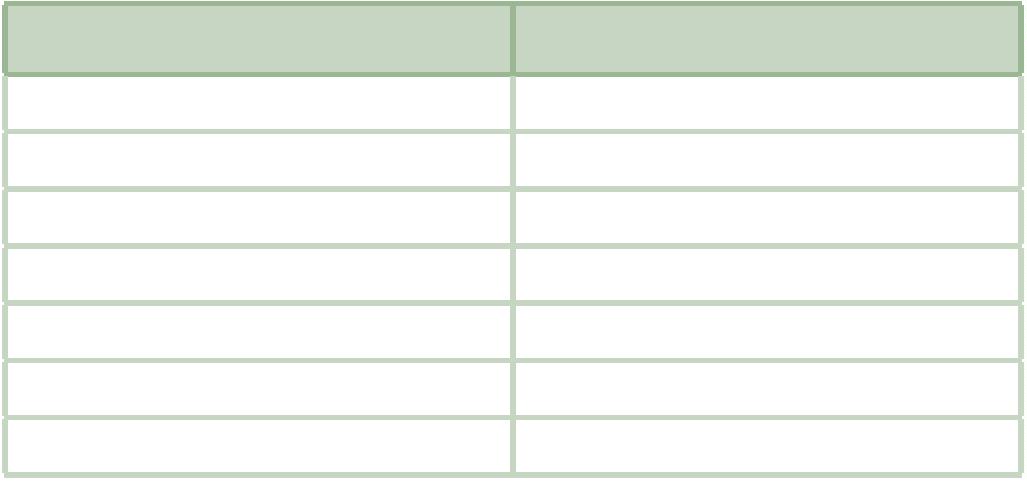
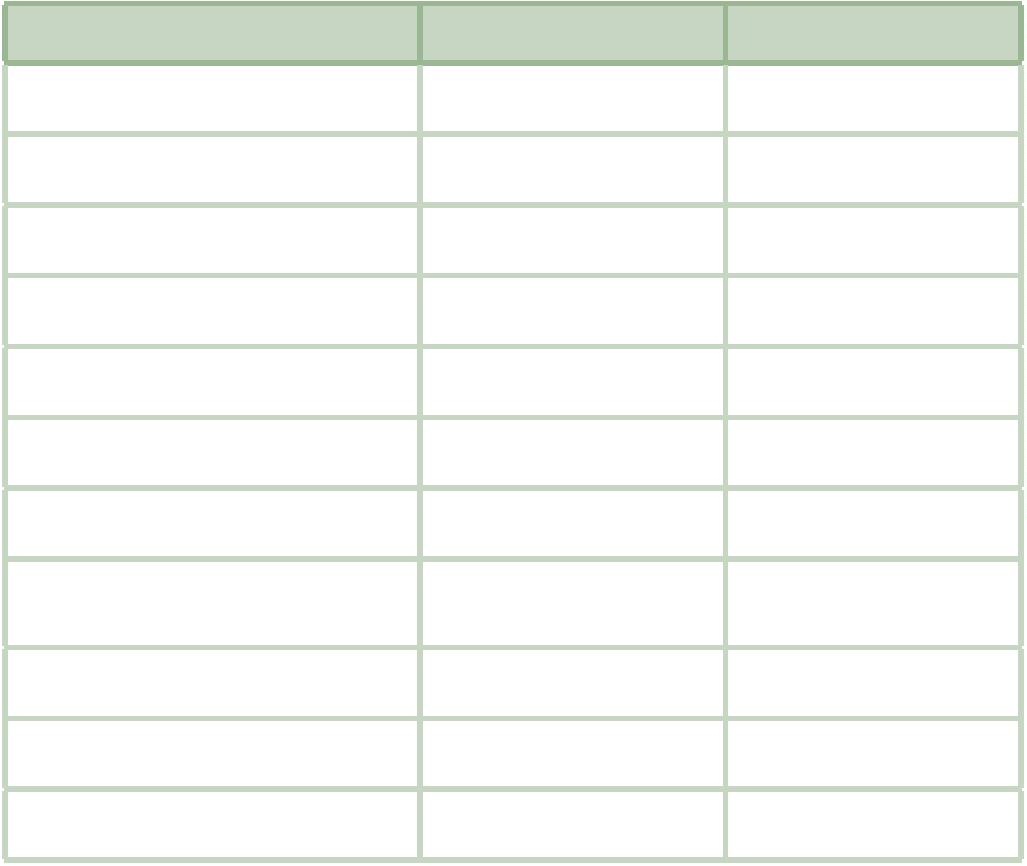
872,51

DAI-5

DAI-6

788,06

Anexos 167



aneXo vi

QUADRO DOS ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR E AUXILIARES

CARGOS E CHEFIAS, CORREIÇÃO, ASSESSORAMENTO E CONFIANÇA

Anexo II de acordo com a Lei Complementar nº 46 de 29 de outubro de 2018

DenoMinaÇÃo

sÍMbolo

Especial

Especial

Especial

núMero

Do carGo

Defensor Público-Geral

01

01

01

Subdefensor Público-Geral

Corregedor Geral da

Defensoria Pública

Corregedor Adjunto da

Defensoria Pública

Especial

Especial

Especial

Especial

01

01

Diretor da Escola Superior

Coordenador Executivo

02

27

Coordenador de Defensoria

Pública Regional

Coordenador de

Defensoria Pública

Especializada

Especial

Especial

20

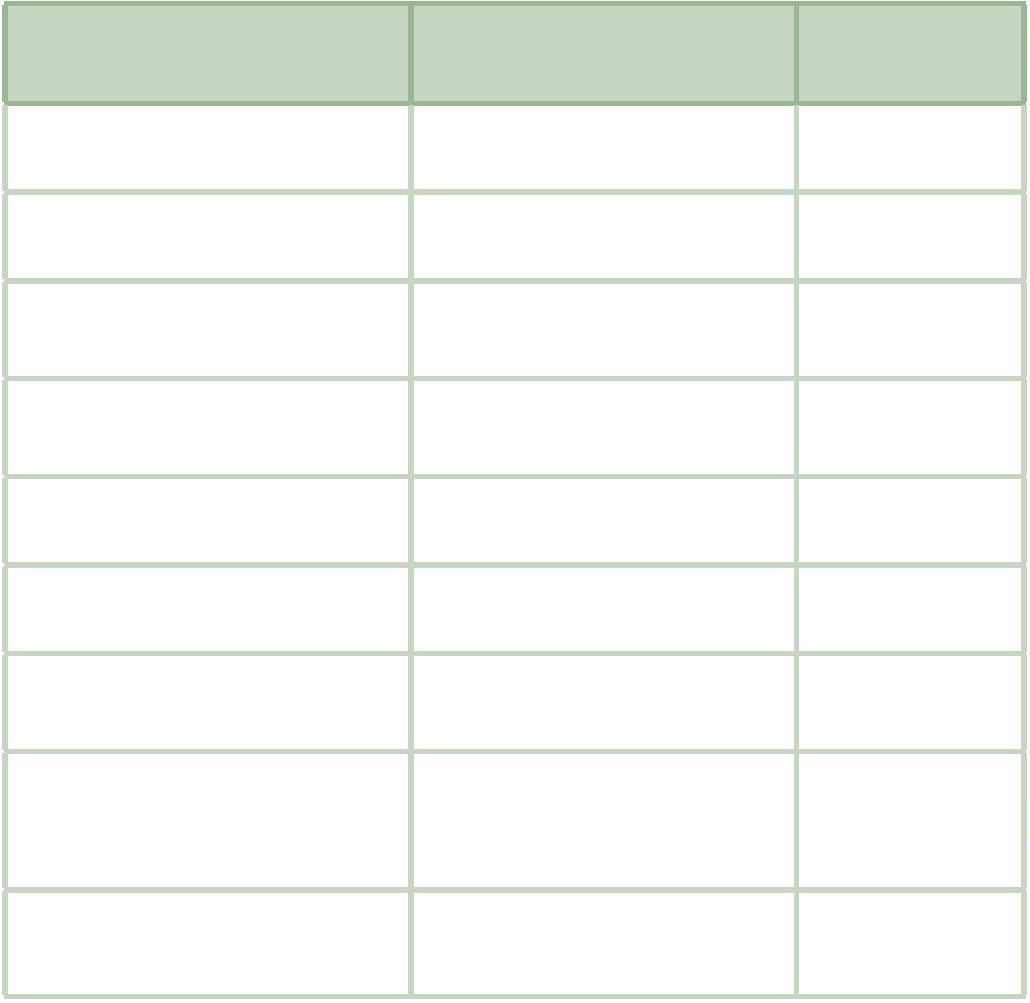
04

Defensor-Assessor

do Gabinete

1

68 Lei 26/2006 atuaLizada



LEI

COMPLEMENTAR

Nº 33/2009



LEI COMPLEMENTAR Nº 33 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2009

Altera a Lei Complementar nº 26 , de 28 de junho de 2006, que dispõe

sobre a Lei Orgânica e o Estatuto da Defensoria Pública do Estado

da Bahia, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembléia

Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

art. 1º - A partir de 01 de setembro de 2011, os Defensores Públicos serão

remunerados sob a forma de subsídio, nos valores que forem ﬁxados em

lei especíﬁca.

§

1º - Para efeito do disposto no caput deste artigo, a partir de 01 de

setembro de 2011, ﬁca suprimida a verba correspondente a Substituição

de Função por Diferença de Entrância.

§

2º - Da aplicação do disposto neste artigo não poderá resultar redução

da remuneração do Defensor Público, ﬁcando assegurada a percepção

da diferença como vantagem pessoal ou parcela constitucional

complementar, nominalmente identiﬁcadas.

art. 2º - No período compreendido entre setembro de 2008 e setembro

de 2011, lei especíﬁca disciplinará a incorporação de gratiﬁcações e

vantagens ao vencimento básico do cargo de Defensor Público.

Parágrafo único - Para efeito do disposto no caput deste artigo, ﬁcam

suprimidas a partir de 01 de setembro de 2008 as seguintes vantagens

atribuídas ao cargo de Defensor Público:

I - gratiﬁcação pelo Exercício Efetivo das Atribuições ? GEAA;

II - gratiﬁcação por Substituição Cumulativa;

III - adicional por Tempo de Serviço;

IV - adicional de Insalubridade ou de Periculosidade.

art. 3º - A percepção do subsídio não excluirá o pagamento das seguintes

verbas:

LEI COMPLEMENTAR 33/2009 171



I - décimo terceiro salário;

II - adicional de férias e o resultante da sua conversão em abono pe-

cuniário;

III - gratiﬁcação pelo exercício de cargo em comissão;

IV - substituição automática a que se refere o artigo 141, § 3º da Lei

Complementar nº 26 , de 28 de junho de 2006.

Parágrafo único - Fica vedado o acréscimo ao subsídio do Defensor

Público de qualquer gratiﬁcação, adicional, abono, prêmio, verba de

representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer

caso, o disposto no art. 37, incisos X, XI, XIV e XV da Constituição Federal.

art. 4º - O § 3º do artigo 141 da , de 28 de junho de 2006, passa a ter a

seguinte redação:

“

art. 141 - (...)

3º - Cabe ao Defensor Público substituto, sem prejuízo de suas funções

§

regulares, responder pelas audiências e prazos em curso, independente

do número de substituições realizadas, cabendo-lhe a percepção de

gratiﬁcação equivalente a 1/3 (um terço) de seu vencimento básico, desde

que tenha exercido período mínimo de 10 (dez) dias em qualquer delas.”

art. 5º - O inciso II do artigo 150 da , de 28 de junho de 2006, passa a ter a

seguinte redação:

“

art. 150 - (...)

II - verba de representação, concedida ao Defensor Público-Geral,

ao Subdefensor Público-Geral, ao Corregedor-Geral, aos Coorde-

nadores Executivos de Defensoria e ao Coordenador da Escola Su-

perior da Defensoria Pública, segundo a aplicação dos índices de,

respectivamente, 40% (quarenta por cento), 30% (trinta por cento),

3

0% (trinta por cento), 20% (vinte por cento) e 20% (vinte por cento)

sobre o vencimento, e ao Corregedor Adjunto e aos Subcoordena-

dores das Defensorias Públicas Especializadas e Regionais segundo

a aplicação do índice de 15% (quinze por cento) sobre o vencimento,

observado o seguinte:”

1

72 Lei 26/2006 atuaLizada



art. 6º - O artigo 153 da , de 28 de junho de 2006, passa a vigorar com a

seguinte redação:

“art. 153 - Os vencimentos dos Defensores Públicos serão ﬁxados por lei

ordinária, observado o disposto no inciso VI do art. 32 desta Lei”.

art. 7º - O artigo 154 da , de 28 de junho de 2006, passa a vigorar com a

seguinte redação:

“art. 154 - No âmbito da Defensoria Pública, ﬁca estabelecido, como limite

máximo de remuneração, os valores percebidos em espécie, a qualquer

título, pelo Defensor Público-Geral, ressalvadas as vantagens de caráter

individual e as de caráter indenizatório.”

art.8º-ApartirdavigênciadestaLeieaténovembrode2010ﬁcamsuspensas

as promoções na carreira de Defensor Público, previstas nos artigos 110 a 112

da Lei Complementar nº 26 , de 28 de junho de 2006.

art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

art. 10 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 05 de fevereiro de 2009.

JAQUES WAGNER

Governador

Eva Maria Cella Dal Chiavon

secretária da casa civil

LEI COMPLEMENTAR 33/2009 173



LEI

ORDINÁRIA

Nº 11.377/2009



LEI Nº 11.377 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2009

Dispõe sobre a organização, estrutura e funcionamento da Ouvidoria da

Defensoria Pública do Estado da Bahia, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembléia

Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

finaliDaDe e coMPeTÊncia

art. 1º - A Ouvidoria da Defensoria Pública, criada pela Lei Complementar

nº 26 , de 28 de junho de 2006, tem por ﬁnalidade receber, encaminhar

e acompanhar as denúncias, reclamações e sugestões dos cidadãos

relativas aos serviços prestados pela Defensoria Pública, competindo-lhe:

I - receber, examinar e encaminhar as reclamações, elogios e de-

núncias feitas por qualquer pessoa, inclusive pelos próprios mem-

bros e servidores da Defensoria Pública, de entidades ou órgãos

públicos, relacionados à qualidade dos serviços prestados pela Ins-

tituição, por seus membros e servidores;

II - encaminhar as reclamações e sugestões, denúncias, solicita-

ções e elogios apresentados à área competente, acompanhando a

tramitação e zelando pela celeridade da resposta;

III - divulgar os serviços da Ouvidoria;

IV - manter contato permanente com as Coordenadorias e com a

Diretoria Geral, objetivando repassar as expectativas e anseios dos

cidadãos, apurados quanto ao serviço, para alcançar sintonia com

os direitos dos usuários;

V - elaborar e divulgar relatórios semestrais sobre as atividades,

apresentando, simultaneamente, propostas para solução de situa-

ções recorrentes, ao Defensor Público-Geral;

VI - prestar esclarecimentos à população sobre os serviços e os de-

veres dos Defensores Públicos e servidores da Instituição, através

de audiências públicas a serem realizadas nas comunidades;

LEI ordInárIa 11.377/2009 177



VII - preservar a identidade do denunciante, sempre que solicitado,

e manter sigilo sobre as informações;

VIII - desenvolver outras atividades de intercâmbio com a sociedade

civil que tenham por ﬁnalidade a otimização do serviço.

CAPÍTULO II

Das aTribUiÇÕes Do TiTUlar Do carGo

art. 2º - Ao Ouvidor da Defensoria Pública do Estado cabe as seguintes

atribuições:

I - coordenar, supervisionar e dirigir a Ouvidoria;

II - buscar a aproximação do cidadão com a Defensoria Pública do

Estado;

III - promover a remessa célere das sugestões, reclamações, elo-

gios ou denúncias recebidas à área competente, acompanhando

sua apreciação;

IV - facilitar o acesso do cidadão à Ouvidoria;

V - identiﬁcar oportunidades de melhoria na prestação dos serviços

da Defensoria Pública do Estado, propondo soluções;

VI - estimular a concretização dos direitos do cidadão usuário dos

serviços da Defensoria Pública do Estado;

VII - organizar os indicadores de avaliação da satisfação do cidadão

quanto aos serviços prestados pela Defensoria Pública do Estado e

divulgar relatórios periódicos;

VIII - garantir resposta ao cidadão quanto à comunicação apresen-

tada, no menor prazo possível, com clareza e objetividade;

IX - atender com cortesia e respeito, afastando-se de qualquer dis-

criminação ou pré-julgamento;

X - zelar pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade,

publicidade e eﬁciência dos serviços institucionais da Defensoria

Pública do Estado;

XI - resguardar o sigilo das informações, quando recebidas com

esse caráter;

1

78 Lei 26/2006 atuaLizada



XII - encaminhar, à área competente, as sugestões, reclamações e de-

núncias que lhe forem apresentadas, acompanhando a sua apreciação;

XIII - participar das reuniões gerais convocadas pelo Defensor Públi-

co-Geral, sempre que convidado;

XIV - ampliar e manter canais de comunicação entre a Defensoria Pú-

blica do Estado e a sociedade civil, expandindo a capacidade do cida-

dão de participar da ﬁscalização e avaliação das ações da Instituição;

XV - deﬁnir critérios para a promoção e o acompanhamento de proce-

dimentos junto aos órgãos atinentes, informando os resultados aos in-

teressados e garantindo ao cidadão orientação, informação e resposta;

XVI - deﬁnir, em articulação com a Assessoria de Comunicação So-

cial - ASCOM, um sistema permanente de comunicação, visando à

divulgação sistemática, à sociedade, de seu papel institucional;

XVII - examinar, propor e promover mecanismos e instrumentos al-

ternativos de coleta das sugestões, reclamações, elogios e denún-

cias, privilegiando os meios eletrônicos de comunicação e a partici-

pação da sociedade civil organizada;

XVIII - identiﬁcar e interpretar o grau de satisfação do cidadão com

a prestação dos serviços postos à disposição;

XIX - sistematizar e consolidar as informações recebidas, através

de relatórios semestrais, ﬁxando e organizando os indicadores de

avaliação da satisfação dos cidadãos quanto ao fornecimento de

informações e prestação de serviços, encaminhando-os ao Defen-

sor Público-Geral;

XX - recomendar ações e medidas, administrativas e legais, neces-

sárias à prevenção e ajuste dos fatos apreciados;

XXI - cientiﬁcar os órgãos da Defensoria Pública do Estado das ques-

tões que lhe forem apresentadas, ou que de qualquer outro modo che-

guem ao seu conhecimento, requisitando informações e documentos;

XXII - criar mecanismos e instrumentos de monitoramento, avalia-

ção e controle dos procedimentos da Ouvidoria;

LEI ordInárIa 11.377/2009 179



XXIII - promover, articular e apoiar outras ações que visem à difusão

e divulgação de práticas de cidadania.

CAPÍTULO III

Da aDMinisTraÇÃo e coMPosiÇÃo Da oUviDoria

art. 3º - Para atingir os seus objetivos, a Ouvidoria da Defensoria Pública

do Estado poderá:

I - realizar, por meio do órgão competente audiências públicas e re-

uniões, com a ﬁnalidade de apurar a procedência ou improcedência

das reclamações e denúncias;

II - solicitar, quando da apuração de reclamações e denúncias rece-

bidas, documentos e informações dos órgãos da Defensoria;

III - estabelecer relações entre organismos da Administração direta

e indireta do Poder Executivo Municipal, Estadual e Federal, atuan-

do na defesa dos direitos e interesses do cidadão;

IV - propor a adoção de medidas para correção dos fatos apurados,

quando julgar necessário.

art. 4º - No exercício de suas atividades, a Ouvidoria se pautará pelos

princípios de transparência, informalidade e celeridade.

art. 5º - A Ouvidoria é órgão auxiliar da Defensoria Pública, atuando em

regime de cooperação com esta, sem relação de hierarquia funcional.

art. 6º - Os demais órgãos que integram a estrutura organizacional da

DefensoriaPúblicadoEstadoprestarãoonecessárioapoioaodesempenho

das atividades da Ouvidoria, inclusive encaminhando as informações e

os documentos que lhe forem solicitados, salvo nos casos em que a Lei

assegure o dever de sigilo.

Parágrafo único - A omissão ou o retardamento injustiﬁcados do

cumprimento das solicitações da Ouvidoria serão comunicados pelo

Ouvidor ao Defensor Público-Geral.

art. 7º - A Ouvidoria da Defensoria Pública será dirigida por um Titular, não

1

80 Lei 26/2006 atuaLizada



integrante do quadro de Defensor Público, para o mandato de 02 (dois)

anos, permitida uma única recondução.

art. 8º - O cidadão indicado para o cargo de Ouvidor deverá atender os

seguintes requisitos:

I - possuir nível superior completo;

II - ter reputação ilibada.

Parágrafo único - O Ouvidor será nomeado por ato do Defensor Público-

Geral publicado no Diário Oﬁcial do Estado.

art. 9º - A Defensoria Pública do Estado será responsável pelos meios

administrativos e ﬁnanceiros necessários ao desenvolvimento das

atividades da Ouvidoria.

art. 10 - A Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado disponibilizará os

meios necessários ao recebimento de elogios, sugestões, reclamações e

denúncias, tais como canal eletrônico e postal de comunicação, telefone

de contato, fac-símile e atendimento presencial.

art. 11 - O Ouvidor da Defensoria Pública, mediante delegação especíﬁca

do Defensor Público-Geral, poderá ﬁrmar parcerias com entidades da

sociedade civil organizada e com órgãos dos Municípios, dos Estados

e do Distrito Federal, através de suas instituições similares, em regime

de cooperação mútua, visando à melhoria da prestação dos serviços da

Defensoria Pública do Estado.

art. 12 - O Ouvidor da Defensoria Pública do Estado poderá criar grupos

de trabalho para atuarem em projetos especíﬁcos, podendo solicitar ao

Defensor Público-Geral servidores da Instituição para esse ﬁm, bem como

viabilizar serviços especializados de consultoria.

art. 13 - O Ouvidor da Defensoria Pública editará normas regulamentando

o funcionamento e expedirá as orientações e procedimentos relacionados

à Ouvidoria.

art. 14 - A Defensoria Pública do Estado da Bahia disponibilizará servidores

para o desempenho de funções de apoio à Ouvidoria.

LEI ordInárIa 11.377/2009 181



art. 15 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

art. 16 - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 06 de fevereiro de 2009.

JAQUES WAGNER

Governador

Eva Maria Cella Dal Chiavon

secretária da casa civil

1

82 Lei 26/2006 atuaLizada



LEI

COMPLEMENTAR

Nº 39/2014



LEI COMPLEMENTAR Nº 39 DE 11 DE ABRIL DE 2014

Altera a Lei Complementar nº 26, de 28 de junho de 2006, que instituiu a Lei

Orgânica da Defensoria Pública do Estado da Bahia, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia

Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

art. 1º - Os arts. 90 e 95 da Lei Complementar nº 26, de 28 de junho de 2006,

passam a vigorar com a seguinte redação:

“art. 90 - A Defensoria Pública compreende o cargo de Defensor Público,

estruturada em carreira e organizada nas seguintes classes:

I - Defensor Público de Instância Superior, com atuação nos Tribunais;

II - Defensor Público de Classe Final, com atuação em Defensorias

junto às Comarcas de Entrância Final;

III - Defensor Público de Classe Intermediária, com atuação em De-

fensorias junto às Comarcas de Entrância Intermediária;

IV - Defensor Público de Classe Inicial, com atuação em Defensorias

junto às Comarcas de Entrância Inicial.”

“art.95-Ocandidatoaprovadoemconcursopúblicodeingressonacarreira

será nomeado para o cargo de Defensor Público de Classe Inicial, com

prerrogativas, vedações, remuneração e vantagens legalmente previstas.”

art. 2º - Aos Defensores Públicos de 2ª e 3ª Classes, cujas Comarcas

foram reclassiﬁcadas para Entrância Inicial, será garantida a permanência

na lista de antiguidade de classe intermediária, nas posições em

que se encontravam na classe originária, para efeito de remoção ou

promoção, preservando-se o número de indicações para compor lista de

merecimento, formada em sessões do Conselho Superior da Defensoria

Pública, anteriores à vigência desta Lei.

art. 3º - Os Defensores Públicos de 1ª Classe, cujas Comarcas foram

reclassiﬁcadas para Entrância Intermediária, manterão suas posições

LEI COMPLEMENTAR 39/2014 185



nas listas de antiguidade vigentes, para efeito de remoção e promoção,

preservando-seonúmerodeindicaçõesparacomporlistademerecimento,

formada em sessões do Conselho da Defensoria Pública, anteriores à

vigência desta Lei.

art. 4º - O quadro permanente dos membros da Defensoria Pública

constante no Anexo I da Lei Complementar nº 26, de 28 de junho de 2006,

que estabelece o quadro “Quantitativo de Cargos” para a carreira de

Defensor Público, passa a ser o constante do Anexo I desta Lei.

art. 5º - Os ocupantes do cargo de Defensor Público ﬁcam enquadrados

nas novas classes da carreira de acordo com as seguintes regras:

I - na Classe Inicial, os atuais ocupantes da 1ª Classe;

II - na Classe Intermediária, os atuais ocupantes da 2ª e 3ª Classes;

III - na Classe Final, os atuais ocupantes da Classe Especial.

§

1º - O tempo de efetivo exercício na classe ocupada anteriormente ao

enquadramento promovido pelo caput deste artigo, apurado até a data de

vigência desta Lei, será computado para efeito de contagem de interstício

de tempo para a promoção, disciplinado no art. 110 da Lei Complementar

nº 26, de 28 de junho de 2006.

§

2º - Os Defensores Públicos ocupantes da 3ª Classe precederão aos

Defensores Públicos de 2ª Classe na formação da lista de antiguidade da

Classe Intermediária.

art. 6º - Ocorrendo abertura de vagas na Comarca de Entrância

correspondente à nova Classe em que for enquadrado o Defensor Público,

estas serão prioritariamente preenchidas pelo Defensor Público que se

encontrar em uma das situações descritas nos arts. 2º e 3º desta Lei,

observada a antiguidade na classe.

art. 7º - Os subsídios dos cargos de Defensor Público ﬁcam enquadrados

nas novas Classes da carreira de acordo com as seguintes regras:

I - Defensores Públicos de Instância Superior manterão os subsídios

praticados para os atuais Defensores Públicos de Instância Superior;

1

86 Lei 26/2006 atuaLizada



II - Defensores Públicos de Classe Final perceberão os subsídios

praticados para os Defensores Públicos de Classe Especial;

III - Defensores Públicos de Classe Intermediária perceberão os

subsídios praticados para os Defensores Públicos de 3ª Classe;

IV - Defensores Públicos de Classe Inicial perceberão os subsídios

praticados para os Defensores Públicos de 2ª Classe.

art. 8º - Os subsídios dos ocupantes de cargos da carreira de Defensor

Público do Estado da Bahia passam a ser os constantes do Anexo II desta Lei.

Parágrafo único - As alterações subsequentes no valor do subsídio

deverão obedecer ao disposto no art. 153 da Lei Complementar nº 26, de

2

8 de junho de 2006, observada a diferença de 10% (dez por cento) de uma

classe para outra.

art. 9º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta dos recursos

orçamentários próprios, ﬁcando o Poder Executivo autorizado a promover

as alterações que se ﬁzerem necessárias.

art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 11 de abril de 2014.

JAQUES WAGNER

Governador

Carlos Mello

secretário da casa civil em exercício

Edelvino da Silva Góes Filho

secretário da administração

LEI COMPLEMENTAR 39/2014 187



aneXos

aneXo i

DEFENSOR PÚBLICO

classe

carGos

Defensor Público de

Instância Superior

23

Defensor Público

de Classe Final

2

30

30

Defensor Público de

Classe Intermediária

2

Defensor Público

de Classe Inicial

1

00

Total de cargos

583

aneXo ii

SUBSÍDIO

classe

sUbsÍDio

Defensor Público

de Classe Inicial

1

8.115,57

0.128,58

2.365,27

4.850,50

Defensor Público de

Classe Intermediária

2

Defensor Público

de Classe Final

2

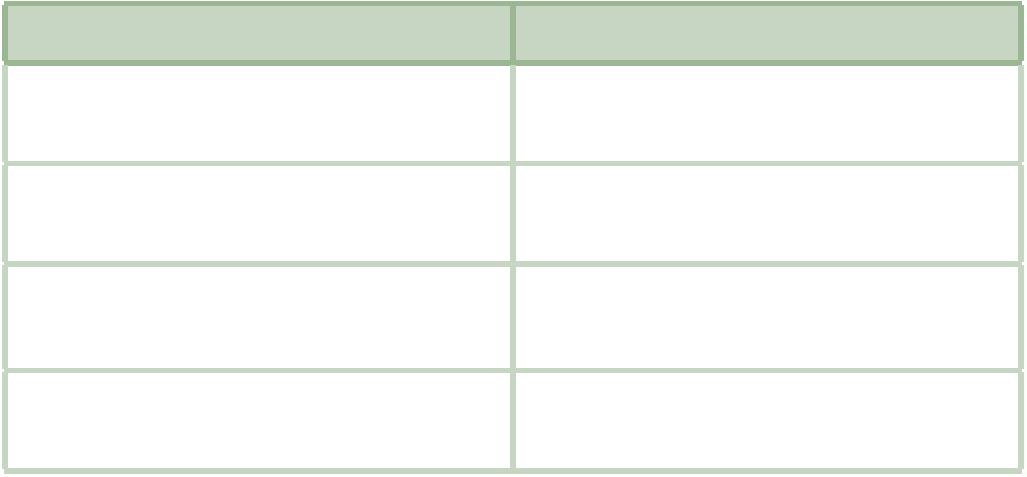
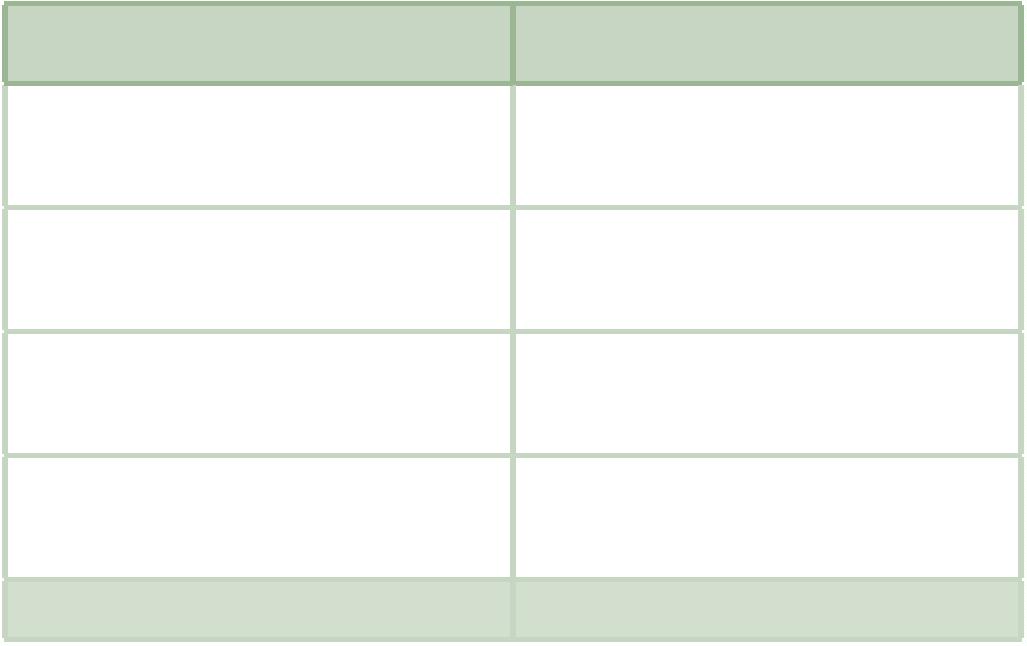
Defensor Público de

Instância Superior

2

1

88 Lei 26/2006 atuaLizada



LEI

COMPLEMENTAR

Nº 46/2018



LEI COMPLEMENTAR Nº 46 DE OUTUBRO DE 2018

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 26, de 28 de junho de 2006,

que dispõe sobre a Lei Orgânica e o Estatuto da Defensoria do

Estado da Bahia e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a

Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os arts. 13, 32, 66, 90, 92, 105, 108, 110, 111, 113, 114, 117, 119, 121, 122,

1

2

24, 140, 143, 150, 152, 153, 161, 173, 175, 258, 270, 271, 272, 273, 274, 276 e

90 da Lei Complementar nº 26, de 28 de junho de 2006, passam a vigorar

com a seguinte redação:

“

Art. 13 - (…)

V- Coordenadoria de Controle Interno.” (NR)

“

Art. 32 - (...)

VI- Revogado

(…)

XVI - Elaborar e submeter ao Conselho Superior da Defensoria Pú-

blica a proposta orçamentária, para posterior encaminhamento ao

Poder Executivo;

(...)

XXIV - Expedir ato sobre a seleção para ingresso de estagiários de

Direito na Instituição, proclamar o resultado e celebrar o contrato

com os aprovados;

(...)

XXXI - Designar membros da Defensoria Pública do Estado da Bahia

para o exercício de suas atribuições em unidade defensorial diversa

daquela de sua lotação ou, em caráter excepcional, perante Juízo, Tri-

bunais ou Ofícios diferentes dos estabelecidos para cada categoria;

LEI COMPLEMENTAR 45/2018 191



(...)

XXXIV - Designar membros da Defensoria Pública do Estado da

Bahia para:

a) Exercerem as funções de Coordenadores Executivos das De-

fensorias Públicas Especializadas ou Regionais, e de Coordena-

dores das Defensorias Públicas Especializadas ou Regionais;

b) Assegurar a continuidade dos serviços, em caso de vacância,

afastamento temporário, ausência, impedimento ou suspeição

de titular de cargo, na forma desta Lei Complementar, respeitada

a Defensoria Pública Especializada e a região de atuação do ór-

gão, depois de esgotada a lista de substituição;

c) Integrar organismos estatais relativos aos princípios e às fun-

ções da Defensoria Pública do Estado da Bahia;

d) Dar plantões noturnos ou em ﬁnais de semana e feriados, em ra-

zão de medidas urgentes, assegurados os direitos constitucionais;

e) Funcionar em feito determinado;

f) Garantir atuação da Defensoria Pública do Estado da Bahia no

sistema penitenciário do Estado;

g) Atuar em conselhos de direitos, conselhos tutelares, grupos de

trabalho e comissões, afetos às funções da Defensoria Pública do

Estado da Bahia;

h) Atuar na sede de Tribunais Superiores ou de Organismos Inter-

nacionais de Proteção aos Direitos Humanos;

i) Atuar em grupos de trabalho. (...)

XLII - Homologar e decidir sobre as escalas de férias e de atuação

em plantões propostas pelas Coordenadorias Executivas das De-

fensorias Públicas Especializadas e Regionais; (...)

LIII - Apresentar ao Conselho Superior da Defensoria Pública a cria-

ção das unidades defensoriais, acompanhando a variação do qua-

dro de defensores públicos e defensoras públicas, prioritariamen-

te atendendo as regiões com maiores índices de exclusão social e

adensamento populacional;

1

92 Lei 26/2006 atuaLizada



LIV - Propor ao Conselho Superior da Defensoria Pública a modiﬁ-

cação ou a extinção das unidades defensoriais, quando oportuno e

conveniente, para possibilitar o melhor atendimento das regiões com

maiores índices de exclusão social e adensamento populacional.

Parágrafo único - As funções indicadas nos incisos V, VII, XI, XII, XIII,

XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI, XXIII, XXV, XXVI, XXVII, XXVIII, XXIX,

XXX, XXXIII, XXXIV, XXXV, XXXVI, XLIV, XLVI, XLVII, XLVIII, XLIX, L, LIII e LIV

do caput deste artigo não poderão ser delegadas.” (NR)

“

Art. 66 – As Defensorias Públicas Regionais, em número de 06 (seis)

a 27 (vinte e sete), delimitadas e organizadas por proposta do Defensor

Público-Geral, aprovada pelo Conselho Superior da Defensoria, entrarão

em funcionamento, à medida que se implementem as condições orça-

mentárias, levando-se em consideração, sempre que possível, os terri-

tórios de identidade.

Parágrafo único - As Defensorias Públicas Regionais serão providas

de serviços auxiliares destinados a dar suporte administrativo ao

funcionamento e ao desempenho das atribuições dos Defensores Públicos

e serão ordenadas por ato do Defensor Público-Geral. ” (NR)

“

Art. 90 - (...)

1º - Os Defensores Públicos de qualquer classe poderão ser designados

§

para atuar nas cidades sedes de Tribunais Superiores ou de Organismo

Internacional de Proteção aos Direitos Humanos.

§

2º - Os Defensores Públicos de qualquer classe poderão ter atribuição

de atuar em processos administrativos.

§

3º - O candidato aprovado no concurso de ingresso na carreira

será nomeado para o cargo de Defensor Público Inicial, com lotação em

qualquer unidade defensorial, que é a menor unidade de atuação funcional

individual no âmbito da Defensoria Pública do Estado da Bahia.

§

4º - As vagas abertas para Promoção ou Remoção deverão observar

os critérios estabelecidos no § 2º do art. 98 do Ato das Disposições

Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.” (NR)

LEI COMPLEMENTAR 45/2018 193



“

Art. 92 - (...)

3º - A abertura do concurso público será determinada pelo Defensor

§

Público-Geral, através de edital publicado no Diário Oﬁcial ou na imprensa

oﬁcial, contendo o prazo de inscrição, o número de cargos que deverão

ser preenchidos, previsão do cronograma de realização das provas e os

demais requisitos previstos nesta Lei Complementar.

§

4º - É obrigatória a reserva de 05% (cinco por cento) das vagas

abertas para o ingresso, por meio de concurso público, para pessoas com

deﬁciência, vedado o arredondamento inferior, a não ser para evitar a

superação do limite máximo.

§

4º-A - Fica instituída a reserva de vagas para a população negra e

indígena, nos concursos públicos e processos seletivos, correspondendo

respectivamente a 30% (trinta por cento) e 02% (dois por cento) das vagas a

serem providas, cujos critérios serão estabelecidos pelo Conselho Superior.

§

5º - Durante o prazo de validade do concurso público, obedecida a ordem

de classiﬁcação, poderão ser nomeados os candidatos aprovados que não

foram classiﬁcados dentro do número de vagas inicialmente oferecidas.

§

6º As questões de prova compreenderão obrigatoriamente as

seguintes matérias, podendo o Regulamento do concurso público incluir

outras matérias atinentes às atividades desenvolvidas pela Defensoria

Pública do Estado:

I - Direitos Humanos;

II - Direito Constitucional;

III - Direito Penal;

IV - Direito Processual Penal;

V - Criminologia;

VI - Direito Civil;

VII - Direito do Consumidor;

VIII - Direito Processual Civil;

IX - Direito da Criança e do Adolescente;

X - Direito Administrativo;

1

94 Lei 26/2006 atuaLizada



XI - Princípios e Atribuições Institucionais da Defensoria Pública do

Estado da Bahia;

XII - Filosoﬁa do Direito e Sociologia Jurídica;

XIII - Aspectos da constituição e formação da população e da histó-

ria da Bahia.” (NR)

“

Art. 105 – Cada Defensor Público será lotado em uma unidade

defensorial, na qual será assegurada a prerrogativa de inamovibilidade.

§

1º - A quantidade de unidades defensoriais abertas será igual à

quantidade de Defensores Públicos, podendo ser maior, para atender ao

interesse público de provimento por substituição cumulativa, observando as

regiões com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional.

§

2º - A criação, a transformação e a extinção de unidades defensoriais

observarão, prioritariamente, a necessidade do serviço nas regiões com

maiores índices de exclusão social e adensamento populacional.

§

3º - A criação, transformação e extinção de unidades defensoriais exige

a demonstração de compatibilidade com a futura expansão da Instituição,

de modo que não represente concentrações desproporcionais e não cause

prejuízos ao acesso à justiça, à interiorização e à continuidade dos serviços.

§

4º - Até o cumprimento do § 1º do art. 98 do Ato das Disposições

Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, no mínimo metade

das novas unidades defensoriais a serem criadas para provimento por

titularidade deverão ter atuação em comarcas sem unidades desta

espécie, realizando-se as veriﬁcações a cada grupo de 50 (cinquenta).”

(NR)

“Art. 108 - O Defensor Público-Geral lotará os novos defensores nas unida-

des defensoriais abertas vagas e não destinadas a cobertura por substituição

cumulativa, nas quais exercerão sua titularidade, respeitando o direito de es-

colha segundo a ordem classiﬁcatória do concurso de ingresso na carreira.

§

1º - Perderá o direito de escolha o candidato que não o exercer na data

ﬁxada, cabendo, neste caso, ao Defensor Público-Geral, indicar, após as de-

mais escolhas, em qual Unidade Defensorial ele será lotado.

LEI COMPLEMENTAR 45/2018 195



§

2º - A prova da assunção ao cargo será feita mediante a apresentação de

“Termo de Assunção”, lavrado em livro próprio da Defensoria Pública, por outro

Defensor Público, preferencialmente o coordenador, ou, na falta, por servidor

da Defensoria Pública, e ﬁrmado pelo Defensor Público assuntor na unidade

defensorial.” (NR)

“Art. 110 - A promoção será sempre voluntária e far-se-á, alternada-

mente, pelo critério de antiguidade e merecimento, de uma para outra

classe mais elevada da carreira, após 02 (dois) anos de efetivo exercício

na classe e integrar, o defensor, a primeira quinta parte da lista de anti-

guidade, dispensados tais requisitos, se não houver quem os preencha

ou se quem os preencher recusar a promoção. (...)

§

2º- A - A promoção não implica mudança de Unidade Defensorial,

exceto quando se der para a Instância Superior. (...)

§

4º (...)

VIII - Tempo de cumulação não remunerada de funções;

IX - Atuação em projetos institucionais;

X – Elaboração e execução de projetos institucionais;

§

5º - Os membros do Conselho Superior da Defensoria Pública que

pretendem concorrer à promoção por merecimento, ﬁcarão impedidos de

participar das discussões e votações que cuidem desta matéria, hipótese

em que devem ser convocados os seus substitutos. (...)

§

8º - Nas hipóteses de promoção por merecimento, não haverá recom-

posição das quintas partes da lista de antiguidade, só podendo concorrer os

integrantes das quintas partes subsequentes se não houver, na quinta parte

imediatamente anterior, candidato concorrendo ao cargo. ” (NR)

“

Art. 111 - A antiguidade será apurada na classe da carreira.

1º - Revogado.

§

§

2º - Ocorrendo empate na classiﬁcação por antiguidade, terá

preferência, sucessivamente:

1

96 Lei 26/2006 atuaLizada



(...)

II – O que tiver mais tempo de serviço público do Estado da Bahia;

III - revogado

IV - revogado

V - O que tiver mais tempo de serviço público geral;

VI - O mais idoso;

VII - O melhor classiﬁcado no concurso de ingresso na Defensoria

Pública da Bahia.

§

3º - O desempate entre Defensores Públicos da classe inicial da

carreira, com o mesmo tempo de serviço, far-se-á segundo a classiﬁcação

obtida no concurso de ingresso.” (NR)

“

Art. 113 - A remoção é o deslocamento do Defensor Público dentre as uni-

dades defensoriais, podendo ser voluntária, compulsória ou por permuta.

1º- Apenas os defensores públicos da Instância Superior podem ser

§

removidos para unidades defensoriais com atribuição para atuar junto ao

Tribunal de Justiça.

§

2º- É facultada a renúncia da remoção a pedido, no prazo

correspondente à assunção na nova unidade defensorial na qual atuará,

ﬁcando o defensor público impedido, neste caso, de concorrer a nova

remoção ou promoção pelo período de 02 (dois) anos.

§

3º- Na hipótese de processo de remoção através do modelo de oferta

sucessiva das vagas, a renúncia de qualquer candidato acarretará a

anulação dos resultados.” (NR)

“Art. 114 - A remoção a pedido far-se-á mediante requerimento ao

Defensor Público-Geral, nos 15 (quinze) dias seguintes à publicação, no

Diário Oﬁcial, do aviso de existência de vaga.

§

1º - Findo o prazo ﬁxado no caput deste artigo e, havendo mais de um

candidato à remoção, será removido o mais antigo na classe e, ocorrendo

empate, sucessivamente, o mais antigo na carreira, no serviço público do

Estado, no serviço público em geral, o mais idoso e o mais bem classiﬁcado

no concurso para ingresso na Defensoria Pública.

LEI COMPLEMENTAR 45/2018 197



§

2º - Havendo concorrência entre candidatos de classes distintas, terá

preferência sempre o de classe mais elevada.

3º – O Defensor Público-Geral poderá condicionar o início do período de

trânsito à possibilidade de suprimento da vaga por outro defensor público.

4º - Nos concursos de remoção, o Conselho Superior da Defensoria

§

§

Pública poderá regulamentar a oferta imediata e concomitante das vagas

abertas durante o certame.

§

5º - O regulamento previsto no § 4º deste artigo possibilitará a

habilitação por ordem de preferência.

6º - Na elaboração do regulamento previsto no § 4º deste artigo,

§

o Defensor Público-Geral poderá indicar unidades defensoriais que

serão extintas na hipótese de remoção do titular, as novas unidades

que serão criadas nos seus lugares ou as unidades que deixarão de ser

providas por substituição cumulativa.

§

7º – Nos concursos de remoção a pedido, o prazo de desistência pode

correr concomitantemente ao período de inscrições.” (NR)

Art. 117- Na existência de cargos vagos, a serem ocupados por

“

promoção, ouunidadesdefensoriaisvagasaseremocupadasporremoção,

o Conselho Superior, por meio de seu Presidente, fará publicar, no Diário

Oﬁcial, o edital de inscrição dos candidatos. (…)

§

4º - O processo de promoções para a Classe de Instância Superior só

poderá ser aberto quando, após o surgimento da vaga, houver a reposição

da vaga aberta pela entrada de mais um Defensor Público nos quadros da

Defensoria Pública do Estado da Bahia.

§

5º - São vedadas a promoção durante o estágio probatório e a

promoção por salto.

§

6º - Não sendo possível disponibilizar todas as vagas para remoção

ou promoção, ou existindo mais unidades defensoriais que defensores,

caberá ao Defensor Público-Geral deﬁnir quais vagas serão oferecidas e

quais unidades serão providas por substituição cumulativa.” (NR)

“Art. 119 - (…)

1

98 Lei 26/2006 atuaLizada



Parágrafo único - O edital mencionará se a promoção será feita pelo

critério de merecimento ou de antiguidade.” (NR)

“Art. 121 - Encerrado o prazo de inscrições para concursos de promo-

ção, a lista dos inscritos será aﬁxada em local visível e publicada no Diário

Oﬁcial do Estado, concedendo-se prazo de 03 (três) dias para impugna-

ções, reclamações e desistências. ” (NR)

“Art. 122 -Findo o prazo para impugnações, reclamações e desistências,

com o pronunciamento da Corregedoria Geral, o Conselho Superior terá 03

(três) dias para exame e, em sua primeira reunião, indicará 03 (três) nomes,

quando se tratar de promoção por merecimento. (...)

§

2º - (...)

II – Não tenham sido removidos por permuta, no período de 01 (um)

ano anterior à elaboração da lista; (...) ” (NR)

“

Art. 124 - O concurso de remoção na Instância Superior precede,

obrigatoriamente, ao de promoção para a Instância Superior. (...) ” (NR)

Art. 140- (...)

“

II - Por Defensor Público, mediante convocação regular;

III - Por Defensor Público designado pelo Defensor Público-Geral,

para exercício cumulativo de atribuições, prioritariamente através

de rodízio e de acordo com a proximidade temática, de modo a ga-

rantir a continuidade ou a adequação dos serviços, quando a substi-

tuição não puder ser feita de outra forma.

Parágrafo único. Somam-se para aferição de tempo, as substituições

contínuas e ininterruptas, ainda que decorrentes de motivos distintos.” (NR)

“Art. 143- A substituição cumulativa dar-se-á quando o Defensor Público

responder por mais de uma Unidade Defensorial, pelo que perceberá

gratiﬁcação com valor equivalente a 1/3 (um terço) do seu subsídio, por mês,

independentemente do número de substituições realizadas.

§

1º- O Conselho Superior editará ato sobre o procedimento das

substituições cumulativas, estabelecendo sempre que possível o regime

de rodízio e priorizando as cumulações que guardem proximidade temática

LEI COMPLEMENTAR 45/2018 199



e a vinculação ao território de identidade, após o que o Defensor Público-

Geral procederá às designações.

§

2º- O exercício da substituição cumulativa, quando veriﬁcado pelo

Conselho Superior o inequívoco interesse público, a sua viabilidade, a

impossibilidade e o suprimento da demanda de outra forma e a inexistência

de interessados voluntários, é dever do defensor público.

§

3º - Não será devida a gratiﬁcação nas seguintes hipóteses:

I - Substituição em feitos determinados;

II - Atuação conjunta de membros da Defensoria Pública;

III - Atuação em regime de plantão;

IV - Atuação durante período de recesso ou férias coletivas.” (NR)

“Art. 150 - Os vencimentos percebidos pelos ocupantes de cargos e

funções da Defensoria Pública do Estado da Bahia estão sujeitos ao teto

constitucional previsto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal.

I - Revogado.

II - Revogado.

III - Revogado.

§

§

1º - Revogado. (...)

3º-Ficamexcluídasdaincidênciadotetoremuneratório-constitucional

as seguintes verbas:

I - de caráter indenizatório, previstas em lei:

a) ajuda de custo para mudança e transporte;

b) auxílio-alimentação;

c) auxílio-moradia;

d) diárias;

e) indenização de férias não gozadas;

f) indenização de transporte;

g) gratiﬁcação natalina;

h) gratiﬁcação de férias;

2

00 Lei 26/2006 atuaLizada



i) outras parcelas indenizatórias previstas em lei.

II - benefícios percebidos de planos de previdência instituídos por

entidades fechadas, ainda que extintas;

III - devolução de valores tributários ou contribuições previdenciá-

rias indevidamente recolhidos.

§

4º - A concessão do auxílio-moradia, na forma e nos limites a serem

deﬁnidos em ato do Defensor Público-Geral, somente será devida em caso

de exercício de cargo de cheﬁa, correição, assessoramento ou conﬁança

que exꢀa residência em local distinto da lotação, bem como quando houver

designação para atuação em sede de Tribunais Superiores ou Organização

Internacional de Proteção aos Direitos Humanos fora do Estado da Bahia,

desde que o cônjuge ou o companheiro residente no mesmo local não receba

auxílio-moradia de qualquer ente público.

§

5º - Não podem exceder o valor do teto remuneratório, embora não se so-

mem entre si nem com a remuneração do mês em que se der o pagamento:

I - adiantamento de férias;

II - 13º Salário;

III - terço Constitucional de férias;

IV - trabalho extraordinário.

§6º Será concedida gratiﬁcação aos órgãos de administração superior,

auxiliares,cargosdecheﬁa,cargosdecorreição,cargosdeassessoramento

e cargos de conﬁança segundo os seguintes parâmetros:

I - ao Defensor Público-Geral, no valor de 40% (quarenta por cento)

do subsídio;

II - ao Subdefensor Público-Geral, no valor de 30% (trinta por cento)

do subsídio;

III - ao Corregedor-Geral, no valor de 30% (trinta por cento) do subsídio;

IV - aos Coordenadores Executivos de Defensoria, no valor de 20%

(vinte por cento) do subsídio;

V - ao Diretor da Escola Superior da Defensoria Pública, no valor de

2

0% (vinte por cento) do subsídio;

LEI COMPLEMENTAR 45/2018 201



VI – ao Corregedor Adjunto, no valor de 15% (quinze por cento) do

subsídio;

VII - aos coordenadores das Defensorias Públicas Especializadas e

Regionais, no valor de 15% (quinze por cento) do subsídio;

VIII - aos Defensores-Assessores do Gabinete, no valor de 15% (quin-

ze por cento) do subsídio.

§

7º - É garantida a percepção da correspondente diferença de

percentual, em caso de substituição de função, cujo índice seja maior do

que o percebido pelo substituto.

§

8º - Defensor Público-Geral, Subdefensor Público-Geral, Corregedor-

Geral Coordenadores Executivos de Defensoria não receberão

e

gratiﬁcação devida pelo exercício cumulativo ou substituição automática

de cargos ou funções de execução.” (NR)

“

Art.152 - O Defensor Público convocado ou designado para auxiliar ou

para substituir na Instância Superior, terá direito à diferença de subsídios en-

tre o seu cargo e o que ocupar, vedada a percepção de diárias.

Parágrafo único - A diferença de subsídios mencionada no caput deste

artigo será paga em valor integral na hipótese de substituição por 30 (trinta)

dias e, proporcionalmente, nos casos em que se der por prazo diverso. ”(NR)

“Art. 153– A remuneração dos membros da Defensoria Pública do Estado

da Bahia será ﬁxada em nível condizente com a relevância da função,

observando-se os seguintes critérios:

I - observância ao disposto no § 1º do art. 39 e às regras e princípios

previstos no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal;

II - ﬁxação dos subsídios por lei ordinária, com diferença não supe-

rior a 07% (sete por cento) de uma para outra classe, observado o

disposto no inciso XI do art. 37, da Constituição Federal.” (NR)

“

Art. 161- A ajuda de custo será devida ao Defensor Público nas

hipóteses de remoção, exceto a compulsória ou por permuta, designação

ou promoção que importe em alteração de domicílio, para ressarcir

despesas de mudança, transporte e instalação na nova sede de exercício,

2

02 Lei 26/2006 atuaLizada



independentemente de comprovação, e corresponderá a 1/3 (um terço) do

subsídio do cargo que deva assumir. (...)

§

4º - O defensor público que se remover voluntariamente pela segunda

vez em um intervalo de tempo menor ou igual a dois anos não receberá

ajuda de custo.” (NR)

“

Art. 173 - Será concedida a licença gestante ou maternidade, por 180

(cento e oitenta) dias, observadas as seguintes condições: (...)” (NR)

Art. 175- A Defensora Pública, quando adotar criança de até 07 (sete)

“

anos, terá direito à licença maternidade, com os mesmos direitos e

vantagens do seu cargo, a partir do termo de concessão da adoção, ou

quando obtiver judicialmente a sua guarda, para ﬁns de adoção, pelo prazo

de 180 (cento e oitenta) dias..” (...)

§

4º - A licença paternidade de 08 (oito) dias será concedida ao Defensor

Público, em virtude de adoção ou obtenção judicial de guarda, para ﬁns de

adoção, quando não for o único adotante.

§

5º - Em caso de adoção homoafetiva ou reprodução assistida que

envolva dois integrantes da carreira de Defensor Público, estes indicarão

quem fruirá cada uma das licenças previstas no caput e no § 4º deste

artigo.” (NR)

“

Art. 258- (...)

I - Defensor Público-Geral ou Defensora Pública-Geral, para desig-

nar o dirigente máximo da Defensoria Pública;

II - Defensor Público de Instância Superior ou Defensora Pública de

Instância Superior, para designar o Defensor Público pertencente à

classe de Instância Superior;

III - Defensor Público ou Defensora Pública, para designar o Defen-

sor Público.

§

1º - À nomenclatura das unidades defensoriais poderão ser

acrescidos, isolada ou cumulativamente, os nomes da Comarca, da

região e do tema de atuação.

§

2º - A nomenclatura dos cargos de Defensor Público terá a designação

da Classe a que pertençam.

LEI COMPLEMENTAR 45/2018 203



§

3º - Havendo, na mesma Comarca ou região, unidades defensoriais de

idêntica nomenclatura, estas serão precedidas por números que indiquem

a ordem de sua criação.

§

4º - A designação da Comarca ou da região na nomenclatura da

unidade defensorial ﬁxa o âmbito territorial dentro do qual poderão ser

exercidas as respectivas funções.

§

5º - Revogado.

§

6º - A todas as unidades defensoriais é atribuída a função de

atendimento ao público, na respectiva área de atuação.” (NR)

“Art. 270 - O quadro permanente dos membros da Defensoria Pública é

o constante do Anexo I desta Lei Complementar.

Parágrafo único - Os subsídios dos membros da Defensoria Pública têm

os valores constantes do Anexo II desta Lei Complementar, resguardado o

direito individual à não redução dos subsídios.” (NR)

“Art. 271 -O quadro permanente de cargos das carreiras de assistente

técnico administrativo e analista técnico é o constante do Anexo III desta

Lei Complementar.

§

1º – As carreiras de que trata o caput deste artigo ﬁcam submetidas ao

regime de 40 (quarenta) horas semanais.

§

2º - A tabela de vencimentos, as atribuições, o ingresso e o

desenvolvimento nas carreiras referidas no caput deste artigo, bem como

outras questões relacionadas com o desempenho funcional, serão ﬁxadas

em lei ordinária especíﬁca, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar

da publicação desta Lei Complementar.” (NR)

“Art. 272- O provimento dos cargos de Instância Superior acontecerá

gradativamente, conforme a disponibilidade orçamentária, não podendo

superar a quantidade de desembargadores no Estado e de acordo com os

seguintes limites:

I – 30 (trinta) cargos, enquanto o quadro total de Defensores for infe-

rior a 350 (trezentos e cinquenta);

2

04 Lei 26/2006 atuaLizada



II – 35 (trinta e cinco) cargos, enquanto o quadro total de Defensores

for maior ou igual a 350 (trezentos e cinquenta) e inferior a 450 (qua-

trocentos e cinquenta);

IIII - 40 (quarenta) cargos, quando o quadro total de Defensores for

maior ou igual a 450 (quatrocentos e cinquenta);

IV – Revogado.

1º - Revogado.

§

§

2º - Revogado.” (NR)

“

Art. 273 - Os cargos em comissão da Defensoria Pública do Estado da

Bahia são os constantes do Anexo IV desta Lei Complementar.” (NR)

Art. 274 - A Tabela dos valores dos símbolos dos cargos em comissão

“

da Defensoria Pública do Estado da Bahia é a constante no Anexo V desta

Lei Complementar, ﬁcando os valores correspondentes aos símbolos

sujeitos a majorações.

Parágrafo único - Os cargos de cheﬁa, correição, assessoramento e

conﬁança são os constantes do Anexo VI desta Lei Complementar.” (NR)

“

Art. 276 - As alterações dos Anexos I, II, III, IV, V e VI desta Lei Complemen-

tar serão efetuadas por lei ordinária.” (NR)

Art. 290- (...)

“

Parágrafo único. Para ﬁns desta Lei Complementar, entende-se como

Diário Oﬁcial do Estado, todo e qualquer Diário editado por qualquer dos

três poderes ou pela Defensoria Pública do Estado da Bahia.” (NR)

Art.2º - Ficam acrescidos o art. 80-A à Seção IV do Capítulo IV do Título

III do Livro I da Lei Complementar nº 26, de 28 de junho de 2006, e o art.

2

60-A, ambos à Lei Complementar nº 26, de 28 de junho de 2006, com as

seguintes redações:

Art.80-A - A Coordenação de Controle Interno será dirigida pelo

Controlador Interno, nomeado pelo Defensor Público-Geral do Estado.

1º - A Coordenação de Controle Interno tem por objetivo assistir,

“

§

direta e imediatamente, a Defensoria Pública-Geral no desempenho de

LEI COMPLEMENTAR 45/2018 205



suas atribuições quanto aos assuntos e providências atinentes à defesa do

patrimônio da Instituição, ao controle interno, à auditoria e à transparência

na gestão pública , competindo-lhe:

I - exercer a coordenação geral, a orientação normativa, a supervisão

técnica e a realização de atividades inerentes ao controle interno;

II - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a

execução dos planos, programas e orçamento da Defensoria Pública;

III - realizar inspeções e auditorias de natureza contábil, orça-

mentária, ﬁnanceira, patrimonial e operacional e de pessoal nas

unidades administrativas;

IV - ﬁscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela

Defensoria Pública, mediante convênios, ajustes, acordos ou outro

instrumento congênere;

V - emitir certiﬁcado de auditoria atestando a regularidade ou a ir-

regularidade das prestações e tomadas de contas dos responsáveis

pela guarda e aplicação de valores e bens públicos administrados

pela Defensoria Pública;

VI - consolidar e analisar a prestação de contas anual da Defensoria

Pública e submetê-la ao Defensor Público-Geral antes de seu envio

ao Tribunal de Contas do Estado;

VII - submeter à aprovação do Defensor Público-Geral o plano anual

de controle interno, que também preverá a veriﬁcação do cumpri-

mento das metas previstas no orçamento participativo, para apro-

vação até o ﬁnal do exercício vigente;

VIII - submeter ao Defensor Público-Geral os resultados de audito-

rias e inspeções realizadas no âmbito das unidades administrativas

da Defensoria Pública, inclusive para o ﬁm disposto no inciso XV do

§

1º deste artigo;

IX - avaliar normas e procedimentos administrativos, recomen-

dando os pontos de controle necessários à segurança dos siste-

mas estabelecidos;

X - avaliar o nível de execução de metas, o alcance de objetivos e a

adequação das ações dos gestores diretamente responsáveis;

2

06 Lei 26/2006 atuaLizada



XI - avaliar o cumprimento do orçamento participativo pelos gesto-

res da Defensoria Pública;

XII - auxiliar os gestores na gerência e nos resultados propostos,

por meio de recomendações que visem aprimorar procedimentos

e controles;

XIII - orientar as demais unidades na prática de atos administra-

tivos, garantindo a conformidade com a legislação especíﬁca e

normas correlatas;

XIV - apoiar o controle externo do Estado e da União, zelando pelo sanea-

mento dos processos que devam ser submetidos ao seu exame, acom-

panhando o cumprimento de suas determinações e recomendações;

XV - veriﬁcar a conformidade da execução orçamentária com as

regras estabelecidas na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de

maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal e legislações aﬁns;

XVI - prestar assessoramento direto e imediato ao Defensor Público-

Geral, nos assuntos relativos ao controle interno, especialmente no

que diz respeito aos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XVII - propor normas e procedimentos de auditoria e ﬁscalização da

gestão da Defensoria Pública;

XVIII - elaborar e encaminhar, para a aprovação da Defensoria Pú-

blica Geral, Instruções Normativas referentes a sua área de atuação

que serão publicadas na Imprensa Oﬁcial;

XIX - organizar e manter atualizado o Manual de Normas e Procedi-

mento de Controle Interno, em meio documental ou em base de dados;

XX - ﬁscalizar a correta observância da legislação vigente, das Re-

soluções do Conselho Superior, das Instruções Normativas e de-

mais normas editadas pela Defensoria Pública;

XXI - elaborar estudos e propostas de metodologia com o objetivo de

avaliar e aperfeiçoar as atividades de controle interno da instituição;

XXII - efetuar análise e estudo dos casos propostos pelos órgãos de

execução e unidades administrativas, visando à solução de proble-

mas relacionados ao controle externo;

LEI COMPLEMENTAR 45/2018 207



XXIII - representar ao Defensor Público-Geral a ocorrência de fatos

que contenham indícios de ilegalidade ou quaisquer irregularida-

des na gestão orçamentária, ﬁnanceira, operacional ou patrimonial

para adoção das providências cabíveis;

XXIV - ﬁscalizar a regularidade dos trabalhos da Comissão Perma-

nente de Licitação;

XXV - formular, propor, sugerir, acompanhar, coordenar e implemen-

tar ações para o desenvolvimento do sistema de controle interno,

bem como prevenir falhas e omissões na prestação dos serviços da

Defensoria Pública;

XXVI - executar outras atividades que lhe forem correlatas, ou con-

feridas legalmente, no âmbito de sua competência.

§

2º - À Coordenadoria de Controle Interno cabe formular, propor, sugerir,

acompanhar, coordenar e implementar ações para o desenvolvimento de sis-

tema de controle interno, bem como prevenção de falhas, riscos e omissões

na prestação dos serviços da Defensoria Pública do Estado da Bahia.

§

3º - A Controladoria-Geral, no desempenho de suas funções, poderá

solicitar às unidades componentes da estrutura administrativa da Defenso-

ria Pública quaisquer documentos ou informações relativos aos serviços e

atividades desempenhados, por meio do Defensor Público-Geral. ” (NR)

“Art.260-A - As Regionais da Defensoria Pública serão instaladas ou

extintas, de acordo com a disponibilidade orçamentária, atendendo aos

seguintes limites:

I - 06 (seis) Regionais, enquanto o quadro total de Defensores for

inferior a 300 (trezentos);

II - 10 (dez) Regionais, enquanto o quadro total deDefensores for maior

ou igual a 300 (trezentos) e inferior a 350 (trezentos e cinquenta);

III- 13 (treze) Regionais, enquanto o quadro total de Defensores for

maior ou igual a 350 (trezentos e cinquenta) e inferior a 400 (qua-

trocentos);

IV - 16 (dezesseis) Regionais, enquanto o quadro total de Defen-

2

08 Lei 26/2006 atuaLizada



sores for maior ou igual a 400 (quatrocentos) e inferior a 450 (qua-

trocentos e cinquenta);

V - 19 (dezenove) Regionais, enquanto o quadro total de Defenso-

res for maior ou igual a 450 (quatrocentos e cinquenta) e inferior

a 500 (quinhentos);

VI - 23 (vinte e três) Regionais, enquanto o quadro total de Defen-

sores for maior ou igual a 500 (quinhentos) e inferior a 550 (qui-

nhentos e cinquenta);

VII - 27 (vinte e sete) Regionais, enquanto o quadro total de Defen-

sores for maior ou igual a 550 (quinhentos e cinquenta) e inferior a

5

83 (quinhentos e oitenta e três).

Parágrafo único. O regimento interno poderá modiﬁcar a distribuição

temática das coordenações dispostas nos incisos do art. 61 desta

Lei Complementar, para permitir o melhor atendimento do interesse

público.” (NR)

Art. 3º - As unidades defensoriais terão as suas atribuições deﬁnidas pelo

sistema de núcleos, conforme o art. 107 da Lei Complementar Federal nº 80, de

12 de janeiro de 1994, e não por vinculação a unidades judiciais especíﬁcas.

§

1º - É garantido aos Defensores Públicos em exercício de titularidade no

início da vigência desta Lei Complementar continuar atuando junto às unida-

des judiciais, comarcas e especializadas às quais estiverem vinculados, sem

prejuízo da possibilidade de acréscimo ou compartilhamento de atribuições

para assegurar a proporcionalidade e a equidade na divisão do trabalho.

§

2º - Caberá à Coordenação da Especializada ou da Regional fazer o de-

talhamento da divisão interna de atribuições, segundo o sistema de núcleos.

3º - O detalhamento da divisão interna das unidades defensoriais deverá

ser impessoal e observar a equidade e a proporcionalidade dos serviços.

4º - Aplica-se o disposto no § 1º deste artigo aos Defensores Pú-

§

§

blicos que, no início da vigência desta Lei Complementar, estejam em

atuação por designação na mesma unidade da Defensoria Pública pelo

período de um ano ininterrupto, a menos que manifestem vontade con-

trária em até 02 (dois) dias.

LEI COMPLEMENTAR 45/2018 209



Art. 4º - As ações aﬁrmativas referentes à população negra e indígena

terão vigência por 10 (dez) anos, a partir da data de publicação desta Lei

Complementar.

Parágrafo único. As normas referentes à reserva de vaga não se aplicarão

a certames em andamento no momento da promulgação desta Lei

Complementar,osquaisobedecerãoàsregrasestabelecidasnosseuseditais.

Art. 5º - Os Anexos I, III, IV, V e VI da Lei Complementar nº 26, de 28 de junho

de 2006, passam a vigorar na forma do Anexo Único desta Lei Complementar.

Art. 6º - Ficam revogados o inciso VI do art. 32; o inciso I do § 1º do art. 97; o § 1º

e os incisos III e IV do § 2º do art. 111; os §§ 1º e 2º do art. 118; o inciso III do caput

e os §§ 3º, 4º e 5º do art. 120; o caput e os §§ 1º, 2º e 3º do art. 138; o art. 139; os

incisos I, II, III do caput e o § 1º do art. 150; o § 3º do art. 180; os incisos VI e VII

do caput do art. 209; o parágrafo único do art. 212; o art. 257; o § 5º do art. 258;

o art. 259; o art. 260, o art. 261 e o inciso IV do caput e os §§ 1º e 2º do art. 272,

todos da Lei Complementar nº 26, de 28 de junho de 2006.

Art. 7º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Retiﬁcado no DOE de 23.11.2018. Na epígrafe de Lei Complementar, publi-

cada no D.O.E de 30.10.2018:

Onde lê-se:... Lei complementar Nº45 de outubro de 2018...

Leia-se:... Lei Complementar Nº46 de 29 de Outubro de 2018...

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 29 de outubro de 2018.

RUI COSTA

Governador

Bruno Dauster

Secretário da Casa Civil

2

10 Lei 26/2006 atuaLizada



ANEXO ÚNICO

ANEXO I

QUADRO GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA

CLASSE

CARGOS

Defensor Público de

Instância Superior

4

0

Defensor Público

de Classe Final

2

50

Defensor Público de

Classe Intermediária

1

50

43

Defensor Público

de Classe Inicial

1

ANEXO III

ASSISTENTE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO E ANALISTA TÉCNICO

assisTenTe

Técnico-aDMinisTraTivo

classe

analisTa Técnico

I

20

15

10

07

05

II

15

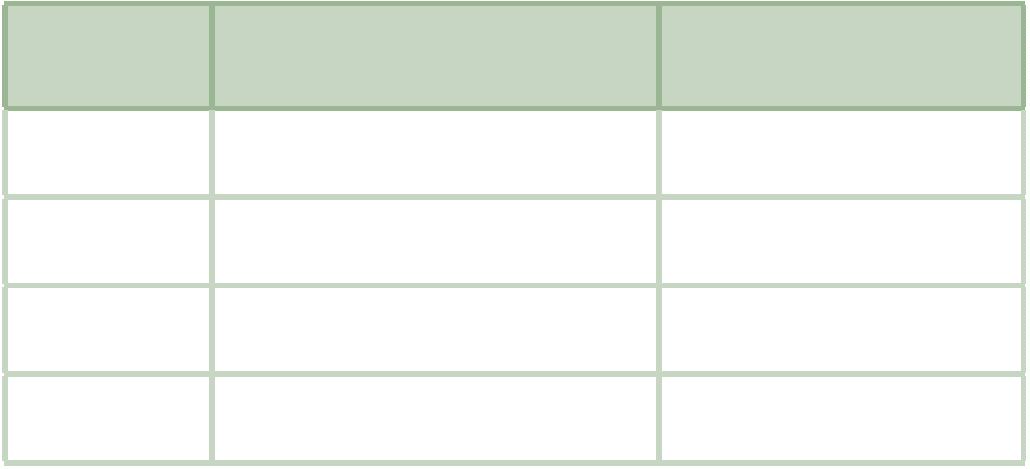
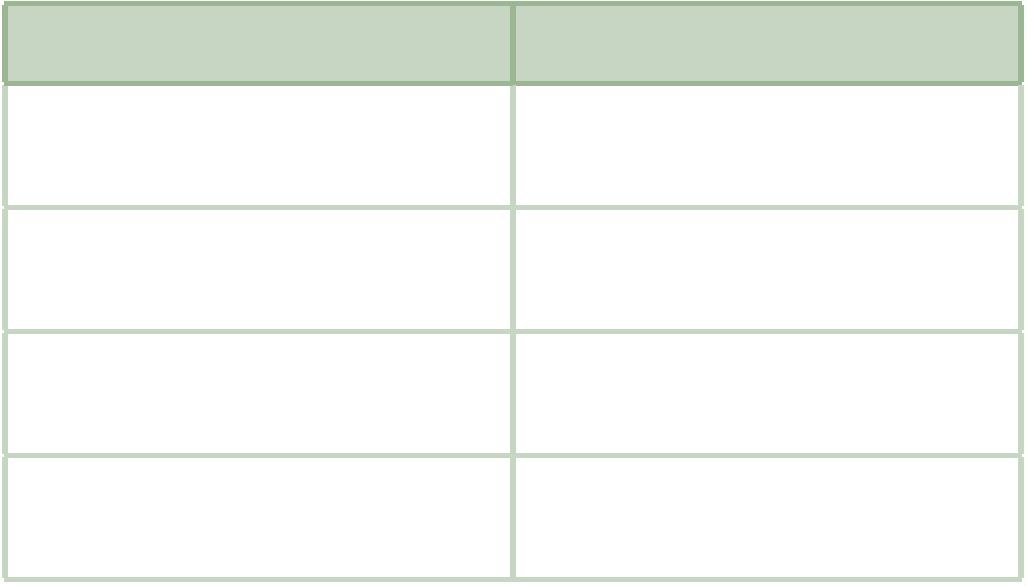
10

05

III

IV

LEI COMPLEMENTAR 45/2018 211



ANEXO IV

QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO DA DEFENSORIA

PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA

carGo

sÍMbolo

QUanTiDaDe

Diretor Geral

DAS-2B

01

Ouvidor Geral

DAS-2B

DAS-2B

DAS-2C

DAS-2C

DAS-2C

DAS-2D

DAS-3

DAS-3

DAS-3

DAS-3

DAS-3

DAI-4

01

01

Coordenador de

Controle Interno

Assessor Especial

Coordenador I

02

05

03

05

01

Diretor

Coordenador Técnico

Assessor de

Comunicação Social I

Assessor Técnico

Coordenador II

08

11

Secretário de Gabinete

Ouvidor Adjunto

05

01

Assessor Administrativo

Coordenador III

02

12

DAI-4

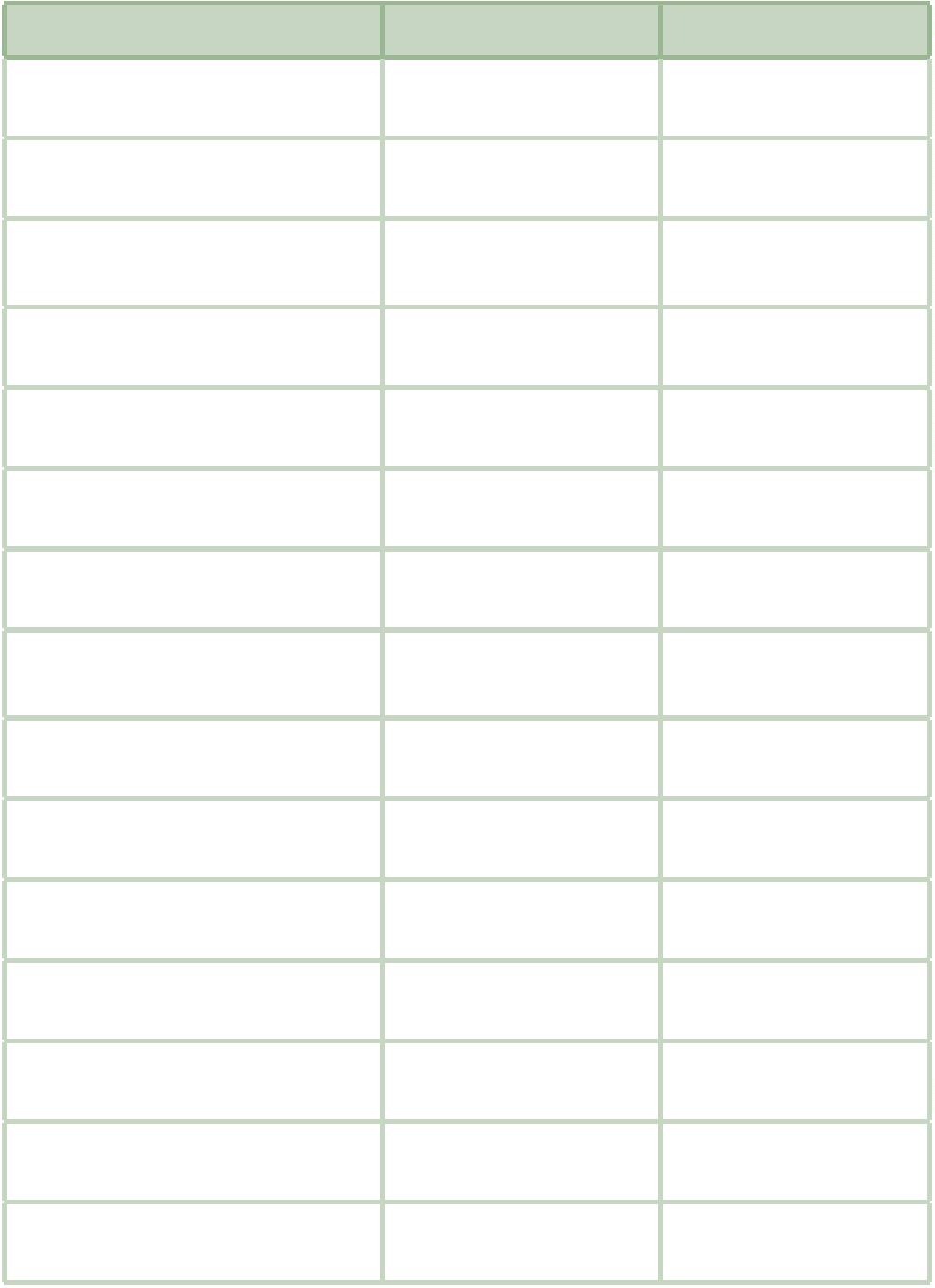
Assistente Orçamentário

DAI-4

02

2

12 Lei 26/2006 atuaLizada



carGo

sÍMbolo

QUanTiDaDe

Coordenador IV

DAI-5

03

Assistente IV

DAI-5

DAI-5

DAI-5

DAI-5

DAI-6

DAI-6

02

01

Oﬁcial de Gabinete

Assistente de Execução

01

Orçamentária

Secretário Administrativo I

06

04

04

Coordenador V

Secretário Administrativo II

ANEXO V

TABELA DOS VALORES DOS SÍMBOLOS DOS CARGOS EM

COMISSÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA

sÍMbolo

DAS-2B

DAS-2C

DAS-2D

DAS-3

venciMenTo

5.117,63

3.721,91

2.907,74

2.326,19

1.395,76

872,51

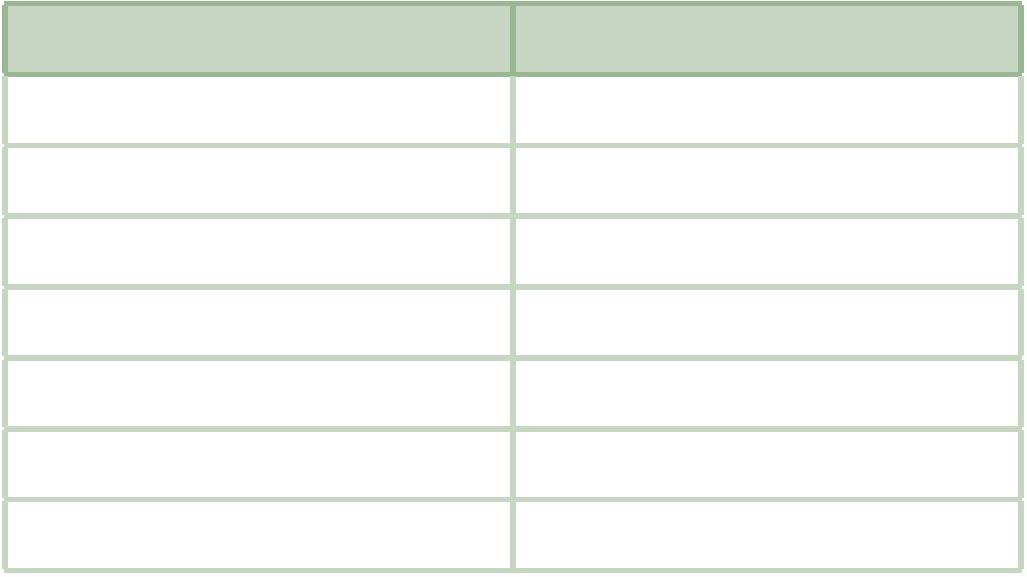
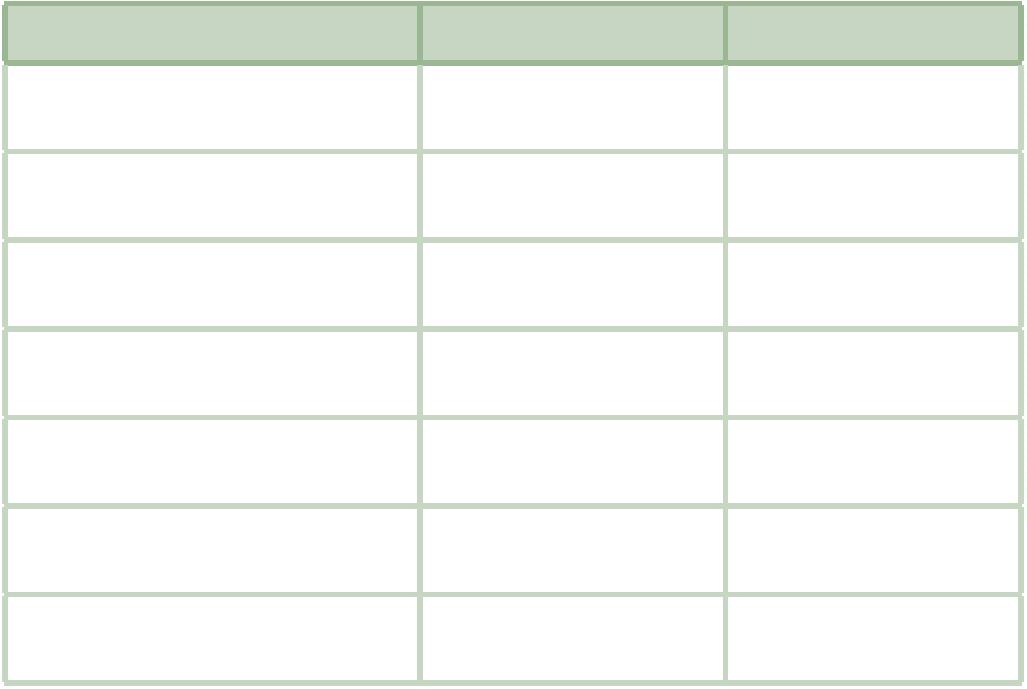
DAI-4

DAI-5

DAI-6

788,06

LEI COMPLEMENTAR 45/2018 213



ANEXO VI

QUADRO DOS ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR E AUXILIARES

CARGOS E CHEFIAS, CORREIÇÃO, ASSESSORAMENTO E CONFIANÇA

DenoMinaÇÃo

sÍMbolo

Especial

Especial

Especial

núMero

Do carGo

Defensor Público-Geral

01

01

01

Subdefensor Público-Geral

Corregedor Geral da

Defensoria Pública

Corregedor Adjunto da

Defensoria Pública

Especial

Especial

Especial

Especial

01

01

Diretor da Escola Superior

Coordenador Executivo

02

27

Coordenador de Defensoria

Pública Regional

Coordenador de

Defensoria Pública

Especializada

Especial

Especial

20

04

Defensor-Assessor

do Gabinete

2

14 Lei 26/2006 atuaLizada

